



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CARLOS ALBERTO DE SOUSA CARDOSO

**A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA RORAIMA:
LANÇANDO SEMENTES E CAMINHANDO JUNTO – 1976/2018**

FORTALEZA

2019

CARLOS ALBERTO DE SOUSA CARDOSO

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA RORAIMA:
LANÇANDO SEMENTES E CAMINHANDO JUNTO – 1976/2018

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFC, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Geografia Agrária.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C261c Cardoso, Carlos Alberto de Sousa.
A Comissão Pastoral da Terra Roraima : lançando sementes e caminhando junto – 1976/2018 / Carlos Alberto de Sousa Cardoso. – 2019.
118 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar .
1. Comissão Pastoral da Terra. 2. Questão Agrária. 3. Igreja. 4. Roraima. I. Título.

CDD 910

CARLOS ALBERTO DE SOUSA CARDOSO

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA RORAIMA:
LANÇANDO SEMENTES E CAMINHANDO JUNTO – 1976-2018

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFC, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor. Área de Concentração: Geografia Agrária.

Aprovado em: 30/10/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes Alencar (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Danielle Rodrigues da Silva
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Prof.^a Dr.^a Márcia Maria de Oliveira
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Ao Padre Nilvo Floriano Pase e a todos
aqueles que, com coragem, lutam pela terra.

AGRADECIMENTOS

Iniciarei agradecendo a minha mãe, Maria Verônica de Sousa Cardoso e ao meu pai, Aliatar Cardoso, por todo esforço que dedicaram para proporcionar uma boa educação aos seus filhos, registro o meu respeito e amor.

Agradeço ao meu avô (em memória), Antônio Lisboa de Souza, que sempre foi uma referência em minha vida, um trabalhador honesto que nunca baixou a cabeça para ninguém, foi de tão grande importância para minha vida, que o nome do meu filho mais novo também é Antônio.

Agradeço a minha esposa Greyce Kelle, pela paciência durante o período de elaboração da tese, pois as ausências do dia a dia da casa sempre sobrecarrega o outro, porém meu maior agradecimento é pelo filho que ela nos deu, meu companheiro Antônio.

Agradeço ao meu filho mais velho, Caio, que mostra o grande desafio de ser pai de um jovem em tempos de transformações rápidas e fluídas.

Agradeço a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Universidade do Estado de Roraima (UERR), em virtude da celebração do convênio que permitiu a realização do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFC.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pois o presente trabalho foi realizado com apoio parcial desta Intituição.

Agradeço aos colegas e amigos do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima, que sempre apoiaram e incentivaram a finalizar o curso de doutorado, especialmente à amiga Ana Lúcia de Souza.

Quero agradecer aos colegas da turma do DINTER e aqueles que conheci nas curtas passagens por Fortaleza, especialmente os do Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEAT) e que mantemos algum contato pelo grupo de whatsapp do LEAT.

Em nome do professor Dr. José Levi Furtado Sampaio, agradeço o empenho de todos os professores do PPGG/UFC, principalmente aqueles que se deslocaram até a cidade de Boa Vista nas etapas fora da sede.

Agradeço de maneira muito especial, as lideranças dos movimentos sociais e sindical de Roraima, os coordenadores e agentes da CPT de Roraima e Amazonas pela valiosa colaboração nesse trabalho e pela presteza em compartilhar suas histórias de vida e

documentos de suas organizações e entidades. Desses quero destacar: Padre Tiago, por sua perseverança, esperança e alegria, Nascimento, Pedro Feijão, Dediel, Leon e Germano todos de algum modo ligados a CPT; Irmã Anselma, que sempre foi muito camarada na disponibilização dos arquivos da CPT Roraima; Rosângela Piovizani Cordeiro, que teve parte de sua formação no processo de construção da CPT, hoje faz parte da direção nacional do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e sempre que vem a Boa Vista, está disponível para uma conversa e ocasionalmente participa, como expositora, debatedora e animadora, de algumas aulas na UFRR; Raimunda Barbosa da Silva, Francisneide Lourenço e Zenilda Marques que, com muita gentileza, permitiram o acesso aos arquivos da CPT do Amazonas. Agradeço, também, a todos os camponeses a todas as camponesas, trabalhadores rurais e trabalhadoras rurais, religiosos e religiosas que de maneira direta ou indireta colaboram com essa longa e difícil jornada.

Agradeço aos membros da banca examinadora professor Dr. José Levi Furtado Sampaio, professora Dr^a. Danielle Rodrigues da Silva, professor Dr. Jaci Guilherme Vieira, os quais, também, participaram do exame de qualificação e, a professora Dr^a. Márcia Maria de Oliveira, pela disponibilidade de participação.

E, por fim, faço um agradecimento especial ao professor Dr. Francisco Amaro Gomes Alencar, meu orientador, por sua amizade, grande solidariedade e paciência com a lentidão da apresentação dos resultados da tese e por ter oferecido uma série de sugestões, recomendações de leituras e desafios que permitiram a chegada nesse momento final.

RESUMO

A Comissão Pastoral da Terra passou a atuar em Roraima em 1976, especialmente com padres que exerciam suas funções no estado do Amazonas, religiosos influenciados pela Teologia da Libertação e que por isso caminhavam ao lado das famílias de migrantes que chegavam a Roraima pelo seu principal tronco viário, a BR 174, que faz a ligação terrestre entre Manaus e Boa Vista. A presente tese tem por objetivo investigar e analisar essa presença da CPT em Roraima, extremo Norte da Amazônia brasileira no período de 1976 a 2018. O trabalho de pesquisa expõe e analisa a atuação da CPT no Estado de Roraima, sua ação de formação de militantes camponeses e seu esforço e apoio para criação de movimentos sociais rurais e do movimento sindical rural no período de maior efervescência de sua ação – de 1976 a 2006 - e posteriormente numa segunda fase – 2007 a 2018 – observando-se uma visível redução de sua ação como formadora e articuladora política em virtude de dificuldades financeiras e a perceptível redução do número de agentes pastorais. No entanto, a CPT continua presente e reconhecida, seja pelo movimento sindical ou pelas famílias dos antigos e novos migrantes. A abordagem adotada foi qualitativa, com a utilização especial dos arquivos do Regional do Amazonas e do Regional de Roraima, entrevistas, jornais locais impressos, boletins da CPT, fotografias e a vivência como colaborador da CPT.

Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra. Questão Agrária. Igreja. Roraima.

ABSTRACT

The Pastoral Land Commission (“Comissão Pastoral da Terra” or CPT) started to operate in Roraima in 1976, mostly comprised of priests who exerted their functions at the Amazonas state; being influenced by the “Teologia da Libertação” (Liberation Theology) – these religious men took sides with the migrant families that arrived in Roraima via its main road access – the “BR 174”, which connects Manaus to Boa Vista. The present thesis aims at investigating and analysing the presence of the CPT in Roraima – in the extreme Northern region of the Brazilian Amazon – during the period 1976 to 2018. The research exposes and analyses the operation of the CPT over the Roraima state, its role in the formation of peasant militant forces and its effort and support in the creation of rural social movements as well as the rural union movement during the Commission’s most fertile period – from 1976 to 2006 – and during a second period – from 2007 to 2018 – in which, due to financial difficulties and a visible reduction in the number of pastoral agents, it significantly reduced its role as a formative and articulating force in the political field. However, the CPT remains a constant and renowned force, either among the union movement or among the families of old and new migrants. The methodological approach applied in this thesis was the qualitative, using the files from both the Amazonas Regional Office and the Roraima Regional Office, general interviews, local printed papers, CPT bulletins, photographs, as well as my personal experience as a collaborator to the CPT.

Keywords: Pastoral Land Commission. Agrarian Question. Church. Roraima.

RÉSUMÉ

La Commission Pastorale de la Terre (CPT) a commencé à travailler à Roraima en 1976, en particulier avec des prêtres exerçant leurs fonctions dans l'État d'Amazonas; influencés par la Théologie de la Libération et marchant donc aux côtés des familles de migrants venus à Roraima par le tronç principal, la BR 174, qui établit la liaison terrestre entre Manaus et Boa Vista. Cette thèse vise à étudier et analyser la présence du CPT à Roraima, dans l'extrême nord de l'Amazonie brésilienne - de 1976 à 2018. La recherche expose et analyse les performances du CPT dans l'État de Roraima, son action de formation de militants paysannes et leurs efforts et leur soutien à la création de mouvements sociaux ruraux et du mouvement syndical rural au cours de la période la plus effervescence de leur action - de 1976 à 2006 - et plus tard dans une seconde phase - de 2007 à 2018 - en observant une réduction visible de leur action. en tant que formateur et articulateur politique en raison de difficultés financières et de la réduction notable du nombre d'agents pastoraux. Cependant, le CPT reste présent et reconnu, que ce soit par le mouvement syndical ou par les familles d'anciens et de nouveaux migrants. L'approche adoptée était qualitative, avec une utilisation particulière des archives du Regional of Amazonas et du Regional of Roraima, d'interviews, de journaux imprimés locaux, de lettres d'information du CPT, de photographies et de l'expérience de collaborateur du CPT.

Mots-clés: Commission Pastorale de la Terre. Question Agraire. Église. Roraima.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Mapa de representação dos estados de Roraima e Amazonas.....	30
Figura 2	- Estrutura organizativa da CPT Nacional - 2019.....	51
Figura 3	- Mapa de representação da Amazônia Legal.....	52
Figura 4	- Migração, Garimpo e Índio em Roraima.....	77
Figura 5	- Em Roraima Lavradores querem assumir o poder.....	78
Figura 6	- Reunião de camponeses na sede da APROSUR, 1988.....	80
Figura 7	- Capa de O Paneiro - Mulheres.....	82
Figura 8	- I Assembleia da CPT na Diocese de Roraima.....	84
Figura 9	- Presença do Secretariado Nacional em Roraima.....	86
Figura 10	- Comissão da CNBB visita Roraima.....	88
Figura 11	- Carta de solidariedade a CPT de Roraima.....	89
Figura 12	- Fotografia dos participantes da Assembleia de Fundação da CPT/RR.....	93
Figura 13	- CPT E FETAG defendem a agricultura familiar.....	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da população no estado de Roraima.....	34
Quadro 2 - Áreas de atuação da CPT em Roraima em 1997.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANMTR/RR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Roraima
AP	Ação Popular
APROSUR	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sul do Estado de Roraima
CAR	Central dos Assentados de Roraima
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FETAG/RR	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Roraima
FETRAFERR	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar do Estado de Roraima
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GRNO	Grande Região Noroeste
IC	Igreja Católica
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimento da Educação de Base
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
NUMUR	Núcleo de Mulheres de Roraima
PA	Projeto de Assentamento de Reforma Agrária
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROTERRA	Programa de Distribuição de Terras do Norte e do Nordeste
PT	Partido dos Trabalhadores
REPAM	Rede Eclesial Pan-Amazônica
SR 25	Superintendência Regional 25 do INCRA

STR	Sindicatos de Trabalhadores Rurais
STTR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRR	Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	EXPANSÃO DO CAPITAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E O ESTADO DE RORAIMA.....	26
2.1	Roraima e sua realidade fronteiriça.....	30
3	A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	38
3.1	A Igreja Católica no meio rural brasileiro, Ação Católica e Teologia da Libertação.....	38
3.2	A CPT e sua presença na Amazônia brasileira.....	47
3.3	CPT: prestadora de serviços ou organização de vanguarda política?.....	53
4	A CPT EM RORAIMA: LANÇANDO SEMENTES E CAMINHANDO JUNTO.....	59
4.1	Os primeiros anos da CPT em Roraima: as sementes lançadas.....	60
4.2	A constituição da Regional CPT Roraima.....	83
5	EM BUSCA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS.....	110

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa ora apresentado tem como objetivo discutir a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Roraima e como a ação dessa entidade possibilitou o deslocamento de militantes formados em sua base para atuarem em movimentos sociais rurais e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais nesse Estado. Tendo como base essa perspectiva, a investigação aborda tanto o processo de constituição dessa Organização quanto o processo de formação de suas lideranças. Para tanto, se tornou relevante considerar os constantes movimentos de deslocamento populacional para a região em tela e o fato de a maior parte da base da CPT ser oriunda de outras unidades da federação brasileira.

A construção dessa tese foi iniciada alguns anos atrás, na verdade eu nem sabia que estava elaborando um projeto que desaguaria em uma tese. Foi por volta de 2008, ocasião em que fazia o trabalho de campo de minha dissertação de mestrado, estudando projetos de assentamento da reforma agrária em Roraima e me deparei com a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na verdade, já havia recebido o Pastor Ralf Weissestein, que foi um dos Coordenadores da referida pastoral, em minha sala de aula, no ano de 2006, na disciplina de sociologia rural, porém, foram os estudantes que o convidaram para um debate sobre a expansão da soja no estado de Roraima.

Porque digo que o projeto dessa tese iniciou-se há mais de 10 anos, pois foi a partir daquele momento é que passei a ter um maior vínculo com a CPT. O trabalho de pesquisa da dissertação de mestrado, me levou a um encontro com agentes e coordenação da Pastoral, seja entrevistando-os ou em participações em seus eventos. Essa é uma caminhada de maior ou menor intensidade ao longo do tempo, mas desde de então não perdi contato com seus membros. Passei a ter um convívio muito próximo e a colaborar com algumas de suas ações, uma contra partida que sempre achei justa, pois enquanto pesquisador, estava obtendo informações úteis para meu trabalho.

Dessa maneira, colaborei com muitas atividades da CPT, seja com palestras para camponeses, organização de Assembleias e Encontros Estaduais ou em outras tarefas que envolviam jovens camponeses. Por conta dessa vivência, o acesso as informações e arquivos da pastoral foi facilitado, porém o distanciamento entre problema de estudo e pesquisador

muitas vezes foi confundido, no entanto é algo que acredito que não seja um problema maior para as reflexões aqui expostas.

Ao longo dessa trajetória, fui encontrando muitas pessoas que, além das informações a cerca do trabalho da CPT, também proporcionaram boas lições de vida, assim como Padre Tiago, Irmã Anselma, Nascimento, seu Germano, Frei Pedro, Frei Vilson, Antônio, que além de agente da Pastoral foi aluno do Curso de Ciências Sociais em que leciono.

Mais recentemente outros companheiros foram fazendo parte desse rol de batalhadores, entre eles estão Laurindo, Padre Rosalino, Vanessa e Maria José, essa última, além de colaboradora da CPT é historiadora e pesquisadora dos conflitos agrários em Roraima. Todos de alguma maneira colaboram com o desenvolvimento desse trabalho. Além disso, não posso deixar de mencionar padre Nilvo que não manteve uma relação direta, mas foi um dos importantes nomes na construção da CPT em Roraima e em todas as oportunidades em que me recebeu sempre foi muito cordial e prestou valiosas informações.

Na verdade, dedico esse trabalho a Padre Nilvo, por sua história, sua lucidez, sua combatividade, apesar de suas impertinências com muitos camponeses e camponesas que, em alguns momentos, os afastavam da luta comunitária.

Quando menciono que o projeto de pesquisa desta tese iniciou lá no passado, é porque pouco a pouco, passo a passo, fui me envolvendo com o trabalho da Comissão Pastoral da Terra e esse envolvimento foi despertando interrogações, dúvidas e questionamentos que em um dado momento se apresentou como um problema de pesquisa, ou seja, essa investigação começou por dentro da própria CPT.

Essa situação acabou por trazer alguns problemas de condução da própria pesquisa, pois em que medida somos observados por aqueles que compõe o espaço em que estamos inseridos, ao longo desse tempo não posso dizer que separei as tarefas de pesquisador e de colaborador, nesse aspecto adotei uma perspectiva de uma pesquisa onde o pesquisador assume uma conduta de participação observante, algo como foi desenvolvido por Wacquant (2002), onde o pesquisador se insere em uma posição distinta de um mero observador, mas que efetivamente vivencia, por longo tempo, com aqueles que está investigando e acaba por ser instrumento da própria pesquisa. Obviamente que as circunstâncias são muito distintas das vividas pelo citado autor, mas devo deixar claro que ao longo da convivência com aqueles que

fazem parte da CPT, com suas ações e com uma colaboração ativa, foram de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa, seja para os aspectos positivos ou negativos.

Esse trabalho não se propõe a fazer uma etnografia da ação da CPT no estado de Roraima, mas caminhar ao lado de seus agentes, coordenadores, religiosos, camponeses que estão envolvidos com esse trabalho da Pastoral, possibilitou a compreensão de sua atuação e das transformações perceptíveis ao longo de todos esses anos. Portanto, acredito que ao longo dessa trajetória fui percebido muito mais como um colaborador da CPT do que alguém que está estudando a atuação e a histórica da Comissão Pastoral da Terra.

É muito provável que deva ter sido testado e provado ao longo do tempo, talvez tenha negociado a minha inserção nesse universo sem a absoluta clareza dessa movimentação. No entanto, ao analisar com um pouco de distanciamento nesse momento em escrevo a tese, penso que esse processo, mesmo não ocorrendo com efetividade, ele existiu. Mas, ao passar do tempo, essa questão foi desaparecendo nas relações estabelecidas com todos aqueles que atuam na CPT, até porque, muitas vezes era e sou reconhecido como alguém de dentro da própria Comissão.

Portanto, acredito que ao longo dessa trajetória fui percebido muito mais como um colaborador da CPT do que alguém que está estudando a atuação e a histórica da Comissão Pastoral da Terra. É muito provável que deva ter sido testado e provado ao longo do tempo, talvez tenha negociado a minha inserção nesse universo sem a absoluta clareza dessa movimentação. No entanto, ao analisar com um pouco de distanciamento nesse momento em escrevo a tese, penso que esse processo, mesmo não ocorrendo com efetividade, ele existiu. Mas, ao passar do tempo, essa questão foi desaparecendo nas relações estabelecidas com todos aqueles que atuam na CPT, até porque, muitas vezes era e sou reconhecido como alguém de dentro da própria comissão.

Com isso, esclareço que muito daquilo que escrevo ao longo da tese, parte do levantamento documental, das entrevistas, mas também das anotações e registros ao longo do tempo, que não posso chamar exatamente de um caderno de campo, mas de notas registradas muito mais ao estilo do artesão intelectual paciente e detalhista e fazendo o possível para não estar exposto ao do “fetichismo do método e da técnica” Wright Mills (1980).

Por outro lado, aproveitei de uma lição dada por Lygia Sigaud, apresentada no trabalho intitulado “Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco”: nesta obra, a autora relata sua dificuldade em estabelecer uma relação de confiança com os trabalhadores rurais que deixaram os engenhos e seguiram para cidade, mas continuavam trabalhando no corte da cana.

Segundo ela, uma das maneiras de conquistar a confiança dos trabalhadores se consolidou na estratégia de demonstrar que a pesquisa tinha caráter acadêmico e que, dessa perspectiva, a pesquisadora pretendia conhecer melhor a realidade dos trabalhadores rurais a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores. A autora acrescenta que a estratégia permitiu que ela, na condição de professora, ajudasse a formar aqueles que ensinavam as crianças a ler e a escrever a ter uma visão do mundo rural mais próxima da realidade. Dessa perspectiva, a pesquisadora contribuiu ensinando a escrever livros que melhor e mais corretamente explicassem qual a situação do trabalhador (SIGAUD, 1979).

Eis, segundo concebo, uma das razões que justificam a realização da presente pesquisa, que buscou colaborar com aqueles que ensinam as crianças a ler e a escrever, no contexto em causa, a ter conhecimento da história da CPT, que também foi construída pelos camponeses. Com isso, intento contribuir para a manutenção da memória da CPT e, por conseguinte, para a formação de novos agentes dessa Entidade; e, enfim, para que as crianças de hoje e de amanhã possam ter consciência de como o trabalho de alguns homens e mulheres envolvidos com a luta pela terra contribuiu de forma decisiva para construção da CPT e de sua luta histórica pela conquista de direitos.

Então, o interesse por essa temática surgiu durante a realização de minha dissertação de mestrado, nos anos de 2007 e 2008, quando pesquisei alguns Projetos de Assentamento da Reforma Agrária sob responsabilidade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, INCRA. A partir daquela época, passei a manter estreita relação com os coordenadores e agentes da CPT e contínuo contato com várias lideranças sindicais e de movimentos sociais que haviam sido formadas pela referida pastoral. Essa aproximação me levou a participar das Assembleias e dos Encontros estaduais, bem como de palestras, cursos de formação e de eventos nacionais, como o IV Congresso Nacional da CPT.

Esse contato com a CPT foi fundamental para realização da presente pesquisa, pois permitiu o acesso a um conjunto de informações tanto nos arquivos da CPT regional

Roraima, como da Regional do Amazonas. Além disso, acredito que o mais importante dessa experiência foi a oportunidade de conhecer alguns dos sujeitos que ajudaram a construir a história da Pastoral da Terra em Roraima, sejam religiosos ou leigos, e a conhecer com detalhes suas trajetórias de vida.

Outro aspecto que induziu o direcionamento de um olhar mais aguçado para a presença da CPT em Roraima se deu mediante a percepção de que muitos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTR's) contaram com o apoio, não só político, mas também financeiro, da Comissão. Essa realidade se evidenciou por meio da consulta dos arquivos dessa Entidade, que permitiu constatar reiterados pedidos de auxílio pecuniário para realização de cursos, assembleias e outras atividades, bem como a existência de contínua reivindicação de apoio material e técnico para execução de projetos, entre outras solicitações.

Também foi possível perceber que, durante certo período, a CPT desempenhou um papel ativo na orientação dos movimentos sociais rurais e urbanos da Região. Historicamente, essa Entidade funcionou como polo de atração não só de lideranças sindicais, senão também de lideranças dos movimentos sociais. Dessa forma, a atuação da CPT em Roraima será discutida com o intento de verificar se essa Entidade efetivamente dispôs de capacidade de orientar e até mesmo direcionar politicamente o movimento social rural e o movimento sindical rural no estado.

Outro aspecto relevante para a presente pesquisa foi a constatação de que várias lideranças sindicais passaram pelos cursos de formação da CPT ou foram agentes ou coordenadores desta Organização. Daí o interesse e a necessidade de melhor compreender, por meio da presente pesquisa, a atuação da CPT no Estado e, por conseguinte, entender como os modos de participação, tanto nos processos de formação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), quanto nas atividades promovidas pela CPT, possibilitaram aos camponeses e camponesas a construção de seus sindicatos e de sua Federação.

Para fins de análise desse aspecto da questão, foi estabelecido um recorte temporal que abarca o período que se estende do ano de 1976, quando a CPT Regional Amazonas foi criada, até 2018, passando pelo momento de construção e fundação da CPT Regional Roraima - 1993/1995, até 2006, quando o MST se instala em Roraima com apoio da CPT e de 2007 à atualidade, com a caracterização de uma atuação menos intensa e mais focada no acompanhamento de conflitos. Para tanto, tornou-se necessário fazer obrigatória referência à

CPT do Amazonas, em razão de que foi aquele Regional que introduziu as ações da Pastoral da Terra no ex Território Federal de Roraima, atual estado de Roraima, com as incursões de Padre Jorge Marskell no trecho Sul da BR 174, atendendo aos migrantes que por lá chegavam.

Considerando esse estado de coisas, o objetivo geral da presente pesquisa foi sendo direcionado para analisar a atuação da CPT no estado de Roraima e seu papel de formadora de lideranças camponesas, bem como o modo que sua ação contribuiu para a constituição das entidades sindicais de representação dos camponeses em Roraima. Como objetivos específicos, ficou estabelecido: 1 – investigar a presença da CPT na Amazônia; 2 – conhecer o processo que originou a CPT em Roraima e compreender a sua atuação no Estado; 3 – entender o papel da CPT na organização dos camponeses e camponesas e; 4 – estudar o trabalho da CPT que animou os camponeses a construírem a organização sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais em Roraima.

As informações que apresentarei ao longo desse trabalho foram obtidas por meio de entrevista com agentes da CPT, com ex-coordenadores, e agentes e militantes camponeses que, ao longo do tempo, tiveram alguma participação nas ações da Entidade. Além disso, foi de grande valia para a pesquisa o acesso aos arquivos da CPT do Amazonas, onde foi possível consultar o boletim “O Pão”, produzido por esta regional, que circulou entre as comunidades rurais do Amazonas e Roraima entre os anos de 1979 até 1990. Esse informativo dispunha de artigos de agentes e coordenadores da CPT, bem como de notícias de eventos organizados pela CPT e por sindicatos de trabalhadores rurais, e, ainda, de notícias das comunidades que mantinham algum contato com a CPT, além da contribuição de diversos colaboradores. Mas, acima de tudo, "O Pão" era uma ferramenta de agitação política e da luta por direito dos camponeses e migrantes. Nos arquivos da CPT do Amazonas também foi possível consultar as atas das assembleias do período em que Amazonas e Roraima funcionavam como uma única Regional. Do mesmo modo, tive as portas da CPT de Roraima abertas durante todo o período da pesquisa. Nesse ambiente, não encontrei os arquivos tão bem organizados como o da Regional do Amazonas, o que tornou a tarefa de coleta de informações mais difícil; não obstante, a riqueza da documentação permitiu mergulhar na história dessa Pastoral, assim como no próprio movimento sindical dos trabalhadores rurais de Roraima e de alguns movimentos rurais deste estado. Demais, jornais de circulação local

também foram utilizados na composição da trajetória da CPT de Roraima e de algumas de suas lideranças.

Além das entrevistas e do acesso à documentação da CPT, a convivência com a própria organização da Pastoral ao longo desses anos, seja como colaborador, seja como membro do Conselho da Regional Roraima, permitiu um trabalho de observação e um conjunto de anotações similares ao que seria um caderno de campo (muito embora eu não saiba dizer se efetivamente posso tratar esse material como um “caderno de campo”); contudo, posso afirmar que muitas notas foram registradas e que elas permitiram a compreensão de certos aspectos e nuances muito particulares da atuação da CPT em Roraima.

Durante a realização das entrevistas, bem como durante os períodos de viagem pelas áreas rurais do estado de Roraima, convivi com diversos sujeitos que estão envolvidos com a temática do presente trabalho e com uma multiplicidade de adjetivos empregados para designar o homem e a mulher que estão no campo; dentre os mais empregados, constam os seguintes: agricultor familiar, camponês, colono e trabalhador rural.

O termo “agricultor familiar” foi utilizado sobretudo por dirigentes da antiga Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Roraima (FETAGRR), hoje Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado de Roraima, FETRAFRR, mas também foi anotado nos contatos com presidentes de associações, bem como, em alguns momentos, foi utilizado por ex dirigentes da Central dos Assentados de Roraima (CAR). No caso específico da FETAG, a adoção desse termo é bastante compreensível, uma vez que essa Federação faz parte da estrutura da CONTAG, a qual, desde a última década do século passado, tem assumido a perspectiva de busca de um novo projeto para o campo brasileiro, onde a agricultura familiar é uma questão central.

No que se refere ao emprego do termo “camponês”, percebi que é usado de forma mais recorrente nas falas dos representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e, da própria CPT. No caso dos dois movimentos citados a adoção desse termo parece estar vinculada as suas perspectivas de sociedade, pois o termo parece carrear de forma mais nítida a ideia de uma certa autonomia diante do mercado.

A designação identificadora dos sujeitos com a expressão “colono” foi marcantemente observada entre moradores dos antigos projetos de colonização e também dos

projetos de assentamento da Reforma Agrária. Devo acrescentar, porém, que o uso dessa categoria sempre foi recorrente nas falas de dirigentes da FETAG, bem como de membros da CPT e, também, de servidores do INCRA e da Secretaria de Agricultura do Estado. Essa expressão parece consagrada no vocabulário da sociedade roraimense para identificar as pessoas que vivem no interior do estado e, especialmente, nos projetos de assentamentos (CARDOSO, 2009). Acrescento, outrossim, que, em alguns momentos, o termo é usado de forma pejorativa e, em outros, para vincular essas pessoas aos projetos de colonização de que elas fazem ou fizeram parte. Em certos casos, os moradores das regiões que visitei se identificam como colonos em distinção àqueles que são fazendeiros, ou seja: é “colono” aquele que ocupa um lote e não possui nenhum tipo de equipamento (fora as ferramentas tradicionais) para realizar suas atividades na terra, ao passo que “fazendeiro” é aquele que possui uma quantidade de terras maior, cria gado e já possui uma produção mecanizada. Essa distinção foi destacada a partir dos diálogos que mantive com os próprios colonos em várias ocasiões, e que pode remeter ao conceito de *habitus*, cunhado por Bourdieu (1996; 2007).

Já, a expressão “trabalhador rural” foi utilizada de forma mais genérica por pessoas das várias entidades com quem mantive contato durante o desenvolvimento da pesquisa. O uso mais generalizado desse termo talvez se explique e justifique porque a expressão identifica todos aqueles que estão vinculados ao mundo do trabalho no campo, independentemente de serem proprietários de lote, diaristas ou assalariados rurais.

Desse modo, fica patente que as categorias utilizadas por lideranças sindicais e de movimentos sociais fazem parte do seu recorte ideológico; ou melhor, funcionam como ferramentas para delimitação dos diferentes recortes ideológicos e tradições discursivas a que aqueles se filiam.

Diante desse quadro teórico, adotarei no presente trabalho a categoria de “camponeses”, atribuindo ao termo uma perspectiva mais generalizante. Por meio desse termo concebo parte da sociedade que busca na terra uma maneira de viver, um espaço para produzir seus alimentos, ou seja, um lugar para produção da vida, não completamente autônomo do mercado, mas que consegue estabelecer certa autonomia quanto ao seu modo de vida, à definição de quantas horas trabalhar numa jornada, bem como sobre o que produzir e, sobretudo, como produzir (MARTINS 2003c; 1973), mas que não se propõe a romper o

sistema imposto pelo capital, e sim a apresentar uma ética que imponha limites à expansão capitalista (MARTINS, 2003c).

Já a categoria “assentados” será utilizada em sentido mais específico: para designar todo aquele que, na condição de sujeito social, participa de um projeto do governo e que está estabelecido em uma determinada área de assentamento (CARVALHO, 1999).

O trabalho das entidades sindicais e dos movimentos sociais que mobilizam os homens e as mulheres que vivem no campo tendem a construir uma identidade entre essas pessoas com o fito de possibilitar a atuação de forma coletiva. É um processo de reconhecimento do próprio indivíduo dentro de um determinado grupo, de uma comunidade ou dentro de uma classe social, pois nem sempre o indivíduo se reconhece ou se identifica em um certo conjunto, mesmo que ele esteja lá participando, vivendo e compartilhando de uma realidade. A experiência da pesquisa permitiu observar o fato de que se torna mais fácil alguém de fora percebê-lo como integrante daquela situação ou circunstância do que o próprio sujeito se reconhecer como parte dela.

Portanto, considero que participar de um sindicato, de um movimento, consiste em atitude que pode trazer vantagens individuais. Por outro lado, isso permite a interação de grupos e de pessoas das mais diversas regiões, culturas, etnias e perfil econômico, tendo em vista que as entidades e movimentos estão integrados em redes maiores que possibilitam uma articulação e, em certas circunstâncias, a divulgação de determinados embates. Nesse tipo de dinâmica é que se torna possível a geração de apoio e de solidariedade de diversas organizações, dos mais distintos lugares, para uma determinada comunidade ou grupo, que passa por uma situação de conflito. Inicialmente, daremos essa forma de tratamento para a Comissão Pastoral da Terra.

Utilizarei a perspectiva de Gramsci (2007) tanto para compreender a ação como a atuação da CPT. Buscarei refletir sobre o papel da CPT, como um grupo que dispõe de capacidade e organização para oferecer uma direção política para a sociedade, e em certas circunstâncias, impõe essa direção. Preliminarmente, a leitura de Gramsci (2007) fornece subsídios para construir uma análise sobre uma organização que buscou a hegemonia em determinados espaços da sociedade brasileira.

Como reforço à perspectiva de trabalho que será desenvolvido, recorro ainda a Paiva (1985b) – que também se apoia em Gramsci –, e que demonstra que a Igreja Católica

(IC) reivindica o direito e a liberdade de atuar dentro de sociedades nacionais como uma “sociedade civil (transnacional) dentro da sociedade civil (nacional)”, com o objetivo de manter sua unidade nacional e transnacional e influir sobre as sociedades nacionais e sobre a política internacional. A direção adotada pela IC sempre considera sua referência universal e seus interesses institucionais fundamentais, os quais podem ser compatíveis com a resistência ao autoritarismo e com inserção nos setores populares, apoiando solidariamente os oprimidos. Ao compreender essas características da IC é possível entender melhor a atuação dessa instituição nas últimas décadas, assim como os movimentos surgidos a partir de sua influência, no entanto, cabe ressaltar que a IC não é monolítica e conta com várias concepções de mundo em seu interior.

Gramsci (2007) discute sobre a importância de se compreender como grupos politicamente organizados alcançam, mantêm ou perdem o poder, e como são estabelecidas as relações com vários outros grupos que, ainda que não estejam na linha de frente, são de extrema importância para um determinado grupo social alcançar seus objetivos.

Outro aspecto que merece reflexão diz respeito ao modo que os componentes da CPT se constituem na qualidade de “intelectuais orgânicos”, tal como adotada por Grzybowski (1985). Incorporo essa perspectiva à minha análise em razão de este autor defender a ideia de que o trabalho educativo “prestado pela CPT, deve ser pensado e analisado como uma ação política, no sentido rigoroso da palavra, pois aponta direção para as lutas e as formas de organização dos colonos” (GRZYBOWSKI, 1985, p. 249). Ou seja, os agentes da CPT atuam como intelectuais orgânicos; então, penso que examinar esse tipo de posicionamento seja importante para a compreender a ação daqueles que atuam na CPT no estado de Roraima.

A atuação das lideranças vinculadas à questão agrária tem orientado debates amplos em nível local, regional e internacional. Dada sua relevância e atualidade, esta questão foi amplamente debatida no Sínodo para a Amazônia, realizado em Roma entre os dias 06 e 27 de outubro de 2019. Durante todo o processo preparatório que se iniciou logo após da sua convocação pelo Papa Francisco em 15 de outubro de 2017, a questão agrária e a atuação das lideranças camponesas foram temas amplamente discutidos. De acordo com os relatórios institucionais realizados pela Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM, 2019), instituição encarregada pela Conferência dos Bispos do Brasil de realizar um amplo diagnóstico em

preparação para a Assembleia Sinodal, mais de 86 mil pessoas participaram do processo preparatório nos 9 países que formam a Pan-Amazônia. A questão agrária aparece com muita ênfase também no Documento Final¹ do referido sínodo que se tornou uma referência internacional.

Para expor o presente trabalho iniciaremos com o primeiro capítulo apresentando uma introdução ao problema estudado. No segundo capítulo, refletirei sobre a realidade da ocupação do estado de Roraima inserido na problemática da própria expansão da sociedade nacional e na Amazônia brasileira nos últimos 50 anos. Apontarei brevemente o fluxo de migração para Roraima e como parte desses migrantes se dirigiu para áreas de colonização ou para projetos de assentamento da reforma agrária, adotando a perspectiva de que as dificuldades enfrentadas pelos migrantes ao chegarem a uma região com pouquíssima ou quase nenhuma infraestrutura e ausência de apoio governamental propiciou a organização de muitas famílias para reivindicarem condições mínimas para produzirem e escoarem sua produção.

O terceiro capítulo tratará da atuação da Igreja católica no meio rural e destacará a presença da Comissão Pastoral da Terra na Amazônia Brasileira. Nessa etapa do trabalho, também será discutido, a questão relativa ao papel da CPT de ser um organismo de apoio aos camponeses e/ou uma vanguarda política com o apoio principal de dois autores: o primeiro é Ivo Poletto, que escreve sobre a CPT de uma perspectiva de quem participa do organismo, e Cândido Grzybowski, que realizou pesquisa sobre a atuação da CPT na região sul do Brasil. Os textos desses autores fazem parte do livro organizado por Paiva (1985), fruto do Seminário Igreja e Questão Agrária, realizado naquele mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro. Apesar da distância que separa o referido seminário e a realização de minhas pesquisas, acredito que a temática debatida naquela época, por vários estudiosos, ainda são atuais, especialmente para investigação que me propus, pois investigo questões que se aproximam ou sofreram influência da temática daquele seminário.

No quarto capítulo, versarei sobre a atuação da CPT no estado de Roraima. Nessa seção refletirei sobre a presença da CPT no Estado e como essa entidade colaborou com a formação de lideranças sindicais e políticas. Além disso, focalizarei a importância da CPT em

¹ Versão disponível no site oficial do sínodo: http://www.vatican.va/roman_curia/synod/index_po.htm. Acesso em 28/11/2019

Roraima para formação e criação de sindicatos de trabalhadores rurais e da própria Federação de Trabalhadores Rurais de Roraima e até mesmo de partidos políticos.

Pôr fim, em busca de considerações finais, analisarei aspectos do desenvolvimento de todo trabalho de pesquisa, vislumbrando confirmar a tese de que a CPT Regional Roraima foi uma semeadora de lideranças, de movimentos sociais rurais e de sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e que sempre esteve ao lado dos camponeses e trabalhadores rurais, dividida entre o apoio e a direção política.

2 EXPANSÃO DO CAPITAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E O ESTADO DE RORAIMA

Para compreender a atuação da CPT em Roraima, é necessário observar alguns aspectos da ocupação da Amazônia e a expansão do capital no período subsequente ao golpe militar de 1964. A estratégia militar de garantia da fronteira Norte brasileira teve como suporte a exploração dos trabalhadores, especialmente aqueles das áreas rurais que trabalhavam na abertura de estradas e na derrubada de mata para instalação de fazendas de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, a exemplo da Camargo Corrêa, Volkswagen e Banco Bamerindus.

Esses grupos utilizaram formas de exploração típicas da região, oriundas, porém, de outro tempo histórico, mas que serviram aos interesses desses novos colonizadores, haja vista que garantiram uma rápida acumulação de capital (MARTINS, 1997)

Muitos empresários e fazendeiros que participaram da ocupação da Amazônia por meio dos incentivos financeiros e fiscais oferecidos por intermédio grandes projetos direcionados para região pelo Estado brasileiro, como o Programa de Distribuição de Terras do Norte e do Nordeste (PROTERRA) e Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), normalmente não residiam na região e comandavam seus negócios a partir do centro-sul do país. Porém, o gerenciamento era exercido no local por pessoas que se utilizavam dos mais variados métodos para garantir a presença da força de trabalho. Dentre esses métodos notabilizou-se os serviços dos chamados gatos (pessoas que saiam contratando homens dispostos a trabalhar na derrubada da floresta).

Conforme Cardoso e Müller (1977) o Estado brasileiro, naquele período mantinha uma íntima relação com a iniciativa privada, estabeleceu um processo de ocupação dessa vasta região brasileira oferecendo incentivos fiscais, financiamentos facilitados para as grandes empresas e deu início à construção de obras estruturais, como a TRANSAMAZÔNICA. Por outro lado, o discurso do homem como meta principal foi posto de lado e, com isso, foi soterrada a ideia de possibilitar melhores condições de vida para os nordestinos atingidos pela seca e por uma estrutura fundiária antiga, bem como o ideal de propiciar um novo horizonte para os amazônidas.

As iniciativas governamentais que demonstraram certa preocupação com o grande fluxo de pessoas para a Amazônia brasileira não visavam o bem-estar das famílias que

se deslocavam para região, mas principalmente grupos econômicos, pois as referidas iniciativas não foram suficientes para lidar com os problemas da alta exploração imposta pelo capital aos trabalhadores, bem como com o isolamento vivido por muitos homens e mulheres que acreditaram na propaganda estatal e seguiram com seus familiares para dentro da floresta (MARTINS, 1981), além do processo de mercantilização e financeirização da terra.

Ressalto, que em períodos históricos anteriores, o Estado brasileiro empreendeu várias tentativas de ocupação dessa região. Um dos casos mais emblemáticos foi o “ciclo da borracha” que, em virtude da seca no nordeste, num primeiro momento, e, posteriormente, por contingências da II Guerra Mundial, milhares de migrantes aportaram na Amazônia.

A inserção da Amazônia no circuito internacional do capital é configurada pela violência e efetivamente é a partir desse momento que a região aprofunda o seu caráter de exploração externa, justificando o recorte temporal dessa pesquisa para os anos 1970. Dessa maneira, o capital ingressa na produção agropecuária e de mineração na região, passa-se para uma nova etapa histórica em que a Amazônia não apenas serve à acumulação “externa”, mas passa a viver, um processo de desenvolvimento local.

Essa etapa da Amazônia foi marcada pelos conflitos pela posse e uso da terra, especialmente pelos interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, parceiros ou não de fazendeiros e do poder local, que aproveitavam-se da fragilidade do sistema de posse de terras da região para expropriar camponeses, posseiros, ribeirinhos e indígenas. Dessa forma, a grilagem de terras causou um forte impacto na região Setentrional brasileira.

Durante o processo histórico de colonização do território nacional, a região Norte durante muito tempo foi considerada uma área marginal no processo de ocupação do país, como Otávio Guilherme Velho observou:

[...] em face do Gênero de colonização de que o Brasil foi objeto, em muitos casos a posse não foi absolutamente definitiva, reduzindo-se, em casos extremos, a meras incursões ou expedições exploratórias. Ligada em geral a *ciclos coloniais* de economia, estava a posse, nos casos em que alguma forma se deu, sujeita a fatores historicamente incontroláveis, tais como o esgotamento de reservas minerais ou do solo, e oscilações de preços no mercado internacional em virtude da concorrência de outros produtores ou aparecimento de bens substitutivos. E uma vez encerrado o ciclo, aquelas áreas que não conseguiam readaptar-se a um novo ciclo econômico voltavam a uma situação de maior ou menor marginalização. (1972, p. 11)

Além disso, parte da população que se deslocou acompanhando os ciclos econômicos permaneceu na região ou se deslocou dentro da própria Amazônia e por onde se

estabeleceu não teve a preocupação com a regularização de suas áreas e por essa tradição foram penalizadas pelos que chegaram depois.

Octávio Ianni ao estudar a luta pela terra na Amazônia também observou que ao longo da ocupação desse território muitas famílias camponesas não vislumbraram a necessidade ou não dispunham de meios para registrarem suas posses:

(...) os caboclos amazonenses, como os nordestinos acaboclizados na Amazônia fixaram-se ou instalaram-se em pequenas ou médias posses. Passaram a viver da caça, pesca, coleta, alguma agricultura ou pouca criação. Acomodaram-se numa economia de subsistência com escasso ou nulo comércio de excedentes. Formaram parte da população dos sítios, freguesias, ruas, povoados, centros ou beiras. (...) ante a imensidade da terra, franqueada a todos e pelo gênero de vida meio nômade que levavam, não tinham sentido a necessidade de assegurar-se o direito a propriedade. A posse parecia-lhes bastante (IANNI, 1979b, p. 134-135).

Para Velho (1972) “A Amazônia permaneceu séculos numa situação de grande marginalização em relação ao mundo, mas especialmente em relação ao próprio Brasil.” (p. 33).

O cenário político e econômico do Brasil da década de 1970 transformou algumas regiões em espaços de conflito social, dentre os quais se destaca o Nordeste, pois foi essa região que mais contribuiu para o deslocamento de famílias para região Norte, principalmente por conta de sua estrutura fundiária que não propiciava terra para as famílias camponesas e nem tampouco gerava empregos suficientes para um número crescente de trabalhadores. Porém, essa não era uma exclusividade do Nordeste, houve deslocamentos da região Sul, Sudeste e do Centro-Oeste, em menor medida, como também intra-região.

Nessa configuração política de turbulência social e com o desejo dos militares em guarnecer a fronteira Norte, o Estado brasileiro organizou um processo de migração para região ao estabelecer um modelo de colonização oficial, também ofereceu todas as condições para a implementação de um modelo de colonização privado.

Os aspectos até aqui abordados permitem observar que houve a confluência de certos fatores que foram determinantes para ocupação da Amazônia a partir de 1960/1970, dentre os quais, a frente pioneira e a frente de expansão do capitalismo (MARTINS, 1975), a industrialização do país, a modernização conservadora da agricultura e o interesse dos militares em ocupar a fronteira Norte, aliado ao princípio de redução das tensões sociais em várias regiões do país, forçando a migração para fronteira Setentrional.

Com os incentivos financeiros e fiscais proporcionados pelo Estado brasileiro, mais a propaganda de terra para todos, se construiu a imagem da região como um mito da terra fácil e abundante se espalhou por todo o país. Mesmo na atualidade, nas conversas com pessoas que migraram para Roraima entre os anos de 1970 e 1980, a motivação alegada para a mudança está no fato da propaganda governamental ter informado que o acesso à terra no Norte do país seria fácil. Apesar da distância que nos separa daquele período, ainda hoje é possível registrar relatos de pessoas que apontam a vinda para as terras roraimenses por conta das facilidades aqui encontradas. Alguns ainda dizem que, com disposição e vontade, sempre se encontra um pedaço de terra para trabalhar.

Com essa análise panorâmica da expansão do capitalismo na Amazônia e da forma como essa região foi ocupada ao longo das últimas décadas, vários elementos foram importantes para essa configuração.

O primeiro, essa ocupação se deu durante um período de exceção, ou seja, do controle autoritário e repressivo da ditadura civil e militar de 1964 a 1985. Isso proporcionou a instalação de grandes projetos sem a participação popular, nem dos habitantes da região e nem dos migrantes. Esse mesmo regime político, para reduzir os conflitos sociais existentes em várias regiões do país, construiu um modelo de colonização oficial e privado que proporcionou o deslocamento de milhares de pessoas para Amazônia, dos quais muitos agricultores, posseiros, camponeses e trabalhadores rurais.

Segundo, o estímulo do Estado brasileiro ao grande capital, que se cristalizou em incentivos fiscais e financiamentos, bem como na facilitação do acesso à terra. Isso propiciou uma concentração de terras nas mãos de poucas pessoas ou grupos econômicos, e deixou em segundo plano os migrantes que se deslocavam para região, seguindo a propaganda governamental.

Terceiro, contato que a estratégia civil e militar de ocupação da região por meio da abertura de estradas, em detrimento de hidrovias, a via de transporte tradicional da região. Destaco que esses planos eram anteriores a 1964, os quais ganharam força nesse período e que até os nossos dias continua a vislumbrar os horizontes de governantes, lideranças políticas e empresariais. A política de integração nacional passava pela construção de estradas, tendo como finalidade a integração da região ao mercado da região centro-sul e, o rápido deslocamento de tropas.

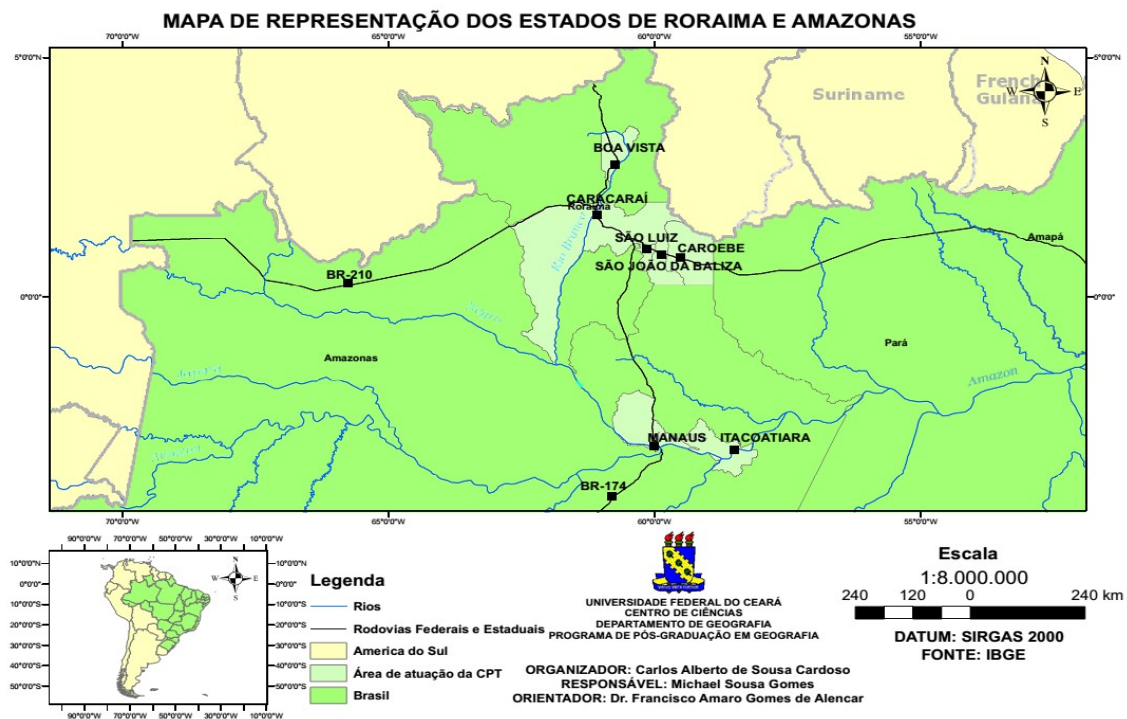
Por fim, isso ocorreu num momento de expansão do capitalismo e da modernização conservadora da agricultura no Brasil, gerou conflitos sociais, a exploração e a expropriação de camponeses das regiões tradicionalmente ocupadas.

As circunstâncias desse movimento de ocupação da Amazônia brasileira a partir de meados dos anos de 1960 impactou o atual estado de Roraima, refletindo em sua composição social, política e econômica.

2.1 Roraima e sua realidade fronteiriça

Localizado no extremo Norte da Amazônia brasileira, zona fronteiriça, o estado de Roraima limita-se ao norte com a República Bolivariana da Venezuela e com a República Cooperativista da Guiana; a leste, com a República Cooperativista da Guiana; a oeste, com o estado do Amazonas e com a República Bolivariana da Venezuela, e ao sul, com os estados do Amazonas e do Pará, conforme a (Figura 1). A BR 174, que interliga Manaus a Boa Vista, e esta última com a fronteira até Venezuela, o que garante a conexão dessas duas capitais brasileira com a cidade de Caracas. A capital, Boa Vista, está localizada à margem direita do rio Branco, a uma distância de 785 km da cidade de Manaus; 1.528 km de Caracas, capital da Venezuela, e 641 km de Georgetown, capital da Guiana (BARROS, 1995).

Figura 1 - Mapa de Representação dos Estados de Roraima e Amazonas



Fonte: organizado pelo autor.

Roraima faz parte da Amazônia Legal, sua área total é de 224.300,506 km², divididos em 15 municípios, com uma população de 450.479 habitantes, que concentra-se nas áreas urbanas, especialmente na capital, onde se encontram cerca de 60% do total de habitantes do estado (BRASIL, Censo demográfico, 2010).

A ocupação do baixo e alto rio Branco² foi reflexo do processo de colonização da Amazônia, que se deu principalmente a partir do século XVIII com o estabelecimento das chamadas Fazendas Reais de criação de gado. Trata-se de um esforço justificado muito mais pelo interesse da coroa portuguesa em garantir a posse do território pela pata do boi, do que uma avidez pelo mercado bovino (BARROS, 1995).

Posteriormente, com o avanço da exploração dos recursos naturais da Amazônia, como as drogas do sertão e a borracha, houve um crescimento dos antigos povoamentos e o surgimento de novos povoados; a criação de gado teve um efetivo interesse comercial, especialmente no final do século XIX e início do século XX. Esta situação estabeleceu relativa importância para a região onde hoje se situa Roraima, no que diz respeito à produção de alimentos (BARROS, 1995).

Mais tarde, com a criação do Território Federal de Rio Branco, em 1943, começam a surgir as primeiras tentativas de criação de colônias agrícolas com a finalidade de estabelecer um cinturão de abastecimento no entorno de Boa Vista. A partir de então a pequena vila ostentou novo *status*, uma vez que passou a contar com novos sujeitos, pois além daqueles envolvidos com o negócio da pecuária e da mineração, recebeu um número maior de militares e de servidores públicos federais (BARROS, 1995).

Essa preocupação com o abastecimento agrícola de Boa Vista levou à criação da colônia de Mucajaí, situada às margens do que hoje é a BR 174. Conforme Nilson Barros (1995), esse foi um marco do povoamento da área de floresta equatorial.

O processo de colonização agrícola seguiu arrastando-se até os anos de 1970, quando ocorreu a construção das rodovias federais BR 174 e BR 210, durante a ditadura civil-militar e dentro do espírito da segurança nacional (BARROS, 1995; SANTOS, 2004). Nesse período iniciou-se uma forte transformação da paisagem do estado de Roraima, assim como de boa parte da região Amazônica, pois são criados programas de colonização, distribuídos ao

² Ao longo da ocupação do território onde hoje se localiza o estado de Roraima o rio Branco foi a principal via de acesso e comunicação com as demais regiões do país até a construção da BR 174.

longo das rodovias acima referidas. As implicações e impactos desse evento podem ser percebidos até os dias de hoje.

A integração ao mercado nacional e a abertura do estado para grandes projetos de colonização foram propiciados pela construção da rodovia federal, BR 174, inaugurada em 1976. Assim foi estabelecido a primeira ligação por via terrestre entre Boa Vista e a capital do estado vizinho, o Amazonas. Outro fator que marcou esse período foi a construção da rodovia Perimetral Norte, BR 210, que abriu a possibilidade dos deslocamentos para região Sudeste do estado (BARROS, 1995; SANTOS, 2010). Além das rodovias já mencionadas, cito também a rodovia BR 432, antiga RR 170, uma via alternativa a BR 174 que interliga Boa Vista ao sul do estado, passando pelos municípios de Cantá e Caracaraí.

Os três eixos rodoviários acima mencionados foram importantes rotas para o ingresso de colonos no interior do estado de Roraima e a formação de vários projetos de colonização e posteriormente de projetos de assentamento da reforma agrária. A BR 174 foi iniciada em 1968 e oficialmente concluída em 1977 (VIEIRA, 2007), é a principal via terrestre de acesso ao estado de Roraima e de acordo com Barros (1995) a paisagem do estado começa a efetivamente se transformar a partir dessa rodovia, além da BR 210 ou também conhecida como perimetral Norte, rodovia jamais concluída.

No entanto, o trecho concluído foi responsável pela ocupação do Sudeste de Roraima, berço da Comissão Pastoral da Terra em Roraima, para onde muitas famílias migraram durante os anos 1970 e 1980, algumas vieram acompanhando as obras dessas rodovias, outras seguindo o rastro dos garimpos, além das famílias que buscavam terras para plantar (SANTOS, 2010), parte desses deslocamentos partiam do estado de Rondônia, de pessoas que já haviam passado por várias regiões e tomavam conhecimento da disponibilidade de terras para plantação de café e cacau nessa região³.

As ações de planificação do governo central brasileiro, por intermédio dos vários projetos de integração nacional dos anos de 1970 e 1980, foram capazes de criar um fluxo extraordinário de migrantes para áreas rurais do estado de Roraima (BARROS, 1995; RODRIGUES, 1996; SANTOS, 2004).

³ LIMA, Leon Denis Pires de. Entrevista realizada em 15 junho 2017. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso (acervo do autor) e; CORDEIRO, Rosângela Piovizani. Entrevista realizada em 5 de agosto 2017. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso (acervo do autor)

Além disso, Roraima foi impactado com os conflitos gerados no centro da região Norte. O governo brasileiro, em certa medida, adotou projetos sem identificação com a Amazônia para realizar a ocupação desse vasto território, tal o caso do Programa para Integração Nacional (PIN), na primeira metade dos anos 1970, PROTERRA, TRANSAMAZÔNICA e POLOMAZÔNIA, que era um Programa de Polos de Agropecuária e Agrominerais da Amazônia entre 1974 a 1980, dentre outros, projetos dessa natureza atraíram a atenção de grandes grupos capitalistas nacionais e multinacionais, que se apossaram de áreas no interior da Amazônia, ocasionando uma série de conflitos por terra.

Em decorrência da ocupação desordenada da Amazônia, pois, apesar dos programas de integração e desenvolvimento, o Estado brasileiro desconhecia de fato a realidade local, surgiram embates entre empresários, fazendeiros, madeireiros, indígenas, posseiros, grileiros, camponeses, colonos e trabalhadores rurais. Essa trajetória, normalmente, seguia assim: no momento inicial acontecia a chegada dos migrantes; depois disso, primeiro se dava a derrubada da floresta e, em seguida, por falta de condições para sua manutenção e de sua família, ou por conta da expropriação violenta, esses grupos migravam para novas áreas, nas quais, em muitos casos se deparavam com populações tradicionais; desse contato, eram gerados novos conflitos (BARROS, 1995; DINIZ, 1998; SANTOS, 2004).

É nesse contexto que foram implementados os programas de colonização dirigida e os projetos de assentamento da reforma agrária, estabelecidos por iniciativas do governo federal ou estadual em Roraima (BARROS, 1995). No entanto, Santos (2010), alerta que a colonização do sudeste de Roraima receberia atenção do Governo Federal e Estadual apenas depois de ocorrer uma forte migração para região, onde os colonos estabeleceram as veredas e realizaram os cortes dos lotes, ou seja, o processo de ocupação/colonização partiu da iniciativa dos migrantes que chegavam de várias regiões do país, especialmente do Nordeste.

Em relação a situação dos migrantes que chegavam ao estado de Roraima nas décadas de 1970 e 1980, padre Albano Inácio Ternus, que foi um dos primeiros coordenadores da CPT Regional Amazonas/Roraima, fez a seguinte descrição

[...] os agricultores de Roraima estavam todos praticamente jogados, abandonados, sem apoio do Estado. Simplesmente estavam lá sem a questão da saúde, a questão escola no início quando chegavam. Então por causa bíblica a gente entrava por todos esses campos, porque o povo não vive nas nuvens, ele vive no chão, então esse chão tem que ser cultivado, tem que ser amado, tem que receber apoio, e aí a denúncia

das injustiças, a falta de apoio, a politicagem dos tais representantes do povo. Então tudo isso entrava, e naquele tempo ainda era o tempo da repressão.⁴

O governo federal, por intermédio do INCRA, é responsável por sessenta e sete projetos de assentamento rural no estado de Roraima, atendendo aproximadamente, vinte e cinco mil famílias (BRASIL, 2019). Essas referências são importantes, pois a maior parte da atuação da CPT e boa parte da base do sindicalismo rural no estado de Roraima encontra-se justamente nas famílias assentadas nos projetos de responsabilidade legal do INCRA, seja nos antigos projetos de colonização ou nos atuais assentamentos, em seus diversos modelos de projeto de Reforma Agrária..

No quadro 1, observo que o estado de Roraima dispôs de um crescimento populacional vertiginoso nas últimas décadas, dobrando sua população entre os anos de 1970 a 1980 e praticamente triplicou da década de 1980 para década de 1990.

Quadro 1: Evolução da população no estado de Roraima

ANO	1970	1980	1991	2000	2010
POPULAÇÃO	40.885	79.159	217.583	324.397	450.479

Fonte: elaborado pelo autor com base nos de Censo 1970 apud (BRASIL, 2005); Censo 1980, 1991 e 2000 apud Vale, (2007), Censo 2010, (BRASIL, 2010)

Parte desse deslocamento de pessoas para o estado de Roraima teve as áreas rurais como destino, muito embora, Boa Vista fosse a principal cidade de chegada dos migrantes pelo fato da maior parte dos órgãos públicos responsáveis pela distribuição de lotes de terra localizarem-se nessa capital. Rorainópolis, foi outra cidade que recebeu um significativo contingente de migrantes, mas por um motivo distinto ao de Boa Vista, pois aquele município encontra-se em uma posição estratégica para quem chega por via terrestre a Roraima, visto que é a primeira cidade a qual o viajante depara-se quando entra neste estado vindo de Manaus. Essa situação pode ser confirmada pelos dados populacionais dos últimos censos, onde Rorainópolis conquistou o posto de segunda cidade em números de habitantes do estado de Roraima. Além disso, esse município surgiu a partir de um Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Anauá, um dos maiores assentamentos em extensão e números de lotes do país, que posteriormente ficou conhecido como vila do INCRA, até ser transformado em município (BARROS, 1995).

⁴ TERNUS, Albano Inácio. Entrevista realizada em 10 fevereiro 2018 em Manaus, Amazonas. Entrevista concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso, (acervo do autor).

Destaco, que esse fluxo de migrantes se deve ao garimpo, a transformação do Território Federal de Roraima em Estado, no ano de 1988 com a Constituição Federal, fato que gerou a criação de novos empregos, seja no serviço público ou na iniciativa privada, especialmente na construção civil devido a construção de novos prédios para a instalação de órgãos públicos estaduais e federais, aberturas de estradas, entre outros aspectos (RODRIGUES, 1996; SANTOS, 2004).

A realidade encontrada nos antigos projetos de colonização e nos de assentamento da reforma agrária de Roraima não se distinguem de outras áreas da Amazônia, apesar dos inúmeros problemas já conhecidos, o modelo se reproduziu e acabou se repetindo, pois os assentamentos continuaram e continuam sendo implantados da mesma forma, ou seja, define-se uma área, traça-se uma via de acesso e daí se estabelecem as vicinais seguindo um desenho ortogonal (a conhecida planta em “espinha de peixe”). Em alguns momentos se esbarra em regiões inadequadas, com alagados, rios e serras. Disso acarreta que os lotes demarcados com uma determinada extensão sejam impróprios para a agricultura, pois a área é dominada por elementos naturais impeditivos para exploração da terra. Com raríssimas exceções foram instalados projetos com modelos distintos ao tradicional e mesmo assim, as tentativas de criação de modelos alternativos não foram bem-aceitos por servidores do INCRA e até mesmo pelas famílias assentadas (CARDOSO, 2009).

Ainda cabe acrescentar que, de acordo com literatura (DINIZ, 1998; OLIVEIRA, 2005; SANTOS, 2010), bem como com entrevistas realizadas com Velho Riba⁵ e Claro Matias⁶, vários projetos de assentamento foram criados por iniciativa do governo do estado de Roraima, ao passo que outros surgiram a partir da ocupação voluntária por parte dos chamados colonos, sendo, posteriormente, incorporados pelo INCRA. Uma vez que estavam situados em terras da União, para regularizar a situação desses posseiros, aquela autarquia transforma a região em um Projeto de Assentamento Federal.

Todo esse projeto aqui foi assentado pelo governo do estado, pelo órgão chamado ITERAIMA, foi ele que fez os cortes da terra, porém o assentamento das pessoas veio pelo INCRA por volta do ano de 1995. O INCRA passou e a gente passou a conhecer quem era o INCRA, pelo menos eu não tinha conhecimento com o INCRA [...] Aqui em Roraima sempre acontece assim, o governo do Estado faz a estrada e o INCRA assenta o povo naquela estrada. Não teve nenhum problema na transição, não, o governo só passou a responsabilidade para o INCRA demarcar os lotes e iniciar a documentação [...] O governo do estado construiu a RR-170 e depois

⁵ Entrevista com José Ribamar de Araújo (Velho Riba), morador do PA RR 170, 2008.

⁶ Entrevista com Claro Matias, morador PA RR 170, 2008.

repassou os lotes de cada um. O projeto RR foi assim: os colonos foram entrando e fazendo os picadões e escolhendo seus lotes e tirando os lotes e assim morando e trabalhando, após um tempo o governo ia chegando com a estrada. Os colonos entram primeiro fazem os picadões e ali dividem seus lotes e depois dos lotes feitos muitas vezes depois de 8 a 10 anos é que o governo vem fazer a estrada (Entrevista realizada com o Sr. Claro Matias, 2008).

As observações dos entrevistados demonstram como foram sendo estabelecidos alguns dos projetos de assentamento que hoje estão sob a responsabilidade do INCRA. Essa situação ainda persiste nos dias atuais, pois durante pesquisa realizada sobre a realidade dos assentamentos rurais do estado de Roraima, tive a oportunidade de conhecer alguns projetos de assentamento e de contatar vários moradores, momento em que observei que existem muitos lotes em que o acesso é realizado por um picadão⁷ construído pelos próprios assentados ou pelos madeireiros que retiram toras das áreas desmatadas pelos assentados (CARDOSO, 2009).

[...] povo tomou fogo do INCRA, ai não tem mais como consertar, porque ele não veio fazer o trabalho que deveria fazer, deixou tudo para trás, deixou tudo de bolo, ai fica todo mundo sentado lá no escritório, salário, numa boa, tomando água fria, [...] E o peão entra na mata e diz que vai tirar o lote dele aqui, quando faz a vereda é que ele vai lá no INCRA e diz: rapaz eu tirei a vereda, assim, assim, ai o funcionário do INCRA cadastra o lote do colono sem nem saber onde é o lote, pois é o colono que faz a marcação, dá o número do lote e assim por diante (Entrevista realizada com o Velho Riba, 2008).

Mesmo com todas as dificuldades encontradas, os migrantes que instalaram-se nos antigos projetos de colonização ou os atuais projetos de reforma agrária em Roraima, assumiram a responsabilidade em produzir alimentos para serem consumidos no estado. Dessa forma, Roraima dispõe de uma agricultura de base familiar que enfrenta muitas dificuldades em virtude das distâncias entre as áreas de produção e de consumo, a precariedade das estradas e a falta de uma política estadual de apoio a agricultura familiar. Por outro lado, conta com a presença do agronegócio que em muitos momentos entra em choque com as famílias assentadas.

Diante dessas circunstâncias Roraima é uma fronteira agrícola para a expansão do capital na Amazônia. Atualmente o acesso à terra já não transcorre na forma de épocas passadas, como aquela dos projetos de colonização dirigida, surgindo novos elementos que dificultam ainda mais a conquista da terra. Assim, o estado tornou-se alvo dos interesses da

⁷ Picadão são caminhos ou trilhas abertos na mata e perfazem longas distâncias. Também são chamados de veredas.

expansão do setor dos biocombustíveis, da soja, do milho, do arroz irrigado em grande escala e, ainda, de setores já tradicionais na região como o madeireiro e o de criação de gado.

Além do movimento sindical, organizações de trabalhadores rurais foram instalando-se no estado, seja de atuação nacional como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ou de atuação local como a Central dos Assentados (CAR) (CARDOSO, 2009) entre outros que surgiram ao longo do tempo mas não se mantiveram, como é o caso dessa última.

Na ótica dessa investigação as lutas dos camponeses e o seu processo de organização sindical, fomentado por religiosos ou leigos ligados a Igreja Católica (IC) e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), mas principalmente por intermédio dos agentes da Comissão Pastoral da Terra estavam vinculadas a falta de infraestrutura nos projetos de colonização e de assentamento federal e estadual e o completo abandono por parte dessas duas esferas de governo. De certa maneira, essa realidade demonstra a perspectiva de Thompson (1987), de que a organização e a tomada de consciência de uma classe ocorrem a partir de seus processos de luta.

3 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Devido ao seu processo de constituição, a presença da Igreja católica no meio rural faz parte de sua tradição, no entanto é importante conhecer, mesmo que de forma panorâmica, a atuação da Igreja Católica no meio rural brasileiro e suas especificidades, principalmente a partir da segunda metade do século XX, buscando compreender as contradições de suas ações ora atuando em favor das elites, ora se dedicando ao povo pobre, dividindo seu espectro entre um campo conservador e elitista e um campo popular democrático, mais recentemente caracterizado por Löwy (2016) como cristianismo da libertação sustentado na busca pela autonomia e emancipação política do povo. A Comissão Pastoral da Terra surgiu em meio aos embates entre as visões de mundo destas duas posições, aos conflitos sociais que atingiram o Brasil durante a ditadura civil militar após o golpe de 1964, que geraram uma forte opressão, violência e um conjunto de arbitrariedades sobre a sociedade brasileira em que posseiros, migrantes e indígenas na Amazônia foram atingidos e sofreram e sofrem suas consequências.

3.1 A Igreja Católica no meio rural brasileiro, Ação Católica e Teologia da Libertação

Um dos elementos que impulsionou Igreja Católica (IC) do Brasil a prestar maior atenção aos camponeses e as suas possibilidades de organização política foi a Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, de maio de 1891, que tratava, entre outras questões, da situação de exploração dos operários e de como a igreja deveria lidar com o avanço do socialismo sobre a classe operária. Por conta de sua tradicional presença em comunidades rurais, a IC também passou a ter uma forte preocupação com a presença política de sujeitos que levavam novas perspectivas para populações daquelas comunidades.

De acordo com Abdias Vilar de Carvalho (1985), a atuação da IC de caráter mais político em relação a sua ação junto aos camponeses foi marcada pela carta pastoral de Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha, Minas Gerais, durante a I Semana Ruralista, datada de setembro de 1950. Para o autor, este momento da ação da IC é conhecido como uma fase de transição, onde houve uma transformação significativa em relação a questão agrária.

Na perspectiva de Carvalho (1985), a IC reconhecia a situação de abandono de camponeses, rendeiros e de pequenos agricultores, por outro lado, acreditava que tal circunstância provocaria o êxodo rural. Daí que advogava pela necessidade do poder público

tomar medidas de atenção aos camponeses; defendia que os católicos deveriam influenciar tanto governantes quanto proprietários no processo de implementação de medidas que visassem à melhoria das condições de vida no meio rural – sem, no entanto, propiciar qualquer possibilidade de conflitos entre classes.

Durante os anos de 1950, revoltas camponesas surgiram em várias regiões do país, assim como ocorreram congressos de trabalhadores rurais e de camponeses que buscavam estabelecer organizações que articulassem nacionalmente os interesses e as lutas desses sujeitos. Além disso, as transformações estruturais pela qual o país vinha modificando sua realidade implicou, inclusive, em crises de abastecimento alimentar. Essa conjuntura elevou a preocupação da IC com a realidade do meio rural, fazendo com que surgisse nas cartas pastorais a preocupação inicial com o problema da reforma agrária.

Conforme as considerações de Carvalho (1985), a atenção da Igreja para com a questão agrária perpassa pelas mobilizações que ocorreram no meio rural durante a década de 50 do século passado. Além disso, as encíclicas papais *Rerum Novarum*, de Leão XIII, de 1891 e *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, de 1931, influenciaram as preocupações da IC para com a situação dos camponeses naquela época.

A Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke, datada de setembro de 1950, chamou a atenção dos participantes da I Semana Ruralista da diocese de Campanha, MG, para os problemas do meio rural e para a precária situação em que viviam os trabalhadores rurais e camponeses, foi um divisor de águas na ação da IC no meio rural. Intitulada *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*, a referida carta pastoral examinava não apenas as condições de vida dos trabalhadores rurais e camponeses, mas especialmente vislumbrava que o meio rural brasileiro em virtude de sua configuração social seria um terreno fácil para a atuação de forças revolucionárias comunistas. Silva (2006) observa que a IC, para além de suas preocupações com as injustiças sociais, setores da igreja estavam inquietos com o enfraquecimento de seu trabalho no meio rural.

O pensamento de Dom Inocêncio seguia os preceitos da encíclica *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, que indicava que os próprios trabalhadores deveriam assumir a liderança de seus movimentos e que caberia a IC identificá-los e formá-los.

Os dois documentos definiram que a IC deveria formar dentro de sua concepção os líderes camponeses e os trabalhadores rurais. Ademais, deveriam ser formados no seio de

sua própria classe, pois seriam líderes com forte identificação com os seus pares. Essa condição se colocava como adequada não apenas para o meio rural, mas para todos os espaços onde a IC atuaria, sejam eles ocupados por operários, por jovens ou mesmo por proprietários. Essas lideranças deveriam ser formadas no princípio da fé cristã e na defesa da família.

Entretanto, durante os anos de 1950, a conjuntura política no meio rural sofre uma série de transformações e os conflitos sociais se acentuam em várias regiões do país e com isso as diversas categorias de camponeses — foreiros, posseiros, assalariados rurais e colonos —, até então desconsiderados como sujeitos políticos pelo chamado *pacto populista*, tornam-se mais visíveis e entram em cena com maior ênfase. Dessa forma, passaram a ter importância no quadro político nacional.

A transformação desse cenário se amplia com uma maior ação dos movimentos sociais rurais, das associações de trabalhadores rurais e especialmente das Ligas Camponesas. E, assim como o operariado urbano foi disputado por várias forças políticas nas décadas anteriores, a partir daquele momento o campesinato também passou a ser disputado por partidos políticos, Estado brasileiro e Igreja Católica.

Carvalho (1985), analisou esse processo o qual confirma essa atuação política da IC:

[...] a Igreja Católica não está isenta: entra na luta para conquistar espaço político e ideológico e não perder a classe camponesa. A sindicalização rural será sua arma de cruzada. Em nome dos Direitos humanos e dos valores cristãos eleva as Ligas à categoria de inimigo maior, por serem consideradas comunistas, pecado de que padecerão os outros grupos de esquerda atuante no campo (CARVALHO, 1985, 93).

Em concordância com Carvalho, Osvaldo Heller da Silva (2006) também apresenta o sentido de uma cruzada para ação da IC em relação à sindicalização rural:

em 1961, o episcopado brasileiro dava o sinal verde à sindicalização no campo. A partir desse momento os católicos (...) dispuseram do aval, tanto de seus chefes brasileiros quanto do Vaticano, para empreender sua cruzada anticomunista. Lançaram-se no processo de organização sindical de tal modo, em 1962, após o Congresso de Belo Horizonte, a Igreja já se apresentava como uma força política considerável no meio rural (SILVA, 2006, p. 220).

No entanto, Carvalho (1985) lembra que como uma cruzada, essa fermentação política transformou-se em um processo violento e estremeceu as estruturas da IC, expondo as contradições de suas forças internas. Neste ponto, retomo ao que mencionei anteriormente sobre as várias igrejas dentro da mesma IC, pois é nesse momento que a sua atuação política, dentro do pacto político estabelecido nas décadas anteriores, se esgota e que novas alianças

foram estabelecidas. Mas, a nova configuração política implicou no esgarçamento de suas forças internas. Assim, setores da igreja fomentaram e apoiaram o golpe civil-militar de 1964; enquanto outros grupos passaram a atuar na clandestinidade e a apoiar a resistência ao regime ditatorial que se instalava.

O papel da Igreja Católica como mediadora entre os movimentos sociais rurais e o Estado ganhou força em fins dos anos 50 e início dos anos 60 do século passado – quando esta instituição passou a influenciar e a disputar o espaço político com outras forças da sociedade brasileira, estabelecendo alianças com setores da direita e da esquerda a um só tempo. Desde então, a IC, por meio de movimentos e entidades vinculados a hierarquia eclesiástica, passou a articular e a constituir as organizações camponesas e de trabalhadores rurais. Ademais, passou a apoiar e a dirigir a fundação de sindicatos e de federações de trabalhadores rurais (COSTA, 1996).

A atuação da IC junto aos trabalhadores rurais e camponeses foi marcada por uma preocupação efetiva com a reforma agrária (Carvalho, 1985), no entanto, em virtude da conjuntura política da época, além das disputas internas, a IC enfrentou a concorrência de outras forças políticas dentre as quais o Partido Comunista (PC) e as Ligas Camponesas. Além disso, conforme Novaes (1997), outros atores sociais também passaram a atuar nesse meio, dentre os quais se destacam advogados, parlamentares, sindicalistas de outros ramos, presidentes de associações profissionais, além de proprietários de terra ligados a partidos políticos. Apesar das posições divergentes, todos tinham em comum a defesa do direito de organização dos trabalhadores rurais e o apoio a suas reivindicações.

A partir daquele cenário a IC empreendeu uma luta na disputa do controle das organizações dos trabalhadores rurais, seja com o Partido Comunista ou com o Estado a partir dos anos 1960.

O estudo de Osvaldo Heller da Silva (2006) também examinou a diversidade de forças estabelecidas dentro da IC, as quais reforçam a perspectiva da existência de várias igrejas na IC,

[...] os primeiros anos da década de 60 viram uma espécie de campo católico tomar forma, fundado essencialmente nas percepções sobre a questão agrária, constituído esquematicamente, no sentido esquerda-direita, pela AP, MEB, CO e TFP. De fato, diante desse leque de tendências clericais tão diferentes, **falar de uma Igreja Católica brasileira, como se ela fosse única, unitária e unívoca, revela-se falacioso. Aqui Igreja existe sempre um adjetivo** (SILVA, 2006. p. 224. Grifos meus).

Ao considerar a pertinência das observações destacadas por Carvalho (1985), Costa (1996), Novaes (1997) e Silva (2006), é possível reconhecer que o quadro de transformação e ruptura política por que passava o país afetava, obviamente, a IC. Com isso, certas mudanças vivenciadas pela IC acentuavam, ainda mais, suas contradições internas. Conseqüentemente, foi nos primeiros anos da década de 1960, que surgiu uma nova Igreja dentro da IC, uma igreja voltada para os oprimidos; haja visto que germinava naqueles anos a Teologia da Libertação Löwy (2016).

É relevante considerar que, apesar dos setores conservadores da IC brasileira atuarem fortemente em direção a um processo de ruptura institucional, mundialmente ocorriam movimentações no âmbito da igreja que buscavam atualização e modernização de suas práticas. Nesse processo, a IC passou a assumir uma postura mais próxima e favorável aos injustiçados e oprimidos, proporcionando aos padres uma interpretação mais livre da bíblia.

Concomitante aos movimentos realizados pela IC até aqui analisados, surgiram iniciativas de Ação Católica, coordenadas inicialmente por Dom Sebastião Leme para atuarem próximos à juventude a partir da década de 1930. Assim, nos anos de 1950, em meio aos estudantes universitários, instituiu-se a Juventude Universitária Católica (JUC), entre o operariado, criou-se a Juventude Operária Católica (JOC), e a Juventude Estudantil Católica (JEC), identificada com os estudantes secundaristas. Esses três grupos, mais a Juventude Agrária Católica, JAC, seguiram o caminho do catolicismo progressista no Brasil (KADT, 2007).

Essa animação da juventude promovida pela IC, seguia o lema da Ação Católica: **ver, julgar e agir**⁸. Contudo, esse lema, poderia estimular uma ação ativa dos militantes católicos em seu próprio meio, mas não garantiria uma atitude progressista.

Porém, as circunstâncias políticas, econômicas e sociais vivenciadas pelo País naquela época e a própria atuação da IC, de uma maneira geral, impuseram a esses

⁸ Metodologia de atuação de origem belgo-francesa adotada pela Ação Católica, especialmente após a segunda guerra mundial. Essa corrente de pensamento católica recebeu contribuições do humanismo cristão de Jaques Maritain, Teilhard Chardin e Emmanuel Mounier e no Brasil foi propagada pelo Pe. Louis Joseph Lebret. Esta metodologia tornou-se lema da juventude católica brasileira a partir de 1950 e basicamente consistia em ver e perceber os problemas sociais, julgá-los a luz dos ensinamentos cristãos e agir em prol da superação das desigualdades sociais, propiciando às comunidades onde era implementada conhecimento da realidade e formação para a transformação social. Além disso, esse modelo de atuação dispõe de uma característica marcante: o princípio da não diretividade

movimentos, especialmente à JUC, a participação ativa na discussão e na busca de soluções para os problemas nacionais. Esta atitude acarretou a geração de certa objeção no seio da IC, pois a JUC era uma organização apostólica formalmente subordinada à hierarquia eclesiástica e não poderia tomar posições isoladas em relação aos problemas do país.

O choque de visões entre a hierarquia da IC e boa parte dos chamados “jucistas” emerge no princípio da década de 1960 por conta, sobretudo, da manutenção da perspectiva de sociedade harmoniosa e da solidariedade entre as classes da doutrina cristã, e em oposição à aceitação a luta de classe defendida pelos marxistas – dos quais os jucistas aproximaram-se. Mesmo que setores do episcopado manifestassem preocupação com as injustiças sofridas pelo povo brasileiro, a crença na unidade da comunidade aparecia como a solução para os males que afetavam a sociedade. No bojo desse processo, surgiu a Ação Popular (AP).

Esta organização não mantinha vínculos formais com a hierarquia eclesiástica, no entanto os seus posicionamentos de caráter progressista orientaram, inicialmente, a formação da AP. Internacionalmente, a encíclica papal *Mater et Magistra*, que trazia uma grande preocupação com a socialização que se opunha aos princípios individualistas da sociedade do livre mercado, também se incorporou ao pensamento da Ação Popular.

Além disso, membros progressistas da Igreja Católica, e vários membros da AP, receberam influências de concepções filosóficas humanistas que defendiam um aprofundamento da socialização como processo de crescimento da solidariedade entre os homens. A fundamentação teórica dessa organização também recebeu forte aporte do marxismo.

É importante registrar que a ideologia dos primeiros anos de funcionamento da AP refletiu em outros movimentos e, em muitas práticas adotadas ao longo dos anos pela CPT. O “ver, julgar e agir” permaneceu como lema, bem como o trabalho de conscientização do povo.

A herança da mobilização dos ativistas católicos que fizeram parte daquelas organizações da Ação Católica, aos poucos foram se deslocando para posições mais progressistas durante aquele período, especialmente entre o clero. Segundo Kadt (2007), entre 1967 e 1968, vários padres, freiras e estudantes de teologia assinaram manifestos denunciando tanto a estrutura arcaica da Igreja, quanto as precárias condições sociais vividas no Brasil e,

por último, responsabilizaram o próprio Governo pelas circunstâncias em que se encontrava o povo brasileiro. As maiores críticas desses documentos foram dirigidas aos próprios padres que não se identificavam com o povo, ostentando um modo de vida típico da classe média. Documentos dessa natureza delinearam um caminho progressista para IC, ou, pelo menos, para uma parte dessa Igreja, refletindo inclusive no encontro preparatório da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para Conferência dos Bispos da América Latina, ocorrida em Medellín. Löwy (2016, p. 147) afirma que a “Esquerda Católica Brasileira da década de 1960 foi a verdadeira precursora do Cristianismo da Liberdade”, de acordo com autor muitos desses sujeitos entraram para partidos políticos e outros que permaneceram nas lutas sociais de forma mais independente.

A própria CNBB, dispõe de uma publicação onde apresenta a atuação da IC em relação a questão agrária (CONFERÊNCIA, 2010), expondo uma atuação da Igreja dos anos de 1950 até 1970, e de 1970 até os dias de hoje, melhor dizendo, as manifestações do episcopado brasileiro relativas aos problemas do campo. Basicamente o primeiro período coincide com boa parte das observações destacadas até o momento. Já o segundo período se configuraria pelos caminhos que levaram a criação da Teologia da Libertação, especialmente a partir do Concílio Vaticano II e Segunda Assembleia Geral do Episcopado Latino Americano, ocorrido em 1968, na cidade de Medellín, Colômbia, que traduziu para a realidade local os princípios e as conclusões do referido Concílio, oportunidade na qual os Bispos apresentaram a opção preferencial pelos pobres e que influenciou uma parte significativa da IC brasileira (LÖWY, 2016).

A IC brasileira abrandou a anterior perspectiva de ataque ao perigo comunista e “se colocou ao lado dos índios, dos posseiros e dos peões e dos que os apoiavam e para esclarecê-los sobre seus legítimos direitos” (CONFERÊNCIA, 2010, p. 20). Um dos seus expoentes desse processo no Brasil foi Dom Pedro Casaldáglia.

Um dos documentos que é possível verificar o posicionamento dos bispos e religiosos brasileiros nos anos de 1970 é o documento identificado como Y-Juca Pirama (1973), onde claramente bispos e missionários brasileiros assumem o compromisso em estarem ao lado dos povos indígenas e de posseiros, além de registrarem que não compactuariam com o avanço do capitalismo sobre as populações do campo:

[...] não aceitaremos ser instrumentos do sistema capitalista brasileiro. Nada faremos em colaboração com aqueles que visam ‘atrair’, ‘pacificar’ e ‘acalmar’ os índios

para favorecerem o avanço dos latifundiários e dos exploradores de minérios ou outras riquezas. Ao contrário, tal procedimento será objeto de nossa denúncia corajosa ao lado dos próprios índios (Y-JUCA PIRAMA, 1973, p. 20).

Toda essa mobilização engendrou a Teologia da Libertação e aquilo que Löwy (2016) chamou de Cristianismo da libertação:

[...] um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 1960, bem antes dos novos escritos teológicos. Esse movimento envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens, religiosos, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, Comunidade Eclesiais de base (CEBs), bem como várias organizações populares criadas por ativistas das CEBs [...] (LÖWY, 2016, p. 72).

Cabe ressaltar que a opção preferencial pelos pobres foi destacada na Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Puebla/México, ocorrida em 1979. No entanto, Löwy chama a atenção que “é preciso acrescentar imediatamente que, para nova teologia, esses pobres são agentes de sua própria libertação e o sujeito de sua própria história” (2016, p. 76), em um claro diálogo com o marxismo.

Iokoi (1986), ressalta que a opção consciente e deliberada pelos pobres era uma recusa à preferência pelo poder, no entanto, “foi uma opção por pobres reais, e materiais, e não uma concepção volátil. Em Puebla, houve ligação entre pobres e a evangelização, conclui-se que os pobres são os que têm a tarefa de anunciar o Evangelho de Jesus Cristo” (IOKOI, 1986, p. 61).

Também foi em Puebla que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), receberam uma maior impulso, tornando-se um ambiente propício para mobilização e organização das pessoas, o lugar da práxis e de maior liberdade diante da hierarquia eclesial (IOKOI, 1986).

Em um diálogo com o pensamento de Max Weber, Löwy (2016), relacionou o caráter congregacional das CEBs para contribuição de circunstâncias políticas que propiciaram a transformação da ética dos subjugados, contudo, o autor observou que as CEBs incorporavam aspectos das liberdades modernas, geradoras de formas de solidariedade que não estavam assentadas em estruturas ruais arcaicas, seus membros participam por escolha própria e buscavam reabilitar das tradições comunitárias a ajuda mútua e a participação em uma fé comum.

A Teologia da Libertação tinha nas CEBs seu espaço de atuação, o lugar da organização e da luta contra a opressão, a violência e a exploração, seja no meio urbano ou

nas áreas rurais. Era um combate ao capitalismo, a idolatria ao dinheiro e ao Mercado, em especial uma luta contra o individualismo da sociedade burguesa moderna.

Para os teólogos da libertação e os agentes pastorais que trabalham com as comunidades de base, um dos aspectos mais negativos da modernidade urbana/industrial da América Latina—de um ponto de vista social e ético—é a destruição dos elos comunitários tradicionais: populações inteiras estão sendo desarraigadas de seu ambiente rural e comunitário com o desenvolvimento do agro capitalismo [...] e jogadas na periferia dos centros urbanos, onde encontro um clima de individualismo egoísta, uma competição descontrolada e a luta brutal pela sobrevivência (LÖWY, 2016, p. 111).

Nesse aspecto as pastorais populares, entre elas a pastoral da terra, teriam a difícil missão de defender as comunidades tradicionais de camponeses pobres, “ameaçadas pela voracidade das grandes empresas agroindustriais ou pelos imensos projetos estatais de modernização” (LÖWY, 2016, p. 111).

A parti de um viés weberiano, Michael Löwy (2016) acredita que a Teologia da Libertação foi fruto de uma nova força cultural religiosa emergida dos movimentos católicos radicais atuantes até os anos 1960. O autor ainda segue suas observações destacando que o “Cristianismo da Libertação deu forma à cultura religiosa e política de várias gerações de militantes cristãos no continente, a maioria dos quais muito provavelmente não abandonarão suas convicções éticas e sociais” (p. 219).

De acordo com Vanilda Paiva (1985, p. 14), este posicionamento da IC passava por uma estratégia de ação para a modernização doutrinária e institucional. Esta operação, qualificada de “aggiornamento”, serviria para impedir que a religião se transformasse num assunto privado. Dessa forma, seria necessário incorporar o tema religião nas discussões das questões públicas, integrando o moderno pensamento político e social nas questões teológicas.

O chamado Cristianismo da libertação, segundo Löwy contribuiu para:

[...] o surgimento de uma multiplicidade de movimentos sociais e políticos não religiosos, desde de associações de moradores em favelas até partidos políticos trabalhistas ou frentes de libertação que, autônomos da Igreja, hoje tem sua dinâmica própria. **Foi lançada uma semente pelo Cristianismo da Libertação no terreno aquecido da cultura política e religiosa latino-americana que continuará a crescer e a florescer** nas próximas décadas e que ainda guarda muitas surpresas em seu seio (LÖWY, 2016, p.219) (grifos do autor).

As palavras do Papa Francisco parecem esclarecedoras sobre a atuação da IC na Amazônia:

A Igreja está na Amazônia, não como aqueles que têm as malas na mão, para partir depois de terem explorado tudo o que puderam. Desde o início a Igreja está presente na Amazônia com missionários, congregações religiosas, sacerdotes, leigos e bispos

e lá continua presente e determinante no futuro daquela área (PAPA FRANCISCO, 2013)

A CPT faz parte dessa história de atuação no meio rural da Igreja Católica e surgiu em face ao processo de fermentação da Teologia da Libertação, herdeira do pensamento dos católicos radicais e a ideologia populista e da não-diretividade, tais como a AP e o MEB. Contudo, a CPT trouxe alguns conflitos vividos por aqueles movimentos, as tensões entre a ação de elevar o trabalhador rural e camponeses a uma condição de autonomia e com capacidade para fazer escolhas a partir de seus interesses e a posição de uma entidade formadora, que oferece assessoria aos movimentos e sindicatos – assumindo um papel de mediadora que por muitas vezes guiou e apresentou uma direção para os camponeses, seus movimentos e suas entidades de representação.

3.2 A CPT e sua presença na Amazônia brasileira

A Igreja Católica tem uma longa tradição de atuação no meio rural, portanto a presença da Comissão Pastoral da Terra não causou um estranhamento para essa igreja, muito embora o seu trabalho fosse fundamentado na Teologia da Libertação, o que representaria uma novidade e um rompimento com práticas anteriores, foi a adoção novas dinâmicas e o comprometimento de certos religiosos com os problemas sociais e com os pobres. Principalmente porque o momento em que surgiu a CPT, década de 1970, uma página infeliz de nossa história, o Brasil vivia a ditadura civil militar e vários setores da sociedade brasileira, organizados ou não, sofriam perseguição daquele regime, representantes do Estado praticavam prisões arbitrárias, tortura e assassinatos.

[...] a CPT foi um dos organismos criados para defender as pessoas da crueldade da ditadura e abrir caminhos no sentido da derrota desse sistema que fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais. A CPT nasce ligada à Igreja católica porque a repressão estava atingindo até mesmo agentes pastorais, junto com lideranças populares [...] Poletto (2002, p. 14).

A citação acima demonstra as agruras do período ditatorial e como a CPT estava inserida naquele contexto. O meio rural brasileiro não foi poupado dos horrores daquela ditadura pós golpe de 1964, e as populações da Amazônia brasileira também foram atingidas pelos desmandos, equívocos e violência daquele regime (MARTINS, 1989), pois como já foi observado, aquele período era mais um momento de expansão do Capital sobre a Amazônia, uma época em que o Estado estava determinado a integrar(entregar) o território brasileiro e por conseguinte expandir e atender os anseios do mercado. No texto de Casaldágua (1971),

Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio, um tratado sociológico e porque não dizer atual, expunha as consequências daquela expansão para as populações locais, indígenas, ribeirinhos, posseiros e para os migrantes que chegavam aos milhares na região.

A Carta Pastoral de Casaldágua (1971), teve repercussão nacional e internacional e fortes implicações para própria IC, ou ao menos para os setores progressistas da igreja (MITIDIERO JÚNIOR, 2008), e foi um dos documentos que fundamentaram a urgência de uma pastoral da terra, é a partir de reflexões como a de Dom Pedro Casaldágua, ordenado Bispo da Prelazia de São Félix do Xingu em outubro de 1971, é que vai emergir da Amazônia a Comissão Pastoral da Terra.

A atuação de religiosos na Amazônia brasileira, que acompanhavam o sofrimento das populações que viviam ou chegavam nessa região, mas também a alegria de viver de toda uma população, especialmente dos povos indígenas, que emocionou e inspirou certos religiosos vinculados a Igreja Católica e os levou a refletirem sobre uma forma de vida comunitária, com valorização da vida e um caminho para se contraporem a violência do mercado e a natureza cruel da concentração de capital, vide documentos como Y - Juca Pirama - o Índio aquele que deve morrer (1973).

Além dos textos mencionados anteriormente, o DOCUMENTO DE SANTARÉM. Cristo Aponta para Amazônia. IV Encontro Pastoral da Amazônia (1972), fruto de evento realizado na cidade de Santarém entre os dias 24 a 30 de maio de 1972, foi um dos marcos da atuação da Igreja Católica na Amazônia, que mantém grande atualidade, também foi um dos fundamentos para criação da CPT. Muito embora o referido documento ofereça muito mais ênfase aos problemas das populações indígenas da região e, inclusive, por isso em Roraima a Diocese local sempre dispôs mais energia para essa causa, especialmente por conta de sua emergência como será observado no capítulo IV, o Encontro de Santarém, do mesmo modo, deu atenção para os ribeirinhos, posseiros e migrantes da Amazônia.

O Encontro de Santarém, foi fortemente inspirado pela Carta Pastoral de Dom Pedro Casaldágua de 1971, como também, por todo um ambiente assentado nos documentos da Conferência de bispos, realizadas em Medellín no ano de 1968, com base no Concílio Vaticano II, realizado no período de 1962 a 1965 e na efervescência da Teologia da Libertação propiciando uma ação missionária e pastoral de conscientização, libertação e o caminhar preferencialmente ao lado dos pobres (MURAD, 2019).

De acordo com Poletto (2002), a leitura de documentos oficiais sugere que a criação da CPT foi uma obra dos bispos da Amazônia, no entanto, apesar da grande importância de nomes como Dom Pedro Casaldáglia e Dom Moacyr Grechi, esses religiosos agiram motivados, as vezes provocados, e até empurrados por outros agentes pastorais, fossem cristãos e cristãs das comunidades, fossem religiosos(as) ou presbíteros. [...] esses agentes também foram provocados pelos gritos, silenciosos, abafados, mas profundos e doloridos, do próprio povo [...] foram provocados até mesmo pelo procedimento violento, anti-humano, dos repressores ditatoriais (POLIETO, 2002, p. 19).

Mas o mesmo autor, também o primeiro secretário-executivo da CPT, registrou que a criação da pastoral foi um processo que durou entre junho a novembro de 1975, apesar do conhecido Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, realizado na cidade de Goiânia, entre os dias 19 e 22 de junho, daquele mesmo ano. Poletto (2002), chama a atenção para esse processo, pois a CPT ficaria vinculada à linha missionária da CNBB, portanto, a decisão final de criação da pastoral só foi confirmada pela Conferência Nacional dos Bispos em novembro de 1975.

Poletto (1985) observou que havia muita gente desenvolvendo trabalhos no meio popular; no entanto, esses sujeitos careciam de uma articulação em âmbito nacional. Nesse cenário é que – por intermédio de um grupo de pessoas que buscou contato com um conjunto de bispos com sensibilidade para as causas populares – a CPT começou a ser gestada. A partir dessa aproximação, se estabeleceu, de fato, um grupo que criticaria de forma mais veemente o sistema repressivo que dominava o país e que, por essa via, se comprometia com a defesa das classes oprimidas.

Dessa união dos bispos com pessoas que trabalhavam no meio popular, surgiu a necessidade do estabelecimento de um espaço de debate e de troca de ideias, potencialmente propiciador da organização de um trabalho mais interligado e capaz de possibilitar a superação do isolamento de suas ações. Foi nesse clima de diálogo e de busca de conhecimento das experiências de trabalhos desenvolvidos no meio popular que se constituiu a CPT, através,

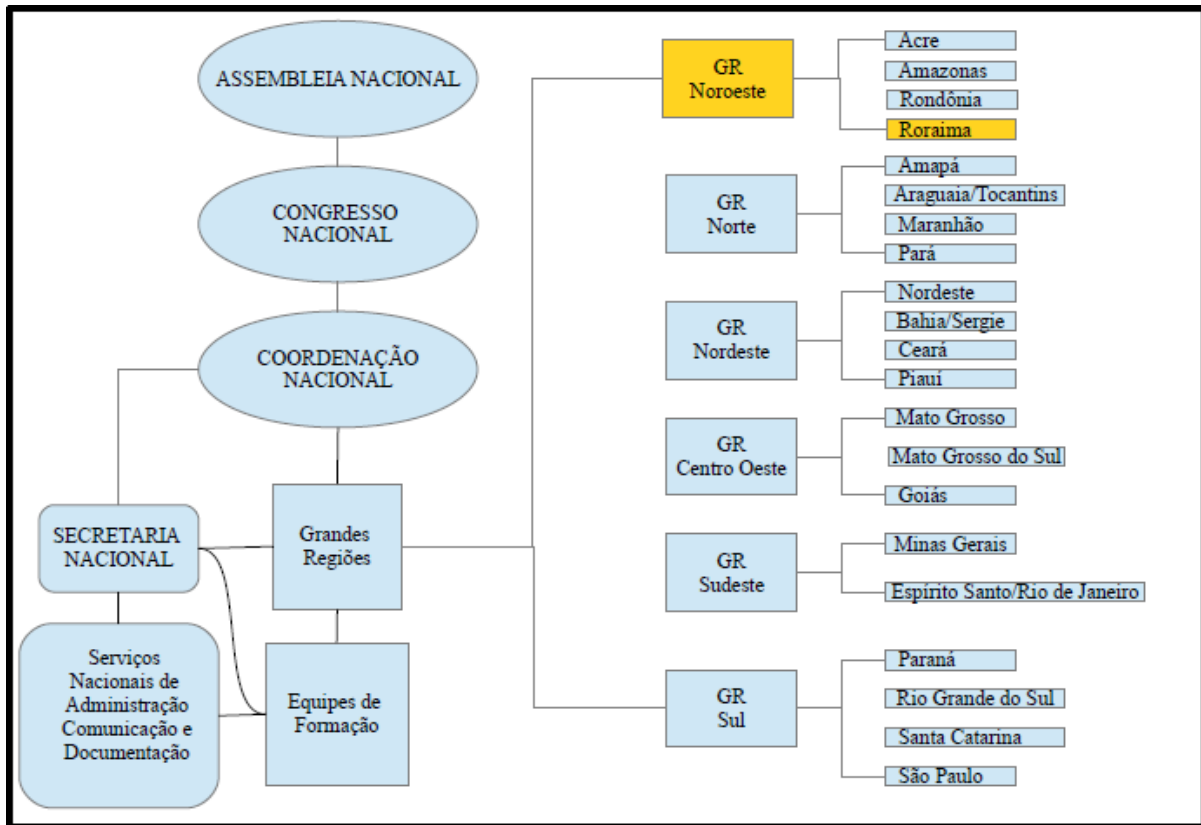
desses desafios, frutos de várias tentativas, acontece em Goiânia, em junho de 1975, um encontro de pastoral da Amazônia Legal. A partir da realidade, verificando se a gente estava entendendo o que acontecia na Amazônia, se a gente percebia as condições de vida e trabalho da população, se a gente estava atento às transformações em curso, procurou-se examinar até que ponto o trabalho pastoral respondia às necessidades das populações da Amazônia. Foi nesse encontro que nasceu a idéia de se ter uma comissão, um pequeno organismo que fizesse, em

caráter permanente, um serviço de articulação e de assessoria. Nasceu a CPT (POLETTTO, 1985a, p. 133).

Canuto (2002), que também escreveu por dentro da CPT, demonstrou como o trabalho da pastoral da terra logo se espalhou pelo país com tantos desafios enfrentados por camponeses, posseiros, migrantes, atingidos por barragens, entre tantos outros. Portanto, a CPT foi constituída a partir da Amazônia, mas sua atuação se estendeu por todo o território nacional, pois como já foi destacado o período ditatorial pós 1964 atendeu as pressões do capital e propiciou a expansão capitalista sobre o campo. Diante dessas circunstâncias a Amazônia sofreu com as implicações dos conflitos sociais ocorridos em outras regiões do país, ou seja, muitos homens e mulheres que foram expulsos de suas terras no Nordeste ou no Sul, tornaram-se migrantes na Amazônia, participantes dos programas oficiais de colonização ou da colonização “espontânea” (IOKOI, 1996), coloquei espontânea entre aspas, pois a dimensão desta palavra muitas vezes obstruí a perspectiva de expulsão violenta da terra que muitas dessas famílias sofreram.

Ao longo de sua jornada na Amazônia a CPT apoiou as batalhas de milhares de famílias, “denunciando as arbitrariedades cometidas pelos que invadiam sua área de plantio, derrubavam cerca ou queimavam suas casas. Para isso iniciaram uma luta no campo jurídico e político, nacional e internacional” (IOKOI, 1996, p 128.). O que custou a vida de vários religiosos, religiosas e agentes da pastoral. De padre Josimo Moraes Tavares, assassinado em 1986, no Maranhão (IOKOI, 1996), à Irmã Dorothy Stang assassinada em 2005, no Pará (OLIVEIRA, 2006), foram milhares de assassinatos em áreas rurais registrados pela publicação *Cadernos de Conflitos no Campo*, elaborado pela CPT, sejam de membros da própria pastoral da terra ou daqueles que eram acompanhados pela CPT. Para dar conta dessa realidade conflituosa e de barbárie como bem aponta (OLIVEIRA, 2006), a CPT dispõe da seguinte estrutura conforme a figura 2:

Figura 2 - Estrutura organizativa da CPT Nacional, 2019



Fonte: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/organizacao-e-coordenacao>. Elaboração: autor.

Para dar conta de suas especificidades as CPTs da Amazônia Legal, em 2009 construíram a Articulação das CPTs da Amazônia (ARTICULAÇÃO DAS CPTs DA AMAZÔNIA, 2018), uma decisão da Coordenação Nacional, tomada a partir das demandas dos Coordenadores da Região, em virtude das dinâmicas da Amazônia brasileira, concentração dos casos de conflitos e violência contra os homens e mulheres do campo, das florestas e das águas, este passou a ser um espaço que congrega os nove estados da Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A Articulação, além de melhorar o diálogo e as ações das coordenações regionais, também levou a um processo de discussão por dentro da Igreja Católica e a CPT passou a fazer parte da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), é importante anotar que essa articulação teve importância no processo de construção do Sínodo para Amazônia.

Na figura 3, é possível perceber como a Articulação das CPTs da Amazônia foi um passo importante para o trabalho da Pastoral nessa região, pois as distâncias são gigantescas.

Figura 3 - mapa de representação da Amazônia



Os conflitos e a violência são questões que todas as Regionais da Amazônia enfrentam, com a criação da Articulação da Amazônia a troca de experiência, o compartilhamento de problemas, e o desenvolvimento de projetos comuns trouxeram mais agilidade e capacidade de trabalho e organização das Regionais.

3.3 CPT: Prestadora de Serviços ou Organização de Vanguarda Política?

A perspectiva de Poletto (1985a), que apresenta a Comissão Pastoral da Terra como um serviço de apoio aos movimentos de luta pela terra e que nasceu, cresceu e viveu em meio à contradição – contradição esta existente na sociedade em geral, mas também presente nas próprias Igrejas que fazem parte da CPT. O autor focaliza, em especial, a década de 1970 – período de criação da CPT e de forte contradição em relação aos setores dominantes da sociedade brasileira, haja vista que a pastoral aproximava-se, então, das classes oprimidas. Mas essa situação transcorre em meio a uma série de enfrentamentos dentro da própria Igreja. Esse é, ademais, o momento em que a Igreja e vários outros agentes sociais se ressentiam da dureza do regime ditatorial brasileiro, uma vez que sofriam perseguições, em que avultavam as listas de desaparecimentos, as mortes e a expulsão do país. O serviço pastoral era impregnado pela perspectiva política dos agentes pastorais e sua ação social não era orientada apenas pelo Evangelho.

A Comissão Pastoral da Terra nasceu dos debates políticos e por motivações teológicas. São esses dois aspectos que sustentam a existência da organização a mais de quarenta anos. De acordo com Poletto (1985) e Canuto (2016), a CPT não teria sobrevivido se não tivesse desenvolvido essas duas vertentes de forma concomitante, pois “ela é um organismo pastoral e, por isso, uma realidade social, e o pessoal que nela atua deve ler a realidade com uma avaliação política e teológica” (POLETTTO, 1985, p. 130).

Mas, ainda assim a entidade foi instituída assumindo a forma prevaiente do serviço – e não a de coordenação –, como destacou Poletto (1985a, p.134, grifo nosso), ao afirmar “a idéia de colocar-se a serviço de uma causa que não é dos participantes, nem exclusiva dos camponeses cristãos, mas uma causa dos trabalhadores rurais. **A CPT surge como um organismo pastoral ‘a serviço dos camponeses’**”.

Conforme a perspectiva de Poletto (1985a), os camponeses tinham de decidir o destino da caminhada, como é possível perceber nesta citação: “avança-se segundo o crescimento das próprias lutas e o crescimento da compreensão política dos que estão envolvidos nos trabalhos. Não se define um programa avançado, definitivo e completo. Anda-se segundo as condições dos participantes” (POLETTTO, 1985a, p. 134). Esse posicionamento da CPT assemelha-se às posturas adotadas no início da atuação da AP e do MEB, conforme os estudos de Kadt (2007), pelo menos do ponto de vista ideológico.

Outra característica da CPT foi a de convidar assessores para colaborar tanto no aspecto pastoral quanto no jurídico, sociológico, econômico e político. “As assessorias poderiam ser dadas, com toda a competência, por pessoas especializadas nesses campos de conhecimento, ‘independente de sua fé’” (POLETTTO, 1985a, p. 135). Segundo o autor, essas pessoas encontraram condições para desenvolver livremente seus trabalhos, independente de sua fé ou de posicionamentos políticos.

Como a CPT se constituiu de forma autônoma em relação à CNBB, muitos de seus coordenadores regionais foram oriundos dos quadros de outras igrejas cristãs – fato que se deu, justamente, por encontrarem em sua base, cristãos de diversas confissões religiosas. E esse aspecto da realidade propiciou o surgimento de uma variedade de ecumenismo, destituído de grandes debates teológicos. Poletto (1985 e 2002), é da opinião de que, se a CPT fosse um órgão oficial da CNBB, esse ecumenismo de base seria bem mais complicado. Acrescenta, ainda, que foi por meio desse ecumenismo que a CPT capacitou-se para prestar serviços aos trabalhadores rurais, estimulando suas organizações a desenvolverem-se de forma autônoma. Poletto (2002), afirma que

[...]a relação com a CNBB teve também razões de ordem estratégica e teológica: desejava-se que a CNBB mudasse seu modo de agir, sendo menos centralizadora, por um lado, admitindo ter um organismo ligado a ela sem ser engessado pelo peso institucional; e desejava que a Igreja em seu conjunto se convertesse ainda mais, abrangendo vitalmente a problemática da terra e suas consequências no planejamento pastoral (POLETTTO, 2002, p. 22).

Mas, essa análise é questionado pela posição de outros autores, dentre os quais se destaca Grzybowski (1985), que estudou a organização de trabalhadores rurais do Sul do Brasil – principalmente a emergência do colono como força social e as condições em que foi forjada sua identidade ideológica, sua união e sua organização. Esse autor considera que, para além das determinações estruturais, as condições históricas são importantes para a compreensão da articulação política dos colonos da região Sul, em especial as mediações políticas dos movimentos, que organizaram os colonos para fazer valer os interesses coletivos dos trabalhadores. Por mediação política, ele entende os projetos de intervenção de agentes, que constituem os intelectuais orgânicos dos movimentos, na concepção gramsciana, ou no serviço na concepção da CPT.

Grzybowski (1985), também vislumbra um traço ecumênico na CPT, mesmo com toda a força da IC e os laços da pastoral com a CNBB. A CPT se organizou em dioceses e

paróquias onde existam bispos, padres, freiras, agentes pastorais, assessores e lideranças empenhados e envolvidas politicamente com a pastoral rural. Isso ocorre independentemente do planejamento de ações regionais e do estabelecimento de estratégia de prioridades sociais, pois sua criação está intimamente interligada com a singularidade da Igreja local.

Entre as primeiras estratégias utilizadas pela CPT para se aproximar dos movimentos de trabalhadores rurais e de colonos, destaca-se a participação nas Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, e a identificação de potenciais lideranças. Num segundo momento, empenhava-se em estimular essas pessoas a participarem de reuniões e de encontros, e compartilhava dados e informações, com o intuito de envolvê-los na luta contra o Estado ou contra os latifundiários, além de outras questões de interesse dos colonos (GRZYBOWSKI,1985).

Para Grzybowski (1985), o posicionamento de liderança da CPT se expressava no seu relacionamento com o velho sindicalismo rural dos anos 70 do século XX, em um caso estudado pelo autor, a CPT buscou a hegemonia do movimento dos atingidos pela barragem de Itaipu, no estado do Paraná, distanciando-se dos STRs e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná, que se posicionavam de forma conciliadora. A partir de situações como esta, a CPT estimulou as oposições sindicais e demonstrou que a pastoral rural assumiu um posicionamento de direção dos movimentos sociais, apresentando um direcionamento político para os colonos do Sul do Brasil.

Conforme analisa Grzybowski (1985), alguns movimentos jamais teriam alcançado importância e relevância no plano regional, e até mesmo nacional, sem a orientação da CPT, que promoveu a articulação de grupos de base e de suas lideranças com as propostas de encaminhamento das lutas.

Em relação à questão sindical rural, a CPT utilizou a mesma estratégia que a Igreja aplicou no meio urbano e operário, ou seja, organizou as bases negando a legitimidade dos sindicatos existentes. Posteriormente, com o estabelecimento de um sindicalismo autêntico, “a CPT procurou dirigir as lutas no sentido da oposição sindical e da disputa concreta da hegemonia no campo mesmo da organização sindical” (GRZYBOWSKI, 1985, p. 265).

Ao estudar a atuação da CPT na região Sul do Brasil, especialmente no Oeste paranaense e catarinense, o autor vislumbrou o trabalho e a construção de uma estratégia

político-pedagógica ampla e que se consubstanciava em dar direção ao movimento sindical daquela região. Essa atuação resultou na conquista de sindicatos e até mesmo no estabelecimento de organizações partidárias, como o PT. No caso do sindicalismo, “o processo do ‘novo sindicalismo’ se expandiu segundo uma metodologia bem precisa: grupos de base – sindicato (comissões municipais) – região (comissões regionais)” (GRZYBOWSKI, 1985, p. 265).

Grzybowski (1985) expressa a atuação vanguardista da CPT ao afirmar que, “a CPT na sua intervenção e ação no interior dos movimentos como desempenhando uma função ‘intelectual orgânico’, isto é, diretiva, educativa e organizativa dos colonos. É uma função claramente política que, dadas as condições históricas nossas, vem ‘ecumenicamente’ articulada com um trabalho de pastoral da Igreja” (GRZYBOWSKI, 1985, p. 268).

Para o Grzybowski (1985), a atuação dos agentes da CPT alteraram as funções intelectuais tradicionais da Igreja, como um dos aparatos de legitimação e dominação ideológica; trata-se de uma relação hegemônica e, por se dar em uma sociedade de classes, a CPT envolveu-se em uma disputa ideológica e de poder.

Ao longo da trajetória desse tipo de ação política, muitas tensões surgiram, especialmente após o momento em que o leque de opções político-partidárias se ampliou e os membros da CPT passaram a atuar em outros setores – e muitos se envolveram com partidos políticos. Para Grzybowski (1985), a CPT desenvolveu um trabalho de organização de classe, uma virtude que se ampliou na medida em que os colonos formados por ela ingressaram nas direções dos sindicatos e estabeleceram uma nova dinâmica para a ação sindical.

Mas uma das carências da CPT emergiu justamente nesse momento, porquanto, “os agentes da CPT, formados em sua maior parte em seminários e conventos, com forte espírito corporativo, têm dificuldade em se compor politicamente. A CPT, apesar de sua abertura à problemática social, suporta mal a crítica e a divergência” (GRZYBOWSKI, 1985, p. 272). Esse é um aspecto que demanda uma análise mais cuidadosa e abordarei mais especificamente no capítulo 4, ao analisar a atuação da CPT no estado de Roraima.

Na introdução do livro que resultou do “Seminário Igreja e Questão Agrária”, a organizadora dos textos faz algumas observações sobre a questão relativa à opção de respeito pelo saber popular adotada pela CPT e à constatação prática de seu trabalho de vanguarda, dando destaque à apresentação e ao texto de Ivo Poletto (1985). De acordo com Paiva (1985a),

para Poletto o trabalho de vanguarda e o respeito pela decisão do povo são contradições que a CPT deve enfrentar verificando o quanto isso permite ou não o avanço da luta dos trabalhadores rurais.

Paiva (1985a), ainda recupera outro aspecto da fala de Poletto (1985), esclarece que a CPT não centraliza suas decisões e que a organização não dispõe de um programa nacional, seguindo apenas linhas gerais de atuação que se adaptam às condições geográficas e culturais de cada região, de acordo com os trabalhadores e as contradições de cada situação. Além disso, observa a heterogeneidade da Igreja e de suas formas de atuação:

Há setores vanguardistas, do mesmo modo que podemos encontrar o mais radical populismo, colocando-se entre eles um infindável espectro de possibilidades. É preciso, porém reconhecer que as posições populistas se difundiram enormemente pelos setores católicos – e mesmo os transcenderam – especialmente entre agentes de pastoral que se dedicam ao trabalho concreto em áreas determinadas, com pouco contato com organizações mais amplas [...] e sem a experiência acumulada que obriga a rever posições que não consideram as nuances e contradições que a realidade e os atores sociais individual e coletivamente carregam (PAIVA, 1985a, p.30).

Depreendo dessa discussão que a CPT, do mesmo modo que alguns movimentos católicos ou de origem católica surgidos no pré 1964, convive com o dilema entre seguir seu ideário de serviço, colaborando com trabalhadores rurais e camponeses, mas sem oferecer uma direção política e sempre primando pela autonomia das comunidades e o seu papel de vanguarda onde em várias circunstâncias assumiu a orientação de camponeses e trabalhadores definindo os rumos de associações, movimentos e sindicatos. Ao que parece, esse é um problema que não é muito relevante para os membros da CPT, mas chama atenção por conta do discurso de seus agentes que sempre apresentam a CPT como uma ofertante de serviços e não como organização política que disputa ou, pelo menos, durante algum tempo disputou com outras forças políticas a hegemonia entre os camponeses.

Esse fato é reconhecido por seus representantes e a CPT conviveu com essa questão de forma positiva e sem maiores conflitos. O apoio na qualidade de organismo ofertante de serviço aos camponeses e aos trabalhadores rurais ou na condição de uma entidade que, em certas circunstâncias e sob determinada conjuntura, caminha na vanguarda dos movimentos sociais, do sindicalismo rural, não trouxe maiores problemas para CPT, como foi observado por Poletto (2002) e Canuto (2016), mesmo que em certos momentos esses posicionamentos possam ter causado algum tipo de conflito interno, especialmente entre

a Coordenação Nacional e as Coordenações Regionais ou locais da CPT (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

4 A CPT EM RORAIMA: LANÇANDO SEMENTES E CAMINHANDO JUNTO

A chegada da CPT ao antigo Território Federal de Roraima ocorreu em um período o qual a região recebeu um significativo fluxo de migrantes ao fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. Alguns desses migrantes buscavam o sonho do eldorado, pois naquele período muitos garimpos foram abertos, o que causou um expressivo deslocamentos de pessoas para região e ocasionou um forte impacto sobre as populações indígenas. De outro lado, muitas famílias cegavam a Roraima, principalmente para áreas rurais, em busca de terra para viver e trabalhar, em virtude dos processos de expropriação e violência que sofriam em outras unidades da federação (CARDOSO, 2009 e SANTOS, 2010). Com isso, alguns religiosos passaram a atuar em Roraima, especialmente na região Sul e Sudeste do estado, em virtude dos complexos problemas sociais que foram surgindo com a ampliação dos deslocamentos humanos para essa região, sejam aqueles para os garimpos ou para áreas rurais.

Em uma das entrevistas que realizei sobre o processo de chegada ao antigo Território, Rosângela Piovizani apresenta alguns dos problemas daqueles que vinham em busca de terra na Amazônia:

O que me marcou bastante, principalmente nos três primeiros anos, e que eu não conseguia aceitar a ideia de ficar aqui, porque nunca tinha ficado longe da família, nunca tinha passado tantas necessidades como a gente passou na época. Por exemplo, em 1982 teve uns 15 dias que nós passamos comendo macaxeira com carne de anta, pois você não achava nada para comprar e a nossa produção ainda não tinha sido colhida. Então essas coisas me angustiavam muito e a gente, de fato, não voltou porque não tinha dinheiro. A gente chegou aqui com dinheiro assim para comprar um rancho e uma filha de 11 meses, então não tinha saída, não tinha alternativa, era ficar ou ficar. [...] tudo era muito difícil, além do isolamento, por exemplo, o correio funcionava em Caracará e a gente não tinha nem como chegar em Caracará para colocar uma carta no correio. A minha história de início e Roraima foi esse impacto, esse desespero do isolamento⁹

Já aqueles que vinham em busca do sonho do ouro, muitos chegavam sozinhos, pois o garimpo é predominante masculino, porém alguns eram acompanhados de suas famílias e por isso havia uma preocupação com o sustento de seus familiares enquanto estivessem garimpendo. Por isso, muitas famílias ocupavam lotes de terra pelo interior do território, e plantavam suas lavouras, especialmente, o arroz. Em seguida os homens procuravam os garimpos, e com essa espécie de seguro passavam meses longe da família.

⁹CORDEIRO, Rosângela Piovizani. Entrevista realizada em 20 de outubro 2008. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso, (acervo do autor).

De acordo com o relatório de avaliação da CPT de 1997 (CPT, 1997a) “essa característica do migrante que vem em busca da riqueza fácil, onde a prioridade é o garimpo, gerou um conjunto de famílias com enormes dificuldades de organização e gerenciamento de seus lotes” (p.2). Por outro lado, a ocupação da região sudeste do território era recente e a organização sindical inexistente.

Além dessa situação, havia outro processo migratório de pessoas que buscavam na terra, sua única forma de sustento. Contudo, essas famílias mesmo dedicando-se apenas para agricultura, enfrentavam vários problemas que atingiam todos aqueles que viviam nos lotes, ou seja, falta de estradas para escoamento da produção, de postos de saúde, de escolas para as crianças, entre outros serviços básicos.

Foi nesse cenário que membros da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), começaram a se dedicar aos migrantes e realizar ações no meio rural, em uma clara influência da Teologia da Libertação e da série de encontros, eventos e publicações mencionados no capítulo 3. Como o interesse dessa pesquisa está direcionado para a ação da CPT que possibilitou a organização de camponeses, dedico maior destaque para alguns membros da IC que ao chegarem a Roraima, voltaram suas atenções aos migrantes que se estabeleceram nas áreas rurais do estado, bem como, a própria Comissão Pastoral da Terra. Embora os trabalhos desenvolvidos pela CPT em Roraima fossem, inicialmente, vinculados a Regional Amazonas/Roraima ou ao Regional Norte I, como também era conhecida, fundada em 1977 e com sede na cidade de Manaus.

4.1 Os primeiros anos da CPT em Roraima: as sementes lançadas

As atas e os boletins da CPT, os quais consultei, apresentam Pe. Jorge Marskell como um dos principais divulgadores e animadores da fundação da CPT no Amazonas. Essa regional também era conhecida como Regional Norte I. Atualmente, de acordo com a divisão administrativa e geográfica da CPT NACIONAL foi estabelecida a Grande Região Noroeste (GRNO) integrada por Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia¹⁰, muito embora, exista a Articulação das CPTs da Amazônia Legal, que congregam regionais de outras Grandes Regiões como já foi destacado no capítulo 3.

¹⁰ Informação obtida no endereço eletrônico: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/organizacao-e-coordenacao>

De acordo com um relato histórico registrado na ata da III Assembleia da CPT Regional Norte I – Amazonas – Roraima, realizada entre os dias 29 de janeiro a 01 de fevereiro de 1980 (CPT, 1980), foi o Bispo Dom Jorge Marskell, ainda como padre, que após participar da fundação da CPT na cidade de Goiânia, em 1975, trouxe a ideia e animou padres e leigos para criação da nova pastoral no estado do Amazonas. O trabalho foi iniciado sem uma coordenação especial, pessoas que possuíam outros encargos assumiram a CPT, entre os quais foram mencionados Padre Paulo Suess, Irmã Marília Menezes, Padre Bento Barlascini e Padre Luís Kirchner, entre outros religiosos e leigos.

Em 1977, ocorreu o I Encontro Regional da CPT, esses encontros posteriormente transformaram-se em assembleias. O evento aconteceu no Centro de Treinamento Maromba, Manaus, entre os dias 25 e 26 de setembro. Nesse encontro foi eleita a primeira coordenação da CPT-AM/RR, composta pelo coordenador Pe. Jorge Marskell, Ir. Marília Menezes e de Pe. Paulo Suess como responsáveis pela documentação da entidade e como contatos na cidade de Manaus.

Nesta mesma ocasião, registrou-se alguns problemas a serem enfrentados em Roraima. Chamo a atenção que nesse primeiro encontro não foram mencionados camponeses, trabalhadores rurais, colonos, posseiros ou pequenos produtores rurais situados em Roraima, mas os temas tratados relativos ao antigo Território indiretamente afetavam aqueles, se não vejamos: situação indígena; fazendas; estradas e; terrenos da prelazia. A questão indígena já havia se tornado uma prioridade para IC desde o IV Encontro Pastoral da Amazônia – Cristo Aponta para Amazônia, realizado em Santarém em 1972 (DOCUMENTO DE SANTARÉM, 1972). Então, é compreensível que neste I Encontro da CPT Amazonas/Roraima, a problemática indígena fosse destacada, justamente porque eram as populações indígenas as mais afetadas pelo avanço do capital, do garimpo, dos projetos estatais e, também, pela migração em Roraima.

Na ata do II Encontro Regional da CPT-AM/RR, realizado entre os dias 19 e 21 de junho de 1978, registrou-se a primeira participação de uma delegação de Roraima, em uma reunião do Regional AM/RR. Entre seus membros estavam: Dom Aldo Mogiano, Bispo de Roraima; os padres Luciano Stefanini, Santino Weber e Bruno Pepino. Estes religiosos, após exporem a situação fundiária de Roraima, marcada pela invasão de terras indígenas e de

grilagem de terras públicas, relataram os seguintes problemas : transporte; malária; latifúndio e; escoamento da produção.

Os religiosos acima mencionados eram todos vinculados a Ordem da Consolata e de acordo com Vieira (2007), os missionários desta Ordem já atuavam em favor da causa indígena em Roraima desde o final da década de 60 do século XX. Além disso, esses religiosos exerciam suas missões sobre o signo do documento *Y-Juca - Pirama. O Índio: aquele que deve morrer* (1973). Um texto que retratava as atrocidades sofridas pelos povos indígenas no Brasil, em especial, na Amazônia, sobre Roraima, destaca o seguinte:

A respeito da situação dos índios de Roraima, dizia um jornal de Manaus: 'O índio foi e continua sendo sempre a vítima indefesa. Suas terras são invadidas, suas reservas roubadas, suas mulheres ultrajadas. A polícia de Boa Vista sabe disso... a FUNAI também sabe...; só nós não sabemos porque o índio deve continuar a ser exterminado sob o olhar tutelar da FUNAI...' (1973, p. 5)

De certa maneira, é compreensível que aqueles religiosos tivesse um maior interesse pela causa indígena, mesmo porque o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), já realizava suas ações em Roraima e em 1977, Dom Aldo convidou do Dom Thomáz Balduino, presidente daquele Conselho, para participar da I Assembleia dos Povos Indígenas de Roraima (VIEIRA, 2007).

Naquele momento a CPT ainda não atuava concretamente em Roraima, por outro lado, sujeitos da Igreja Católica desenvolviam ações que se aproximavam da pastoral, conforme foi registrado na ata de 1978: “a prelazia procura dar conscientização e assistência ao povo, colabora com o transporte dos produtos através do Projeto AMA e pensa-se em projetos de cooperativas de trabalhadores rurais à semelhança do que vem sendo feito com os indígenas” (CPT, 1978). A partir dessa nota, apareceu uma problemática que ao longo do tempo refletiria sobre a atuação da CPT em Roraima, apontada em relatórios de avaliação da CPT-RR e em algumas das entrevistas realizadas, que foi a questão indígena em Roraima, que IC priorizou a luta dos índios pela demarcação de suas terras¹¹, e deixou camponeses e trabalhadores rurais em um segundo plano, fato compreensível para época pelas circunstâncias de ocupação do antigo território e pelos fatos observados acima. Porém, essa situação implicou em uma reduzida aliança e pouca aproximação entre as organizações do movimento indígena e as entidades e organizações de representação dos camponeses em

¹¹ Em 1978, na cidade de Boa Vista, ocorreu uma assembleia diocesana de pastoral, e nesse encontro foi estabelecido que a Pastoral Indigenista fosse a prioridade da Igreja Católica em Roraima (VASCONCELOS, 1996, p. 59)

Roraima. Mesmo com Dom Aldo Mogiano, Bispo de Roraima, oferecendo seu apoio a CPT e até mesmo participando de seus encontros, a CPT não era uma prioridade para a Diocese.

Ainda conforme as atas dos encontros regionais da CPT-AM/RR, além do Boletim Informativo O Paneiro¹², constatei que o trabalho dessa regional em território roraimense iniciou com as primeiras viagens de Dom Jorge Marskell a região Sul e Sudeste de Roraima por volta de 1979, de acordo com a ata da III Assembleia da CPT Regional Norte I— Amazonas/Roraima, realizada entre 29 de janeiro a 1 de fevereiro de 1980. O Bispo de Itacoatiara visitou várias comunidades ao longo das estradas para orientar e incentivar os trabalhadores rurais a permanecerem na terra. Esse documento também informava que durante os encontros de animação, muitos trabalhadores fizeram assinatura do Boletim Informativo O Paneiro.

Outro aspecto que chama atenção nas primeiras atas é o da formação dos agentes da CPT, assim como dos trabalhadores rurais que participavam dos encontros e assembleias, pois desde os primeiros anos, contavam com a presença de representantes do secretariado nacional, como Ivo Poletto ou de assessores, entre os quais destaco José de Sousa Martins. Porém, deixarei esse debate para a próxima subseção que trata especificamente da formação de lideranças promovida pela CPT.

No ano de 1979, ocorre o deslocamento de dois padres gaúchos para região, Pe. Albano Inácio Ternus chega a Manaus-AM e Pe. Nilvo Floriano Pase, chega à cidade de Caracará-RR. Segundo as entrevistas dois padres e os documentos consultados, a princípio não existe nenhuma ligação com os dois padres anterior a mudança para a Amazônia, no entanto, chama a atenção o fato deles chegarem na mesma época e logo em seguida assumirem as ações da CPT no Amazonas e Roraima, respectivamente, sem mencionar o fato dos dois religiosos serem oriundos da Diocese de Santa Maria.

Logo após a chegada de Pe. Albano Ternus, o mesmo foi convidado a coordenar o regional da CPT, no entanto não encontrei registro de ter ocorrido eleição para designá-lo como coordenador. Contudo, na ata da Assembleia Geral de 1980, consta que Pe. Albano foi o

¹² O Paneiro foi “um dos métodos e meios para poder manter contato com os agricultores [era]um boletim informativo e formativo mimeografado, que tinha essa função de fazer uma ponte, de manter o contato com o agricultor, então tinha pequenos artigos, notícias dos sindicatos de trabalhadores rurais, a questão religiosa, a questão de fé e política, a organização deles, a questão da bíblia e a teologia da terra” (TERNUS, Albano Inácio. Entrevista realizada em 10 fevereiro 2018 em Manaus, Amazonas. Entrevista concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso, (acervo do autor).).

primeiro coordenador liberado da CPT¹³ AM/RR e com ele começaram as visitas ao interior do estado. Cabe salientar que Dom Jorge Marskell já realizava incursões pelo interior do Amazonas e pelo Sul de Roraima, porém não era liberado de suas demais atividades.

No aspecto referente à coordenação da CPT AM/RR, percebi certo desencontro de informações na documentação consultada, pois encontrei um relatório do III Encontro da CPT Norte I realizado no ano de 1979, em que houve a eleição de uma coordenação. Por outro lado, também encontrei nos arquivos da CPT de Manaus uma ata da III Assembleia CPT Regional Norte I Amazonas e Roraima, ou seja, existem dois eventos com a mesma numeração, no entanto, até 1979 os eventos regionais da Regional Norte I, eram chamados de “Encontro” e somente a partir de 1980 é que passaram a ser chamados de Assembleia Geral, porém continuaram seguindo a numeração dos chamados “Encontros”. Essa questão pode ser apenas um problema de registro de atividades, pois, no encontro de 1979 existe o relato da designação da coordenação: Dom Jorge Marskell; Pe. Luiz Kirchner (Manaus); Jaime Arruda da Silva (Itacoatiara); Pe. Bento Barlascini (Manaus); Estelina (Manacapuru); Pe. Humberto Guidotti (Cacau Pereira) e Pe. Luciano Stefanini¹⁴ (Roraima). Este último religioso era envolvido com a questão indígena e não foi possível obter informações se o mesmo desenvolvia atividades com trabalhadores rurais.

Em fevereiro de 1979 Pe. Nilvo Pase assumiu a Paróquia de São José Operário, no município de Caracarái, e logo passou a conviver com famílias de pequenos produtores rurais. Padre Nilvo foi um dos primeiros religiosos a desenvolver um trabalho, na linha da CPT, com os migrantes que se instalaram nas áreas de colonização ao Sul de Roraima.

A formação e a origem de Padre Nilvo permitem compreender um pouco melhor o trabalho que ele desenvolveu em Roraima, pois era filho de agricultores e logo que terminou os estudos primários dirigiu-se para o Seminário na cidade de Santa Maria, onde estudou teologia e em seguida ordenou-se padre diocesano. Trabalhou em paróquias onde havia agricultores, posteriormente com jovens durante três anos e depois a diocese de Santa Maria o encaminhou para desenvolver atividades em bairros pobres da região onde viviam muitos

¹³ Os agentes liberados são aqueles “que têm obrigação de cumprir determinada carga horária e que por isso recebem salários. Normalmente esses agentes liberados são 'funcionários', mas mais que isso militante da causa. Estão disponíveis ao trabalho em fins de semana, em atividades à noite. Mas algumas vezes a lógica empregatória é mais forte” (CANUTO, 2016, p. 19).

¹⁴ Cabe ressaltar que o principal trabalho de Padre Luciano Stefanini, membro da Congregação dos Missionários da Consolata, era a de coordenar o trabalho pastoral na Área Indígena da Prelazia de Roraima (VASCONCELOS, 1996, p. 59)

trabalhadores. Nesse meio tempo, interessou-se pelo trabalho missionário e durante suas férias, vivenciou essa tarefa nos estados de Mato Grosso e Goiás. Ao retornar para Santa Maria, encontrou com o ex-Bispo da Prelazia de Roraima, Dom Servilio Conti, que ao saber do interesse do padre pelo trabalho missionário, convidou-o para conhecer Roraima, Essas informações foram fornecidas pelo próprio Pe, Nilvo¹⁵

Dessa maneira, Pe. Nilvo, quando chegou à Roraima, assumiu a responsabilidade de atender o município de Caracará, naquela época compreendia toda a região Sul do Território, desde a Vila Iracema (atual município de Iracema) até os rios Alalaú e Jatapú, já na divisa com o estado do Amazonas. Foram quatro anos percorrendo vicinais e estradas precárias, atendendo aos migrantes que já residiam na região ou estavam chegando. Em seu trabalho missionário, por conta de sua identidade com agricultores, passou a dar uma maior atenção às famílias que conquistaram seus lotes e iniciaram suas roças, conforme seu relato:

[...] como a gente é filho de agricultor, então a gente dava uma atenção especial aos chegantes, migrantes que eram pessoas que também iam para a agricultura. Ai passamos a organizar as comunidade eclesiais de base e a partir dai começamos a nos preocupar com os problemas deles. Problemas não só de saúde e alimentação, mas também de organização¹⁶.

Com esse trabalho de base, Padre Nilvo iniciou seu contato com a coordenação do Regional AM/RR. Logo nos primeiros meses de atuação em Roraima, começou a colaborar com o Boletim Informativo O Painho, e em dezembro de 1979, escreve um artigo intitulado “A PROCURA DE TERRA EM RORAIMA”. Nesse texto analisa a realidade agrária da região e a situação dos migrantes e que são oriundos de vários estados do país, especialmente do Maranhão, do Amazonas, Pará, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Padre Nilvo não era vinculado a equipe de coordenação da CPT-AM/RR, no entanto, seguia as orientações aprovadas na II Assembleia Nacional da CPT realizada em 1979, e publicadas no Boletim Informativo O Painho em novembro daquele mesmo ano, conforme segue:

Objetivos da CPT:

- 1 – Apoio e ajuda aos oprimidos, especialmente os do campo para que lutando pela mudança da atual estrutura da nossa sociedade, possamos chegar à libertação.
- 2 – Incentivo a organização independente dos lavradores e à interligação de suas lutas e experiências entre si e as outras classes.
- 3 – [...]

¹⁵ Entrevista realizada com Padre Nilvo Floriano Pase, 25 de março de 2017. São Luiz/RR

¹⁶ Idem

4 – Incentivo à união de todos os lavradores em vista de uma reforma agrária ampla, total e imediata, iniciando pela resistência na terra e pela conquista da terra para quem nela trabalha ou dela foi expulso.

Prioridades da CPT:

- 1 – Despertar as bases de modo que elas tenham uma visão crítica da realidade.
- 2 – Apoiar as formas de organização legítima e independentes dos trabalhadores incentivando a participação na luta, tanto como das mulheres e dos filhos.
- 3 – Apoiar e incentivar as lutas de resistência para permanência e conquista da terra.
- 4 – Promover iniciativas de articulação das áreas, da união dos oprimidos e de entrosamento das lutas.
- 5—Aumentar os meios de formação e capacitação dos trabalhadores e agentes a fim de aprofundarem seus conhecimentos históricos, político-social, teológico e, sobretudo, da legislação em vigor.
- 6 – Atendendo a solicitações de iniciativas de trabalhadores rurais, colocar recursos humanos e financeiros a seu serviço, procurando sempre promover a sua autonomia.
- 7 – Comprovar pela prática que, confiando em si, na classe e em Deus, estamos dispostos à luta comum pela justiça, até as últimas consequências.

Forma de ação:

- 1 – Apoiar, valorizar e incentivar as ferramentas próprias do trabalhador: sindicato e oposição sindical; mutirão e roças comunitárias; cooperação e ajuda mútua (...)
- 2 – A CPT, como órgão pastoral, promoverá: visitas e reuniões, encontros e assembleias (...) ligação entre índios, peões, boias-frias, biscateiros, pescadores, garimpeiros e operários (...) assessoria: jurídica, política, educacional e pastoral; publicação da legislação em linguagem popular; boletins e folhetos contando a história: lutas, vitórias, cantos e poesias dos lavradores (...) pessoas liberadas, agentes ou trabalhadores; ajuda financeira: hospedagem, encontros e locomoção; ato público: celebração, manifestação, notas, protestos, cartas, pressão. (OBJETIVOS, 1979, p. 3-4)

As linhas de ação e os objetivos da CPT Nacional no ano de 1979 demonstram como a CPT buscava apoiar os camponeses, por outro lado é perceptível a influência da Teologia da Libertação e especialmente o sentido de direção que a pastoral oferecia aos camponeses principalmente quando aponta que as bases devem ser despertadas com o intuito de construir uma visão crítica da realidade e incentivar a resistência na terra tendo por fim a libertação. Outro aspecto que chama a atenção é preocupação de manter a unidade do povo oprimido, seja do campo ou da cidade. E os religiosos que atuavam em Roraima seguiram essas orientações.

O Bispo Dom Jorge Merskell ao fazer suas visitas ao Sul de Roraima, manteve contato com Pe. Nilvo e tomou conhecimento de suas ações após esse encontro. Dessa maneira, o Bispo de Itacoatiara declarou que o Pe. Nilvo seria o nome mais indicado para assumir as atividades da CPT em Roraima.

Com essa aproximação entre Pe. Nilvo e a coordenação da CPT AM/RR, a mobilização dos camponeses recebeu um maior impulso e Nilvo convidou um representante da CPT de Santarém-PA, no ano de 1982, para participar de um encontro com

aproximadamente trinta trabalhadores rurais de sua Paróquia, onde o tema central foi o estudo sobre a criação e organização de sindicato de trabalhadores rurais. Dessa forma a CPT RR iniciou suas atividades para criação de sindicatos de trabalhadores rurais em Roraima. Segundo Padre Nilvo, já existia um sindicato, no município de Mucajaí, que trabalhava com pequenos produtores rurais, no entanto era um sindicato de produtores e não de trabalhadores rurais.

Nessa análise das ações do Regional Norte I, bem como de seus agentes, percebo que nos anos de 1980, a CPT AM/RR apresentava uma dicotomia entre seu discurso e sua prática, pois observei que no relatório de avaliação da atuação da CPT elaborado em 1981, afirma que “na CPT sempre esteve presente a preocupação de serviço e isso favoreceu a autonomia dos lavradores (...) Nunca o trabalhador foi substituído em suas lutas por agentes da CPT” (CPT, 1981). Até aquele momento não foi observado que agentes da CPT substituíram trabalhadores em suas lutas. Se por um lado a CPT se colocou enquanto um serviço de apoio aos trabalhadores rurais, posseiros, ribeirinhos, colonos, pescadores, camponeses. Por outro lado, toda a sua ação era direcionada para organização desses trabalhadores em sindicatos, especialmente nos movimentos de oposição sindical, orientando os mesmos para uma postura de independência ao Estado brasileiro, além de estimular a construção de sindicatos e partido político que os representasse. Nesses primeiros anos da CPT em Roraima, o posicionamento estava bem equilibrado entre o caminhar ao lado e o da vanguarda política, porém, é visível a indicação de uma direção ao movimento dos camponeses.

Contudo, mais do que fazer um encaminhamento para organização político-partidária, havia uma clara posição em direcionar os trabalhadores rurais para filiarem-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), bem como, criar diretórios municipais e arregimentar simpatizantes para o partido (O PARTIDO, 1980, p, 11-12; CPT, 1982). Este posicionamento da CPT identificou-se com uma atuação de vanguarda política e a CPT AM/RR se estruturou nessa linha de conduta, pois ofereceu recursos financeiros e educacionais para formação e organização política dos trabalhadores rurais da região situação que vai ao encontro das perspectivas de Grzybowski (1985) e de Mitidiero Júnior (2008) quando analisam a CPT e a ação de seus agentes em dirigir os campones.

Em virtude dessa maneira de agir politizadora e esclarecedora voltadas aos camponeses, a movimentação da CPT começou a sofrer retaliações do governo do antigo Território Federal de Roraima. Conforme o relatório da assembleia da CPT realizada no ano de 1982 (CPT, 1982), os trabalhadores rurais passaram a sofrer ameaças e foram proibidos de se organizarem em sindicatos. Essa atitude foi uma proibição ilegal, mas naquele contexto em que o território era administrado por governadores nomeados pelo regime civil/militar, medidas autoritárias dessa natureza eram frequentes, como relatou Pe Nilvo:

[...] quando a gente estudou o documento da CNBB¹⁷ sobre a terra, os agricultores levaram para casa e logo o exército veio atrás, para saber quem tinha o documento, porque quem tivesse o documento seria preso. Ai os agricultores diziam que os meninos já tinam rasgado.

Além disso, trabalhadores que buscavam se organizar em torno da CPT e até mesmo os religiosos que dirigiam as atividades da Pastoral em Roraima, passaram a ser difamados e houve uma campanha contra Pe. Nilvo taxando-o de comunista. De acordo com este religioso¹⁸ essa campanha foi dirigida por membros da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), instalada no município de Caracarái, esse fato também foi registrado no relatório da V Assembléia da CPT Norte I, realizada em 1982 (CPT, 1982).

Em virtude dessa campanha difamatória, em 1983, o Bispo de Roraima Dom Aldo Mogiano, transferiu Pe. Nilvo para São Luiz, município criado em 1982, localizado na Região Sudeste de Roraima e que recebia muitos migrantes, onde vários se estabeleceram em lotes estipulados pelos próprios colonos ou cortados, na linguagem dos colonos, e que, posteriormente o INCRA, transformou em projetos de colonização e assentamento da reforma agrária (SANTOS, 2010).

Com a permanente chegada de migrantes, o trabalho pastoral de Pe. Nilvo ganhou mais intensidade com a presença cada vez maior de camponeses. Dessa forma, o religioso solicitou o apoio da Diocese de Santa Maria-RS, e convidou o Pe. Vitélio Pasa, em março de 1983 para auxiliá-lo em suas atividades religiosas e de organização dos colonos migrantes.

¹⁷ O documento que Pe. Nilvo faz referência é o texto aprovado e publicado pela CNBB em 1980, “Igreja e os Problemas da Terra”, que repudiava a situação social das áreas rurais do país e trazia um claro posicionamento mais definido dos Bispos do Brasil contra o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a contestação de um sistema econômico impiedoso na exploração dos homens.

¹⁸ Entrevista realizada com Padre Nilvo Floriano Pase, 25 de março de 2017 São Luiz/RR.

Assim, os dois sacerdotes gaúchos assumiram a Paróquia de São João Batista, no município de São Luiz, e juntos deram continuidade a mobilização do povo.

Os dois padres percorriam as estradas vicinais, as comunidades e as vilas espalhadas pela BR 210 e BR 174, animando camponeses a permanecerem na terra e a se organizarem em sindicatos de trabalhadores rurais, essa ação foi acompanhada pela criação de novas Comunidades Eclesiais de Base. Os referidos religiosos atuavam como verdadeiros intelectuais orgânicos, sempre seguindo os preceitos da nova dinâmica da IC de trabalhar contra a opressão, pela autonomia e libertação do povo pobre, vivenciando o chamado Cristianismo da Libertação.

Por conta desta realidade, a ação desses dois padres ficou restrita a região Sul e Sudeste de Roraima. De outro lado, as colônias no entorno de Boa Vista praticamente não contavam com o serviço da Comissão, justificada pela carência de pessoal que se dedicasse a essas áreas que ficavam mais ao norte do Território, pois, como já foi observado, a prioridade da Diocese de Roraima era a pastoral indígena.

Ao seguir as linhas de ação da CPT, mencionadas nas páginas 57 e 58, a movimentação de Pe. Nilvo era mais identificada como uma obra da Igreja Católica do que uma atividade da CPT. No entanto, a avaliação ocorrida na VI Assembleia Regional Norte I da CPT, do trabalho de Pe. Nilvo, o sacerdote foi indicado pelo plenário deste evento como representante das áreas internas da região de Roraima.

Com essa indicação, Pe. Nilvo passou a ter uma ação mais orgânica junto a CPT e solicita, em nome dos camponeses do Sul e Sudeste de Roraima, maior colaboração da equipe de coordenação do Regional AM/RR, bem como, a realização de cursos de formação, maior divulgação do Boletim Informativo O Paneiro e que a CPT e o CIMI realizassem um maior intercâmbio de suas notícias e informações.

Com atuação mais intensa dos Padres Nilvo e Vitélio, os problemas da região passaram a receber maior atenção nas Assembleias da CPT AM/RR, assim como a presença de camponeses oriundos de Roraima, especialmente das regiões Sul e Sudeste do território, se intensifica. Dessa forma, na Assembleia da CPT – Norte I, realizada na cidade de Borba-AM, entre os dias 21 a 25 de janeiro de 1985, além dos problemas de outras regiões, as questões de Roraima foram debatidas, além de um planejamento para a região, conforme segue:

Pontos positivos: 1. Mobilização para fundar o sindicato; 2. Uso do Boletim Informativo O Paneiro; 3. Encontros feitos com animadores das comunidades; 4.

Celebração do dia do agricultor; 5. Apoio financeiro para fundação do sindicato de trabalhadores rurais.

Ponto negativo: falta de uma equipe da CPT com os agricultores.

Planejamento: 1. Criar uma equipe permanente da CPT com agricultores; 2. Um encontro sobre 'Leis Agrárias' com Daniel Rech (CPT Nacional); celebrar o dia do agricultor; 4. Aproveitar mais as publicações da CPT. (Comissão, 1985)

Nesta assembleia participaram os representantes de Roraima: Wilson Neves (São João da Baliza); Milton José Bolzan (Caracarái); Raimundo da Costa Pinheiro (São Luiz) Antônio Cardoso Leite (São João da Baliza) e Pe. Vitélio Pasa (Caracarái). Cabe destacar que Wilson Neves que foi o primeiro presidente do STR de São João da Baliza, elaborou um relatório desta assembleia em forma de poesia, intitulada ASSEMBLÉIA da CPT - BORBA-AM - 21 a 25 de janeiro de 1985 - SÍNTESE EM VERSOS POR: WILSON NEVES DE RORAIMA, exponho alguns trechos a seguir:

- | | |
|--|--|
| 1. Viemos de Roraima
Em grande animação
Uma equipe fabulosa
Gente da Migração
Três homens e um padre
Um poeta e sacristão | 2. Viemos a um encontro
Com uma finalidade
Reunir com a CPT
Em Borba bela cidade
Vou Escrever com Verdade. |
| 9. Tanto povo no encontro
Que veio de terra distante
Tem Ivo Poletto
Que será comandante
Espião e espiã
Muita gente importante | 13. Faremos trabalho de grupo
Prá ver a realidade
Muitos olhos são precisos
Com tanta barbaridade
Como é que se organiza
A nossa sociedade. |
| 21. Agora nós vamos ver
Assim falou o Ivo
Como é que o Capital
Deixa o povo cativo
Precisamos estar alerta
Temos que estar ativos | 47. Depois de comer o peixe
Eu nem palitei o dente
Um padre me avisou:
Hoje você vai ser gente
Pois depois de vinte anos
Vais votar para presidente |
| 48. Eu fiquei admirado
Neste mato tem um gato
Me falou um presidente
Mas o Ivo explicou
O Bispo não é chato | 49. E teve mesmo a eleição
A maior democracia
Falo assim mas não entendo
Faz tempo que não "a via"
Foi eleito Dom Jorge
Com os votos da Companhia |
| 53. Agora vamos em frente
Precisamos estudar
Falaremos sobre o Lucro
Para economizar
Lucro é renda do trabalho | 65. Os explorados da cidade
Vão se ajuntar
Com o homem do campo
E juntos vão enfrentar
O inimigo comum |

E precisa acabar	Não pode nos dominar.
66. Esse dia de quinta feira Estudamos que faz dó Merecemos um descanso À noite daremos um nó Assim falou Amarildo Iremos em um forró.	86. Quem quiser ir prá Roraima Prá terra de gente lisa Pode ir que tem lugar E lá a gente precisa Muitas irmãs na Igreja De São João da Baliza

Neste relato poético da Assembleia da CPT AM/RR de 1985, é possível perceber a preocupação com a formação dos trabalhadores rurais e que o conteúdo desenvolvido no evento teve caráter de esclarecer aos participantes a configuração de uma sociedade capitalista e que a saída para superação desse modelo social seria a unidade dos trabalhadores do campo e da cidade. As Assembleias são momentos de formação onde as linhas de ação da CPT, orientadas pela Teologia da Libertação, orientam seus agentes e camponeses, Além disso, constato que para os participantes o momento da assembleia era muito intenso e até mesmo cansativo, no entanto havia as ocasiões de descontração e confraternização, onde os laços de companheirismo eram reforçados.

Na ata da IX Assembleia da CPT AM/RR, realizada entre os dias 20 e 24 de fevereiro de 1986, consta a participação de uma delegação representando as Áreas de Roraima, entre os quais: Renato Lang (São João da Baliza); Raimundo Gomes da Silva (Boa Vista); Antônio Cardoso Leite (São João da Baliza); Ricardo Alves (Vila Martins Pereira); Gilberto Pedrosa Lima (Boa Vista), Waldir Tobias (Boa Vista) e; Vitélio Pasa (Caracarái). Nessa mesma ata, verifiquei que Vitélio Pasa era o coordenador das Áreas de Roraima. Além disso, em entrevista realizado com Renato Lang¹⁹, este informou que naquela assembleia teriam participado aproximadamente 20 pessoas de Roraima.

Um outro sujeito que teve importância na construção do núcleo da CPT na região Sul de Roraima foi Renato Lang. Diferente de Pe. Nilvo e Pe. Vitélio, Renato Lang chegou a Roraima em 1984 por questões profissionais e não religiosa, no entanto, aproximou-se dos camponeses por intermédio de um projeto da IECLB, financiado por uma organização chamada Pão Para o Mundo²⁰. Era um projeto de caráter assistencial que consistia em apoiar os trabalhadores Rurais da Região do Caroebe a organizarem-se em associações e

¹⁹ LANG, Renato. Entrevista realizada em 18 abril 2017. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso, (acervo do autor).

²⁰ Entidade vinculada as Igrejas Evangélicas da Alemanha.

cooperativas com objetivo de um melhor ordenamento da produção e comercialização da banana, que, naquela época, já era o principal produto daquela região.

Cabe ressaltar que o projeto foi direcionado para aquela região, pois havia uma comunidade Luterana naquela localidade. Outro aspecto que é importante esclarecer é que Renato Lang é de origem Luterana, porém, de acordo com sua entrevista, o mesmo declarou que o seu vínculo com o projeto de assistência aos trabalhadores rurais da região do Caroebe se deu em virtude de sua formação de técnico agrícola e não pelo fato de ser vinculado a IECLB.

Por causa desse projeto, Renato Lang foi convidado para participar da IX Assembleia da CPT AM/RR e foi nesse evento que conheceu os padres Nilvo e Vitélio, como atuavam na mesma região, começaram a desenvolver ações em conjunto e foi com essa união de esforços que conseguiram, juntos com os trabalhadores rurais da região do Caroebe, estabelecer uma associação que passou a fortalecer os produtores de banana da região, conforme relatou Renato Lang:

Nesse processo organizacional, a gente tentou buscar primeiramente uma parceria com a Secretaria de Agricultura do Estado, o que acabou se tornando inviável por conta de interferência político partidária que havia. A presença dos técnicos era determinada pelo governo da hora, pois cada governador é que determinava qual o rumo que os técnicos deveriam tomar na atuação da secretaria de agricultura. Ai nós começamos a trabalhar na vicinal 06 do Caroebe, que já era uma confusão, pois essa vicinal tinha 3 nomenclaturas, 06, 9 e 42. Ai começamos a trabalhar com uma associação e a organizar o processo de produção e venda de banana, o escoamento da banana, pois a base da produção era a banana e lá o pessoal vivia cativo na mão dos marreteiros, como são chamados os atravessadores que compravam a banana com um preço 10 vezes menor do que era vendido aqui em Boa Vista. Ai nessa mesma época, a IC realizou um convênio com uma organização da Holanda chamada Sedenco que fazia parte da cooperação internacional da Igreja Católica, e por meio dessa parceria foi adquirido um caminhão para fazer o transporte de banana da região e a gente conseguiu indiretamente, com a atuação em cima daquela associação, meio que disciplinar o comércio da banana e estabelecer uma relação de preço menos injusta, pois lá o habito era o seguinte: o comprador, o cara que agenciava a banana aqui em Boa Vista, chegava e dizia que queria 100 cachos de banana e ai o produtor cortava 100 cachos e o comprador chegava lá e escolhia apenas os 10 melhores e os 90 que sobravam não se pagava. Isso era regra, as pessoas viviam naquela escravidão, mas, ai a gente conseguiu disciplinar, se estabelecer o padrão 1, 2 e 3 da banana, com preço diferenciado e com pagamento a vista. Acabamos disciplinando, pois antes as pessoas recebiam o pagamento 3 semanas depois da entrega do produto, era um negócio complicado. Ai começou um embrião dessa organização lá que foi se irradiando para Caroebe, Baliza e São Luiz²¹.

²¹ LANG, Renato. Entrevista realizada em 18 abril 2017. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso, (acervo do autor).

Renato Lang mencionou que o projeto da Igreja Luterana além de se preocupar com a questão da organização dos trabalhadores rurais, também se preocupava com a questão da saúde das famílias de agricultores, por conta dessas duas vertentes do projeto, logo a parceria com a IC possibilitou que o projeto que tinha uma área de atuação mais restrita, se espalhasse por toda a região e essa parceria foi fortalecida por meio da CPT, que permitiu oferecer atenção para um número maior de famílias,

[...] como o nosso trabalho era extremamente reduzido em relação a área de atuação nós começamos a acompanhar as ações da IC, nós fizemos uma parceria e começamos a acompanhar e a assessorar os movimentos, as associações e nessa época foi aumentando o número de associações e o próprio processo de organização das comunidades.²²

Essa parceria entre membros da IC e da IECLB proporcionou o fortalecimento da atuação da CPT AM/RR. Mais camponeses participaram dos cursos de formação e também das próprias assembleias realizadas no Amazonas.

Em 1987 ocorreu a X Assembleia da CPT Norte I AM/RR, e comemorou-se dez anos da fundação da Comissão Pastoral da Terra Regional Amazonas/Roraima. Após uma década de atuação e de acordo com a análise da documentação é perceptível a distinção do trabalho no Amazonas e em Roraima. De acordo com Renato Lang²³, a equipe do Amazonas dedicava-se mais aos ribeirinhos e pescadores e os agentes que atuavam em Roraima vivenciavam a realidade dos projetos de colonização e a intensa migração para o Território. Nesse momento iniciou-se uma reflexão sobre a necessidade da criação de uma regional que fosse responsável apenas por Roraima, o que ainda era uma ideia incipiente naquele momento.

Essa discussão ocorreu em virtude do abandono dos agricultores por parte do Estado, pois as estradas continuavam em péssimas condições, os projetos de colonização estavam abandonos e muitos colonos começaram a deixar seus lotes. Além disso, a presença de madeireiros intensificou-se e os grileiros chegavam em busca de terras já desmatadas. A avaliação feita na X Assembleia da CPT AM/RR, da situação de Roraima era a de que o governo não tinha interesse nos projetos de colonização e que o objetivo principal do Estado era utilizar os colonos na derrubada da mata para posterior ocupação por parte de fazendeiros (CPT, 1987). Situação semelhante a analisada por Martins (1981) em outras regiões da

²² Idem

²³ Idem

Amazônia onde os posseiros eram os sujeitos da frente de expansão que derrubavam a mata para logo em seguida serem expulsos por fazendeiros.

Para os participantes da X Assembleia da CPT AM/RR, realizada em 1987, o caminho para combater tal situação, deveria ser a ampliação das atividades da CPT em Roraima, a qual deveria dirigir seus esforços para o fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais já criados e a constituição de novos sindicatos. Essas ações foram acompanhadas de uma intensificação de visitas às comunidades pelos agentes da CPT com as lideranças sindicais, fortalecendo a aliança entre as Comunidades Eclesiais de Base e os STRs. Essas atividades tinham como objetivo promover a criação de associações e autonomia dos agricultores em relação às associações criadas pelo governo do Território, pois estas surgiram exatamente com o objetivo de enfraquecer a ação política da CPT e dos sindicatos.

Já em 1988, ficou registrado na ata da XI Assembleia da CPT AM/RR que a preocupação com o fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais continuava como prioridade para Pastoral, no entanto outra questão passou a fazer parte dos debates dos agentes e trabalhadores rurais vinculados a CPT. Esse problema foi tema de outras assembleias, contudo, a tese do fortalecimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), naquela assembleia considerou a preocupação de não haver uma divisão entre trabalhadores urbanos e rurais e que deveria haver um esforço para se evitar a criação de uma central camponesa e que um dos caminhos seria a criação de uma secretaria rural da CUT como base para instituição de um departamento rural da referida Central (CPT, 1988, p.4).

Com a preocupação de fortalecer a CUT na base sindical rural, naquela assembleia debateu-se sobre a ação das várias correntes políticas que atuavam por dentro da mencionada Central, entre as quais destaco: reformista, vanguardista e, classista de massa. Esta última era apoiada pela CPT, pois a pastoral defendia a tomada do poder pelos trabalhadores, porém esse poder deveria ser fruto da organização das bases.

Para fortalecer a CUT, a CPT assumiu a tarefa de continuar a formação de lideranças e a combater os sindicatos de trabalhadores rurais que sofriam a influência de dirigentes e servidores do INCRA, entre outros agentes governamentais, e lutaria contra os sindicatos que assumiram funções de agências do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FURFURAL).

Por outro lado, a preocupação com a questão político partidária ainda permanecia como um dos focos de atenção da CPT, pois além de discutir o fortalecimento da CUT, durante XI Assembleia da CPT AM/RR foram organizados grupos de trabalho para se discutir a organização dos partidos políticos em cada área de atuação da CPT. No grupo de Roraima, por exemplo, foi debatido como que o PT se organizava e como os demais partidos eram constituídos nos municípios. O grupo destacou que a distinção estava entre a participação efetiva dos trabalhadores em participar das reuniões, escolher delegados e fazer filiações por meio do esclarecimento dos direitos dos trabalhadores e do outro lado os partidos que não se interessavam pela participação dos trabalhadores, esperavam apenas o apoio nas eleições e conquistavam a população por meio da entrega de documentos relativos a posse da terra.

A avaliação do grupo de Roraima em relação a participação nos partidos políticos apontou que as pessoas esperavam por pequenos benefícios, de migalhas, muitos foram iludidos; outros tentavam se organizar, apesar das barreiras encontradas, como o medo, problemas financeiros, desunião e falta de conscientização, conforme relatado na ata da XI Assembleia (Comissão, 1988, p.8).

Ainda, nessa assembleia foi realizada uma avaliação sobre a Igreja Católica, e foram discutidos os vários tipos de Igreja dentro da IC e movimentos que a circundavam. Comparou-se as paróquias tradicionais, que normalmente não se envolvem nos problemas comunitários, dedicando-se apenas aos aspectos religioso, diferente das CEBs, que dispunham de maior abertura aos setores populares promovendo união e interação da fé e da vida, onde os vigários têm um poder menor diante da comunidade. A própria CPT, mais uma vez foi avaliada e reafirmado o seu princípio de apoio aos trabalhadores sem substituí-los em suas representações. Além disso, foram mencionados movimentos que não se envolvem com a política, tais como: focolarinos; carismáticos; cursilhos; apostolado da oração e; legião de Maria. Estes últimos, foram apontados como bons animadores das CEBs, mesmo não se envolvendo com política (O Paneiro, 1988, p. 9; Comissão, 1988).

Ainda durante a assembleia de 1988 discutiu-se como a CPT Regional e de cada localidade poderiam ajudar a apoiar os sindicatos de trabalhadores rurais, a CUT, o PT e como deveria ser a atuação dos animadores comprometidos com as comunidades na formação política dos trabalhadores. A equipe de Roraima apresentou a seguinte orientação para o trabalho da coordenação da CPT Regional:

- manter financiamento de transporte para agentes e trabalhadores rurais participarem das atividades de mobilização das comunidades;
- manter as festividades do dia do agricultor;
- enviar e indicar materiais informativos e de esclarecimento;
- continuar com o trabalho de conscientização com reuniões comunitárias e regionais;
- promover cursos de medicina caseira;
- promover curso regional da CPT
- atenção para com os agentes comunitários para evitar o sectarismo;
- formação política por meio de estudo, conhecimento dos partidos políticos, dos programas dos partidos e candidatos e especialmente conhecer o histórico dos partidos e dos candidatos.
- Formar coordenações locais da CPT e;
- organizar grupos de base (O Paneiro, 1988, p. 10; Comissão, 1988).

Nesse quadro em que a sociedade roraimense se encontrava, em meados do ano de 1988, as vésperas do antigo Território transformar-se em Estado, a IC se debruçava sobre uma situação bastante conflituosa, posto que, na avaliação de alguns de seus membros, as elites locais estimulavam o choque entre os pequenos produtores e os indígenas. Situação que a IC demorou a constatar, especialmente porque anos atrás como já foi observado, a IC em Roraima priorizou o trabalho pastoral com os indígenas e deixou o trabalho pastoral com os trabalhadores rurais em segundo plano. Dessa forma, o trabalho da CPT em Roraima passou a se configurar em um aprofundamento de sua atuação com os trabalhadores rurais, mas buscava fazer uma ponte com os movimentos indígenas, porém, esse foi um processo lento.

A atuação da CPT em Roraima encontrava nesse quadro social bastante conflituoso, como é possível constatar nessa matéria publicada no Boletim Informativo O Paneiro de junho de 1988, figura 4:

Figura 04 - Migração, Garimpo e Índio em Roraima



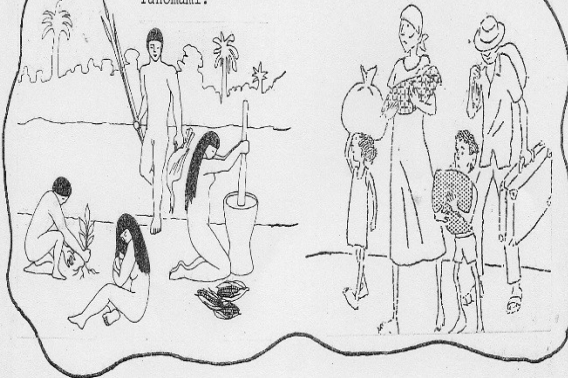
08

Algumas consequências imediatas desta busca fanática do ouro:

1. Destruição do povo Yanomami pela interferência em sua vida, costumes, cultural, caça, pesca...
2. Confrontos com morte de Índios e Garimpeiros;
3. Destruição e desorganização das Famílias Migrantes. Mulheres e crianças ficam abandonadas;
4. Desorganização das Comunidades de fé e dos Sindicatos;
5. Aumento das doenças entre os Índios e entre a População nos Projetos de Colonização, especialmente a MALÁRIA, que direta e indiretamente já tem matado várias pessoas;
6. Agricultores deixaram de fazer ou diminuíram suas roças;
7. Custo de vida elevadíssimo em função da procura do ouro;
8. Mais fome e miséria na população;
9. Prostituição maior;
10. A ganância pelo ouro faz dele um ídolo;
11. Poucos garimpeiros voltam com ouro e a maioria com "esperanças" doentes e enfraquecidos;
12. Perseguição à Igreja.

Por estas consequências podemos ver que ÍNDIOS e Agricultores são as grandes vítimas. Os "Grande", o Projeto Calha Norte, as Mineradoras, os fazendeiros, estão interessados em colocar o pequeno contra o pequeno (Índio Agricultor) para que fiquem mais divididos e enfraquecidos. O grito "ouro à vista". Continua vivo no coração de muitos "aventureiros", famintos de cobiça e poder, cavando o minério do solo, sem se importar em nada com os que vivem nesta terra. É nesta terra que o Nativo (Índio) proclama seu direito sobre ela, que a declara seu espaço de liberdade, que a venera como sua possibilidade de vida, costumes e sobrevivência. O Índio é o primeiro e atual dono legítimo das terras em que está vivendo.

A Igreja não está contra os garimpeiros, mas está contra o garimpo em áreas Indígenas. mais cedo ou mais tarde a história cobrará da nossa geração a omissão e o genocídio praticado contra o povo Yanomami.



Por outro lado, na região Sul e Sudeste de Roraima, o trabalho da CPT se fortalecia e os agentes locais priorizaram aquilo que foi estabelecido na assembleia de 1988. Dessa forma, houve um intenso trabalho de fortalecimento do sindicato de São Luiz e de São João da Baliza, mas, também, houve uma ação para o fortalecimento do PT, como foi destacado em matéria publicada no Boletim Informativo O Paneiro de outubro de 1988 (Figura 05):

Figura 05 - Em Roraima Lavradores querem assumir o poder

EM RORAIMA

LAVRADORES QUEREM ASSUMIR O PODER



O povão está deixando de ser analfabeto político para arregaçar as mangas e participar na política partidária, procurando chegar ao poder e mudar o jeito em que está organizada a nossa sociedade.

No sul de Roraima, nos municípios de São Luiz do Anauá e São João da Baliza, os lavradores organizaram o Partido dos Trabalhadores (PT) e estão em campanha.

Pela primeira vez na história, os lavradores participam como candidatos numa eleição Municipal. E a campanha está sendo feita com os meios que os pobres possuem: de bicicleta, de pés, de carona. De casa em casa, reunindo o povo viciniais, ao longo da Br 174 e da Perimetral Norte. Estão ouvindo o povo, fazendo o plano de governo dos Trabalhadores.

É uma campanha de formigas; por baixo, no silêncio, na honestidade, sem iludir ou enganar, sem promessas a não ser o trabalho pelo povo.

No município de São João da Baliza o candidato a prefeito pelo PT é o lavrador Antônio Cardoso Leite ("santo"), do Entre Rios, e o vice é o lavrador Clair Cordeiro, da vicinial 24. Dez (10) companheiros, todos lavradores, de diversas viciniais correm à Câmara do Vereadores.

Já em São Luiz do Anauá, o candidato a Prefeito do PT é o lavrador Juarez Belo Bezerra, da vicinial 4, tendo como vice o professor e lavrador Augusto Souza, da vila do Incra (Rorainópolis). Os candidatos lavradores à Câmara de Vereadores são oito (8).

Parabéns aos lavradores que assumem o serviço da militância política. Que o povão dê seu voto de confiança em seus companheiros. Chega de votar nos grandes! Chega de votar em comerciante e fazendeiro! Esta é hora dos pequenos, dos peões, dos lavradores! Vote neles.

Fonte: O Paneiro - ano 10 - n. 92 outubro 1988 - p 13.

Conforme as informações obtidas nas entrevistas com Pe. Nilvo e com Leon Denis Pires de Lima²⁴, os agentes da CPT e as lideranças dos trabalhadores rurais que desenvolviam trabalhos junto a pastoral, bem como aqueles que dirigiam as CBEs, eram os

²⁴ LIMA, Leon Denis Pires de. Entrevista realizada em 15 junho 2017. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso (acervo do autor).

mesmos sujeitos que fundaram os sindicatos de trabalhadores rurais e também constituíram os primeiros diretórios municipais do PT na região Sul e Sudeste de Roraima.

Padre Nilvo, mesmo incentivando a participação política dos camponeses, tem uma avaliação crítica do envolvimento partidário das lideranças religiosas e sindicais:

Na verdade não deveria enfraquecer, mas houve um enfraquecimento. Pois as pessoas se envolveram de mais na linha do partido e como tinha aquela pressão das associações aí o pessoal começou acreditar que a linha do partido seria melhor para os agricultores, seria melhor para resolver os problemas. Então como a liderança era a mesma, muitos, em São João do Baliza principalmente, optaram ficar só no partido. Mas o sindicato continuou, mas não assim com aquela combatividade do começo, até bem pouco tempo ele tinha uma presença boa aqui. Mas hoje está naquela fase assim só da aposentadoria. Mas sentindo o peso de duas coisas, uma do lado do governo que não queria a organização, do outro lado o partido mostrando que por ali seria a melhor via e não o sindicato. Então algumas lideranças que estavam a frente do partido, vamos pegar o exemplo da Rosângela e do Clair que foram fundadores do sindicato, o padre Vitélio foi padrinho da criança deles que foi batizada no dia da fundação do sindicato dos trabalhadores rurais do Baliza. Aí tinha organização das mulheres cristãs, que também andava na mesma linha ao lado do sindicato, não como organização sindical, mas sim como incentivo para que as mulheres participassem do sindicato. Então esse pessoal que estava na organização dos sindicatos, na organização das mulheres, de repente começam a se organizar no partido. Um pouco como aconteceu com as lideranças da Igreja quando o Lula assumiu a presidência, muitas lideranças da igreja deixaram de participar das atividades da igreja e passaram a trabalhar como líder em um setor em que o governo precisa de alguém de confiança²⁵.

Apenas para exemplificar, na matéria do Boletim Informativo da CPT exposta na figura 06 observa-se o nome de Clair Cordeiro como candidato do PT a vice-prefeito de São João do Baliza, em 1988. Pois bem, Clair foi morador da vicinal 24, deste município, e em seu lote foi construído um espaço para atividades da Igreja Católica, que, com o passar dos anos, além de atividades religiosas, transformou-se em um espaço para discussões políticas, reuniões da CEB e de encontros da CPT. Alguns de nossos entrevistados qualificaram o lote de Clair como um local de debate político e de formação política dos trabalhadores da região. O caso de Clair ilustra a realidade de várias outras lideranças que participavam da CPT, das CBEs e que por conta da formação oferecida pela Pastoral da Terra, caminharam em direção à fundação dos STRs, além do PT, da CUT e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Roraima (FETAG-RR).

A ação da CPT em Roraima seguia exatamente as orientações do que era definido nas assembleias o que demonstra como a entidade assumiu um papel de direção para

²⁵ PASE, Nilvo Floriano. Entrevista realizada em 06 junho 2012, em São Luiz, Roraima. Entrevista concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso, (acervo do autor).

trabalhadores rurais, orientando-os para uma determinada perspectiva política, incumbindo-se de uma atitude de vanguarda. De outra forma, observa-se que em todo o material consultado sobre as ações da CPT naquele período, existia sempre uma observação de que a CPT era serviço. No entanto, fica claro que a CPT não abriu mão de uma firme direção política.

Figura 6: Reunião de camponeses na sede da APROSUR, 1988



Fonte: acervo de Leon Denis Pires de Lima

Na Figura 6, observamos a fotografia de uma das reuniões de organização dos camponeses da região Sudeste de Roraima, na sede da APROSUR, como é possível visualizar, as instalações eram bastantes simples construída em madeira, em razão de ser uma região de floresta, onde havia muita disponibilidade de madeira. Mas além do registro da reunião, destaco os cartazes fixados nas paredes, o que de certa forma, confirma o que vem sendo apresentado ao longo dessa exposição, ou seja, naquela década de 1980, onde a CPT agia, os camponeses também se organizavam politicamente em torno do PT, e com isso, movimentavam-se para ocupar os espaços políticos dos municípios do Sudeste de Roraima, seja nas prefeituras ou nas câmaras de vereadores. Também se percebe cartazes relativos a mobilização pela Constituinte de 1988.

Os agentes e camponeses, vinculados a Pastoral da Terra, participavam de cursos de formação localmente, no Amazonas e Rondônia. Em Rondônia os cursos eram promovidos na cidade de Vilhena, no Centro de Treinamento Piraculina. Faço referência a essa cidade,

pois alguns dos entrevistados mencionaram os cursos realizados neste centro de treinamento como de grande importância para a formação política dos trabalhadores e dos próprios agentes da CPT. Cito, como exemplo, o 6º Encontro de Formação para Agentes da CPT da Grande Região Noroeste, realizado entre os dias 10 e 20 de abril de 1989, com assessoria de Ivo Poletto, membro da coordenação nacional, e de José Vicente Tavares, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os temas do curso foram os seguintes: metodologia de análise da realidade e a colonização na Amazônia (CURSO, 1989, p 17). Faço essa observação, pois a preocupação com o exame da conjuntura nacional, regional e local sempre marcou, como será destacado mais adiante, boa parte das assembleias da CPT de Roraima, onde os primeiros encontros sempre foram iniciados com uma análise de conjuntura e uma discussão sobre os grandes projetos que atingiam a Amazônia.

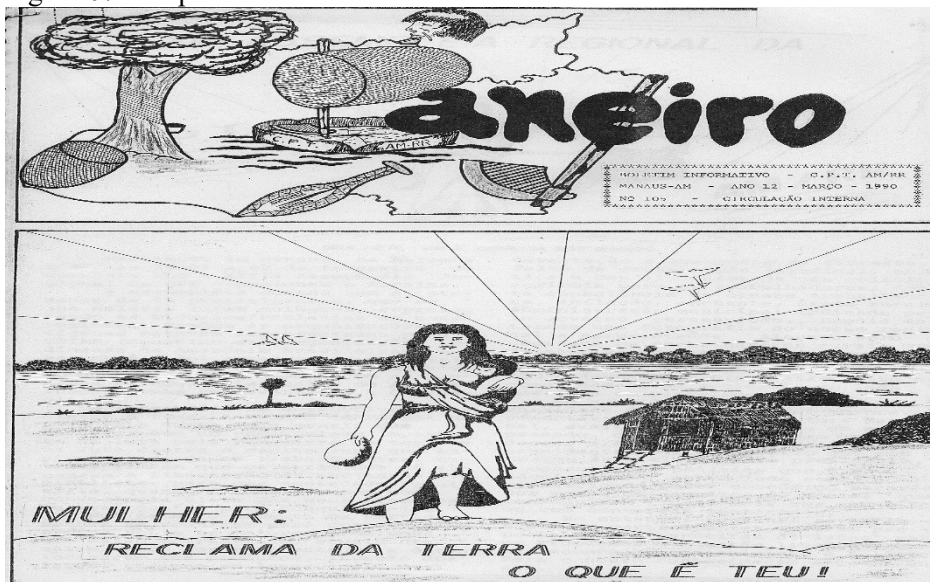
Outro momento que chamou a atenção foi a XIII Assembleia Regional da CPT AM/RR, realizada em Manaus entre 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 1990, pois de acordo com matéria publicada em O Painho, aquele evento foi dedicado especialmente às mulheres e contou com a seguinte temática: A Mulher Camponesa na Luta Pela Terra. Em virtude desta assembleia ter a mulher como tema central das discussões, a presença feminina foi maioria entre os 85 participantes (XIII ASSEMBLÉIA, 1990). Ressalto que foi o primeiro documento consultado que trouxe a expressão camponesa, até essa fase da pesquisa a palavra camponês não havia sido mencionada nos documentos da CPT Regional Norte I, pois as expressões utilizadas para se referir ao homem do meio rural da Amazônia eram ribeirinhos, pescadores, seringueiros, agricultores, lavradores, pequenos produtores, colonos, assentados e migrantes.

O trabalho com as mulheres para a CPT já era uma realidade na região Sul de Roraima, especialmente nos municípios de São Luiz e São João do Baliza, pois de acordo com Rosângela Piovizani Cordeiro²⁶, que foi moradora da vicinal 24 no município de São João do Baliza e atualmente faz parte da coordenação nacional do Movimento de Mulheres Camponesa, MMC, desde meados dos anos 1980 a IC buscava organizar as mulheres, inicialmente com a formação de grupos de mulheres com o objetivo de aprender a costurar, fazer crochê, conhecer a medicina caseira, a produção de plantas medicinais, fazer leitura da bíblia, mas posteriormente esses grupos passaram a ter uma participação política importante, seja se organizando na época da Constituinte para enviar propostas do interesse das mulheres

²⁶ CORDEIRO, Rosângela Piovizani. Entrevista realizada em 20 de outubro 2008. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso, (acervo do autor).

do meio rural, até a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais e de movimentos próprios das mulheres como a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, criado em Roraima em 1996, e posteriormente o MMC. Na figura 7 aparece o destaque que o informativo da CPT deu a participação das mulheres na luta pela terra no ano de 1990.

Figura 07 – Capa de O Paneiro - Mulheres



Fonte: O Paneiro, ano 12, nº 105, mar. De 1990.

Segundo Rosângela Piovizani, a CPT sempre apoiou a organização das mulheres seja politicamente ou até mesmo com auxílio financeiro:

Em outubro de 1995 havia uma articulação de mulheres na região Sul do Brasil e uma articulação de mulheres, todas do campo, da região Nordeste e alguns estados que tinham organizações de mulheres no Brasil. Por alguns caminhos se encontraram e decidiram fazer o I Encontro Nacional de Mulheres da Roça, que foi em outubro de 1995 em Jundiá/SP. E onde não tinha organização de mulheres, foi enviado convite para algumas igrejas, Luterana, Presbiteriana, Católica e a própria Pastoral da Terra, ai chegou esse convite aqui e na época o coordenador era o Pastor Ralf, ai ele enviou esse convite para o Baliza, e na época eu era a única mulher que estava a frente de uma associação e ele disse olha se você tiver interesse em participar a CPT banca a passagem para você representar a CPT/RR nesse encontro nacional. Assim eu fui e lá eu me deparei com uma discussão mais específica sobre mulheres, para mim foi tudo muito novo e nesse encontro a gente acabou criando uma Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e eu sou indicada para a coordenação nacional. E acabamos criando essa articulação nacional, então quando eu volto fiz um bom relatório para CPT e conversei com a coordenação da CPT e disse que: saindo da direção da associação eu iria me dedicar só com as mulheres, tentaria organizar as mulheres, porque entre os pobres do povo, os mais excluídos do campo, as mulheres são mais excluídas ainda, porque em cima das mulheres perpétua, além da falta de acesso e tudo mais, há todo o machismo, um sistema patriarcal que é muito forte e isso tem uma dominação muito grande e isso me inquietava bastante. Ai quando eu voltei do encontro nacional eu decidi então me

dedicar a essa questão das mulheres. Então em 1996 a gente faz o primeiro encontro no estado, aí tinha umas 100 mulheres. Então dessa época para cá eu me dediquei muito mais com a questão das mulheres por vários fatores, além de olhar o isolamento, o próprio machismo a violência, mas tinham vários fatos que aconteceram que eu decidi entra de cabeça nessa organização das mulheres²⁷

As primeiras décadas de trabalho da CPT em Roraima mostraram como a Pastoral foi lançando sementes por onde passava, seus agentes e coordenadores trabalharam de maneira incansável para organização dos camponeses que foram se estabelecendo nas margens da BR 174 e BR 210, uma ação que frutificou ao germinarem sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações de produtores e produtoras que permitiram a organização da produção, novos movimentos sociais e até mesmo de uma central sindical e de um partido político. Constatado que a CPT cumpriu sua missão de serviço, de caminhar ao lado dos pobres e oprimidos, mas a partir de uma série de circunstâncias demonstradas nessa exposição, também assumiu papel de liderança dos camponeses.

4.2 A constituição da Regional CPT Roraima

Levando em consideração a conjuntura política, social e econômica posterior a criação do Estado de Roraima em 1988, com a ampliação da migração, com aumento dos garimpos ilegais em terras indígenas, a contínua violência do Estado e de fazendeiros contra as populações indígenas e a própria pressão dos camponeses sobre as terras indígenas, muitas vezes incentivada pelo Estado e pelas elites locais e as próprias condições de vida daqueles com ocuparam as áreas rurais de Roraima, vislumbrou-se elementos para divisão do Regional Norte I, possibilitando a constituição da Regional Roraima.

Dessa maneira, em 1991 acontece um evento na cidade de Boa Vista intitulado de “I Assembleia da CPT na Diocese de Roraima”, e a notícia publicada no Boletim Informativo O Paneiro, demonstra que houve a escolha de representantes por regiões e também uma coordenação geral, como pode ser observado na figura 06, porém, não é apresentada nenhuma nota sobre a organização formal da CPT no estado.

Nessa primeira assembleia da CPT em Roraima, chama atenção à presença do Tuxaua Jacir, dirigente do Conselho Indígena de Roraima, pois essa participação é significativa, porquanto, até essa fase da pesquisa não observei nenhuma aproximação entre o movimento indígena e os trabalhadores rurais. Além, do referido tuxaua, a assembleia contou

²⁷CORDEIRO, Rosângela Piovizani. Entrevista realizada em 20 de outubro 2008. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso, (acervo do autor).

com a presença de representantes do Secretariado Nacional da CPT e de representante da Regional da CPT.

Figura 08 – I Assembleia da CPT na Diocese de Roraima

-16-

Iª ASSEMBLÉIA DA C.P.T. NA DIOCESE DE RORAIMA



Nos dias 11 a 13 de janeiro de 1991, em Boa Vista-Roraima realizou-se a primeira Assembleia da CPT no Estado.

Estiveram presentes representantes dos municípios de São João da Baliza, Caracaraí, Mucajaí, Alto Alegre e Boa Vista.

A assembleia foi coordenada pelo Pe. Vitélio Pasa e Renato Lang e assessorada pelo Miguel Le Moal do Secretariado Nacional, Ir. Alzira Fritzen da CPT Regional e o Tuxaua Jacir do Conselho Indígena de Roraima.

Desde a apresentação percebemos a mobilidade dos presentes. Eramos de 15 estados diferentes, até com experiências na Colonização do Paraguai, e que "aos embolões chegamos em busca de terra para plantar no novo estado de Roraima". Colocamos os nossos problemas de falta de apoio e de recursos diante da situação econômica difícil; da falta de assistência no transporte, na estrada, na saúde e educação; da fraqueza da nossa organização e a desunião entre os agricultores.

Tentamos identificar os nossos aliados e os nossos inimigos para nos resistirmos na caminhada.

Tintonho do PT ajudou-nos numa leitura crítica da realidade política e dos partidos pós eleição. Ajudou-nos a perceber coligações e interesses que os deputados recém eleitos defendem.

Tentamos descobrir o que nos anima na caminhada e o que dificulta a nossa luta de libertação.

Vimos a força da mulher nesta caminhada dura dos agricultores. O papel da CPT e a necessidade da união dos fracos - índios e agricultores para vencer o inimigo comum.

Escolhemos 3 prioridades para o trabalho de CPT em 91 na Diocese:

- 1ª) Para Constituinte Estadual - Formar grupos para informar e unir, elaborar propostas, articular com o Comitê Pro-Constituinte.
- 2ª) Fortalecer e reorganizar - Tendo objetivos claros, fazendo planejamento; tendo administração e Participação, com assessoria e apoio em cima das necessidades e união com os aliados.
- 3ª) Luta pela Saúde - Pela Vida recuperando o saber dos antigos sobre as plantas medicinais, alimentação natural. Divulgando experiências, reivindicando direitos, articulando com as bases.

Para melhor trabalharmos, escolhemos representantes de CPT nas diferentes regiões:

- Alto Alegre: João Dewis
- Baliza: Mauro Minarini
- Mucajaí: Jerônimo de Souza
- Apiaú: Raimundo Gomes da Silva
- Vila São José: Nemésio Silva
- Escola Agrotécnica: Jeferson Parmegiani
- Coordenação Geral: Renato Lang
Vitélio Pasa

Apesar das dificuldades que são muitas, queremos animados lutar por Vida, Terra e Justiça...

Fonte: O Panciro – ano 13 – nº 114 – março, 1991, p. 16

Na publicação de O Paneiro, conforme registrado na figura 8 destaca-se que foram escolhidos para Coordenação Geral, Renato Lang e Vitélio Pasa, pessoas que já tinham um histórico de participação junto a CPT AM/RR e que tiveram uma presença muito atuante no Sul e Sudeste de Roraima, o que demonstra como aquela região teve importância para consolidação da Pastoral da Terra nesse estado. Além disso, como já foi mencionado, Renato Lang é de origem luterana e Vitélio Pasa, foi padre da IC, situação que revela o caráter ecumênico em que se constituía a CPT de Roraima.

A organização da Regional de Roraima ocorre de forma lenta, e a documentação relativa ao período é praticamente inexistente, salvo algumas notícias no boletim informativo O Paneiro, uma realidade que pode ser compreendida pela falta de estrutura que a pastoral possuía no estado e o vínculo que ainda mantinha com a Regional do Amazonas. No entanto, a atenção da equipe do Nacional para com a região se ampliava e os eventos da CPT no estado contavam sempre com a presença de assessores e representantes do Secretariado Nacional da CPT, como foi destacado em notícia de O Paneiro em junho de 1993, conforme a figura 08.

Assim, desde 1991, os agentes da CPT em Roraima em conjunto com os trabalhadores rurais e com o apoio do Secretariado Nacional da pastoral da terra, passaram a desenvolver atividades e ações independentes da Regional AM/RR, são organizados cursos de formação política e técnica dos trabalhadores, além da realização de encontros por várias localidades do estado, onde o Sul e o Sudeste de Roraima deixaram de ser as únicas regiões de atuação da CPT. No entanto, a organização carecia de certa formalização.

Contudo, a mudança de estratégia de atuação da CPT no estado, não foi um processo natural de independência da Regional AM/RR, alguns fatos marcaram essa decisão. Ao consultar a documentação disponível e ouvir os entrevistados, percebi que duas questões foram determinantes para a constituição da CPT de Roraima independente da Regional do Amazonas: a primeira seria a questão da demarcação das Terras Indígenas e as ameaças que os dirigentes da IC passaram a receber em virtude do apoio que deram para as organizações do movimento indígena; a segunda questão estaria vinculada a ampliação do fluxo migratório para Roraima e a criação de novos projetos de assentamento por parte do INCRA.

Um dos motivos para uma atuação específica em Roraima da CPT estaria relacionada à situação conflituosa em que o estado vivia em fins dos anos 80 e início da

década de 1990. Naquele momento havia determinação de organizações indígenas, apoiadas pela IC, em lutarem pela demarcação de suas terras, um processo que havia se iniciado nos anos 70 do século XX (VIEIRA, 2007) e que foi impulsionada pelos direitos dos povos indígenas garantidos na Constituição Federal de 1988.

Figura 09 - Presença do Secretariado Nacional em Roraima

NOTÍCIAS DAS ÁREAS

**ENCONTRO
DE TRABALHADORES
RURAIS**

SÃO LUIS DO ANAUÁ - RORAIMA


De 19 a 21 de março de 93 a Comissão Pastoral da Terra, coordenação de Roraima, realizou o ENCONTRO DE TRABALHADORES RURAIS no município de São Luis do Anauá, reunindo mais de 30 lavradores de vários municípios do Estado de Roraima, representantes de comunidades rurais, sindicatos de trabalhadores rurais e associações de pequenos agricultores.

O encontro teve como objetivo, refletir alternativas para viabilizar a pequena produção.

O grupo de coordenação foi formado pelo Pe. Vitêlio Pasa, Renato Lang, (ambos da coordenação local da CPT), Pe. Dionísio Kuduavicz (CPT Regional) e Sérgio Sauer (Secretariado Nacional da CPT).

Após os três dias de trabalhos de grupos, estudos da realidade e intensas discussões foram tiradas algumas reivindicações e propostas a serem implementadas para melhorar a pequena produção, escoamento e comercialização no Estado e fora dele. As principais propostas foram:

- Necessidade de orientação técnica para as associações locais;
- Necessidade de ajuda aos pequenos agricultores para ter acesso ao financiamento do governo;
- Necessidade de assistência para o cultivo de culturas permanentes;
- Continuação de cursos de capacitação ao pequeno agricultor e a lideranças sindicais e de associações;
- Necessidade de elaboração de materiais de informação;
- Necessidade de melhoria das condições de transportes para escoamento da produção e comercialização.



-10

Fonte: O Paneiro, ano 14 – nº 123 – jun. de 1993 – p. 10

Por conta do apoio da IC a causa dos indígenas, o Bispo de Roraima passou a ser alvo de muitas críticas por parte de alguns setores da sociedade roraimense e até mesmo a sofrer ameaça de morte, Renato Lang descreve um desses momentos: “no final de 1989 houve uma situação bem esquisita, que foi um anúncio em uma rádio local onde uma pessoa se colocou a disposição para colocar a cabeça do Bispo Dom Aldo, dentro da bateia do monumento em homenagem ao garimpeiro, na praça do centro cívico”²⁸.

Renato Lang, em sua entrevista, observou que as ameaças recebidas por Dom Aldo Mogiano, geraram uma imediata reação da CNBB:

[...] isso gerou uma mobilização na CNBB que destacou para cá uma comissão para fazer um trabalho para intervir na realidade de Roraima e dentro desse contexto, se analisou a realidade dos movimentos sociais, e se percebeu que havia uma separação entre a realidade urbana e a rural, não havia um diálogo e não se conseguia fazer uma costura entre essas realidades, esse é um dos pontos que explica o porque a Regional Norte I AM/RR foi dividida em duas regionais. Então, aqui teríamos que trabalhar essas 3 dinâmicas, ou seja, a realidade urbana, a realidade indígena e a realidade rural dos trabalhadores rurais para fazer essa costura. Pois, foi dentro dessas análises que foram feitas que uma das formas de corrigir esses problemas, seria trabalhar essas realidades em conjunto, então isso quem tem que trabalhar é que está mais próximo dessa dinâmica. Então é dentro desse contexto é que tem a liberação de profissionais para atuar na regional de Roraima.²⁹

De certa maneira, a problemática indígena acabou por fortalecer o trabalho da CPT em Roraima, e coube a Pastoral da Terra desenvolver uma dinâmica de aproximação entre os indígenas, camponeses e trabalhadores da periferia da cidade de Boa Vista.

Não localizei a data que a comissão citada por Renato Lang efetivamente visitou Roraima, porém, o boletim informativo da CPT de agosto de 1993, apresenta a notícia da visita ao estado de uma comissão da CNBB, composta por Dom Demétrio, Ivo Poletto e Paulo Guimarães, que após ouvirem pessoas de diferentes setores da sociedade, chegaram a algumas constatações, como é possível observar no referido boletim, conforme a Figura 10.

A perspectiva apresentada por Renato Lang é reforçada por uma carta datada de 13 de junho de 1993 e assinada por Jerônimo Nunes, do Secretariado Executivo da CPT Nacional, onde descreve a situação conflituosa porque passava Roraima em virtude dos conflitos entre garimpeiros e indígenas e que por conta do apoio que a IC prestava as organizações indígenas, o Bispo Dom Aldo Mogiano, sofreu ameaças de morte. A referida

²⁸ LANG, Renato. Entrevista realizada em 18 abril 2017. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso, (acervo do autor).

²⁹ Idem.

carta, ainda solicitava apoio financeiro de todas as regionais para que a CPT de Roraima realizasse suas ações, como é possível observar mais adiante na Figura 11.

Figura 10 – Comissão da CNBB visita Roraima



Fonte: O Panoiro, nº 124, ano 14, julho-agosto 1993, p. 9

Na figura 11, observa-se a avaliação que o Conselho Diretor da CPT elaborou a partir dos levantamentos que a comissão da CNBB realizou na visita a Roraima, e um dos problemas detectados pela referida comissão, foi exatamente uma das questões que já

mencionamos na seção anterior, em virtude de sua opção pela Pastoral Indígena, a IC não apenas se isolou da elite roraimense, como também se afastou dos camponeses.

Figura 11 – Carta de solidariedade a CPT de Roraima

SOLIDARIEDADE A RORAIMA

O Estado de Roraima esteve nas manchetes mundiais por causa do Povo Ianomamy e a invasão de suas terras. Esse problema está em princípio resolvido, mas os problemas com outros povos indígenas cresceram. Os povos Macuxi e Wapixama exigem a demarcação de seu território em uma área contínua, chamada Raposa - Serra do Sol. As empresas mineradoras e a elite do Estado não aceitam isso de jeito nenhum. D. Aldo Mogiano, Bispo de Roraima, empenhou a maior parte dos esforços pastorais da Diocese no apoio aos índios. E hoje aparece como o obstáculo maior aos planos da elite local, e por isso está ameaçado de morte.

Diante dessa situação, a CNBB enviou um grupo a Roraima, para levantar o problema e descobrir pistas de solução.

Aparecem três problemas:

1. Necessidade urgente da demarcação dos territórios indígenas.
2. Necessidade de aprofundar o trabalho pastoral. Comprometendo-se com os povos indígenas, a Diocese se isolou da elite, mas também não avançou muito no trabalho pastoral com os pobres da cidade (que abriga 175.000 dos 220.000 habitantes do Estado) nem com os agricultores das áreas de colonização.
2. Construir, a partir dos pequenos, um projeto de desenvolvimento para o Estado, aproveitando todas as suas possibilidades, em favor das agricultores e dos povos indígenas. A elite local exige as terras indígenas, como condição única para o desenvolvimento, mas não tem nenhum plano de desenvolvimento. A demarcação da área contínua Macuxi, as terras indígenas terão mais de 40% do território do Estado.

Antes dessa missão enviada pela CNBB, a CPT - sub-regional de Roraima realizou a sua Assembléia. A partir da gravidade dos problemas e das necessidades levantadas pelos lavradores, a CPT sentiu a necessidade de dinamizar seus trabalhos, elaborando novo plano e liberando uma pessoa para iniciar a sua execução. Os amigos de Pão para o Mundo se propõem a analisar o projeto, mas só irá fazê-lo em agosto para liberação de recursos, se aprovado, em 1994.

Diante disso, o Conselho Diretor pede que todos os Regionais da CPT se solidarizem imediatamente com os povos indígenas e a CPT de Roraima. Propõe as seguintes ações concretas:

- 1) Que cada Regional consiga no mínimo quinhentos dólares para enviar a CPT Roraima. Podem ser conseguidos por colaboração dos agentes da CPT, de amigos, ou diminuindo outros gastos do Regional, como uma forma concreta de solidariedade. O objetivo desse dinheiro é liberar um técnico agrícola e dar-lhe condições de locomoção para reorganizar várias associações e pesquisar as necessidades, as possibilidades de desenvolvimento e, junto com o povo, elaborar um plano mais amplo para o trabalho da CPT. Para manifestar solidariedade e enviar dinheiro, entre em contato com o coordenador do subregional Roraima:
P. Vitélio Pasa
Diocese de Roraima
Cx. Postal 163
69301-970 - Boa Vista/RR
- 2) Entrar na Campanha pela demarcação das terras indígenas. Concretamente, pressionar o Ministro da Justiça, Maurício Correia, para que delimite logo a área contínua de Raposa - Serra do Sol.
Dr. Maurício Correia
Ministério da Justiça - Esplanada dos Ministérios
Brasília/DF.

Estamos à disposição para outras informações.

Goiânia, 13 de Junho de 1993

Jerônimo Nunes
Secretário Executivo da CPT Nacional

*Solidariedade
e RR*

*Recebido em
29/06/93
CPT. AM/RR.*

Fonte: acervo da CPT do Amazonas

Diante da gravidade dos conflitos em Roraima, o trabalho da CPT foi ampliado e sua coordenação assumiu a tarefa de estabelecer o diálogo entre indígenas, rurais, como eram chamados os camponeses na época e urbanos, com o objetivo de construir uma articulação política entre suas lideranças. Para isso, a CPT de Roraima passaria a contar com a dedicação de uma pessoa liberada especificamente para essa finalidade.

Por outro lado, Renato Lang acredita que a decisão de transformar a sub-regional da CPT de Roraima em uma regional foi tomada muito mais pelo elevado número de migrantes que chegavam ao estado e aos novos projetos de assentamentos do INCRA, conforme suas palavras:

A questão da CPT ela tem muito a ver com o momento em que o INCRA passou a criar vários projetos de assentamento e por conta disso muita gente estava chegando de fora e a problemática cada vez tomando uma dimensão maior e a gente sem condições de fazer um acompanhamento então era mais nesse nível e na adequação de como é que financeiramente a CPT poderia se manter³⁰.

Realmente o fluxo de migrantes se ampliou em fins da década de 80 e início dos anos 1990, pois houve um movimento intermitente, com um pico nos anos de 1980, acentuação que pode ser compreendida por conta de certos atrativos de Roraima, como a transformação do Território em Estado, o que gerou muitos empregos na construção civil e no próprio serviço público, a ampliação da exploração dos garimpos, a disponibilidade de terras e a propaganda e incentivos oferecidos pelo governo do estado, época que ficou marcada pela ação de determinados dirigentes do antigo Território Federal e posteriormente do Estado, que estimularam a vinda de migrantes com o objetivo de garantir apoio político nas eleições (RODRIGUES, 1996; SANTOS, 2004; RODRIGUES, SOUZA, 2008; VALE, 2005).

Por fim, esses dois aspectos foram determinantes para expansão das ações da CPT em Roraima, pois se por um lado era necessário articular os movimentos sociais no estado com os sindicatos de trabalhadores rurais em virtude da maior atenção que a IC ofereceu a pastoral indígena nos anos anteriores, por outro, a expansão dos assentamentos rurais promovida pelo INCRA e governo do Estado, ampliava as ações e sobrecarregava os agentes da CPT que atuavam de forma voluntária.

³⁰ LANG, Renato. Entrevista realizada em 18 abril 2017. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso, (acervo do autor).

Em virtude do avanço da organização da CPT em Roraima, em 1994, entre os dias 30 de janeiro a 03 de fevereiro, ocorreu na cidade de Itacoatiara-AM, a XV ASSEMBLEIA da CPT AM/RR, este foi o último encontro com os dois estados reunidos em uma única regional (COMISSÃO, 1994).

Com isso, no dia 05 de fevereiro de 1995, ocorreu a assembleia de fundação da Comissão Pastoral da Terra de Roraima, evento sediado na casa Paulo VI³¹, no bairro Calungá, na cidade de Boa Vista.

Rozângela Piovizani reforça a tese de que a região dos Municípios de São João da Baliza, São Luis e Caroebe, formaram a primeira base de organização da CPT de Roraima:

[...] ali nesta época em 1994 a gente começa organizar a CPT, a partir dessa Paróquia de São João Batista, então a CPT era a regional Amazonas, então eu acabei me envolvendo bastante e criamos a regional Roraima se não me engano em 1995.³²

De acordo com Renato Lang³³, essa foi uma assembleia para regularização da situação institucional da CPT, pois de fato a pastoral de Roraima já funcionava e desenvolvia ações desde 1991. No entanto, a oficialização da entidade se fez necessário por conta das questões legais, porque, até aquela data, oficialmente a CPT Roraima, independente da Regional Amazonas, não existia. Portanto, essa situação criava entraves no recebimento de recursos financeiros vindos de entidades financiadoras europeias, como por exemplo, a entidade alemã Pão Para o Mundo, o que limitava as ações da CPT no estado.

Conforme a Ata da referida assembleia, Renato Lang era o Coordenador de Área vinculado a Regional Amazonas/Roraima. Nessa ocasião quem coordenou a assembleia foi o Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Ralf Weissestein, de origem alemã (Comissão, 1995).

Nesta mesma ocasião ocorreu a eleição da primeira coordenação do Regional Roraima, onde vários nomes foram cogitados, entre os quais citamos: Alzira Santiago de Lima Paz, Padre Vitélio Pasa, Renato Lang e Zenilda Rodrigues. Porém, todas essas pessoas pediram para os membros da Assembleia reconsiderassem as indicações solicitando que os únicos candidatos fossem o Pastor Ralf e Frei Arthur Agostini da ordem dos Franciscanos que

³¹ Imóvel de propriedade da Diocese de Roraima, espaço para encontros da Igreja Católica e muitas vezes disponibilizado para reuniões de sindicatos e de movimentos sociais. Algumas vezes foi alugado para órgãos públicos.

³² CORDEIRO, Rosângela Piovizani. Entrevista realizada em 5 de agosto 2017. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso (acervo do autor).

³³ LANG, Renato. Entrevista realizada em 18 abril 2017. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso, (acervo do autor).

chegou em Roraima em 1993, aliás, os Franciscanos a partir dessa época passaram a dar uma contribuição importante para CPT.

Dessa forma, foram eleitos para primeira coordenação da CPT/RR, o Pastor Ralf para coordenador, com 25 votos a favor, 1 voto nulo e 2 em branco e; Frei Arthur para vice coordenação com 23 votos a favor, 2 votos nulos e 3 votos em branco.

Com a eleição da primeira coordenação estadual da CPT ficou estampado na sua composição que o caráter ecumênico da pastoral, assim como havia ocorrido desde os primeiros anos do Regional Amazonas/Roraima, efetivamente, estava presente.

Esse aspecto ecumênico da CPT pode ser reafirmado pela presença na referida assembleia da senhora Ieda Helburg, presidente da Comunidade Evangélica de Boa Vista, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, IECLB.

Também participaram dessa assembleia, de acordo com a ata, além dos já citados, o coordenador da Grande Região Noroeste, Olavo Nenon, Antônio Cardoso Leite da Silva, Antônio Pereira dos Santos, Antônio Pereira Galvão, Felinto Vicente Pereira, Francisco Mário Ribeiro Castro, Itamar da Silva Matos, Jaider Ferreira da Silva, Jerônimo Beserra de Sousa, João F. Antônio da Silva, José Fermino de Farias, José Machado Siqueira, Luiz Gonzaga Alves, Márcio Florentino da Silva, Nemésio Almeida da Silva, Pedro Nascimento Costa, Quintino Ghedin, Raimundo Nonato de Souza, Raimundo Pereira da Silva, Rosângela Piovizani Cordeiro, Sinésio Silva, Sivaldo Marques, Frei Juraci Estevam de Sousa, entre outros participantes os quais não foi possível identificar o nome na ata. Na figura 12, foram fotografados alguns dos participantes da referida assembleia.

Infelizmente não foi possível identificar todas as pessoas que estão na fotografia da figura 12, mas fica o registro histórico, e vários dos participantes estão na direção de movimentos sociais, de sindicatos ou federações de trabalhadores da agricultura familiar, infelizmente outros já faleceram como foi o caso de Frei Arthur Agostini.

Além da formalização por meio da assembleia de fundação, também foi encaminhado uma carta ao Conselho Nacional da CPT, onde a nova Regional solicitou o reconhecimento da CPT de Roraima, e esse pedido foi apreciado na reunião do referido conselho, realizada na cidade de Goiânia, entre os dias 27 a 29 de março de 1995 (CONSELHO, 1995).

Figura 12 - Fotografia dos participantes da Assembleia de Fundação da CPT/RR



Fonte: acervo da CPT Roraima

Com uma melhor organização no estado, mas ainda sem uma estrutura adequada para o desenvolvimento de suas ações, a CPT amplia seu trabalho e começa atuar em várias regiões, seu foco de atenção passou a ser a articulação dos vários movimentos sociais no estado, o fortalecimento das associações de pequenos produtores, a continuidade da organização sindical dos trabalhadores rurais, e especialmente a busca de alternativas para manutenção das famílias nos lotes e a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. No bojo dessas ações, a CPT buscava fortalecer um movimento político popular e fornecer instrumentos para os pequenos produtores rurais, por seus próprios meios, produzissem com mais conhecimento e qualidade.

No entanto, nos relatórios de avaliação da CPT que tive oportunidade de consultar, foram anotadas algumas questões que dificultavam o trabalho dos agentes da Pastoral da Terra e uma maior integração dos trabalhadores rurais. A realidade da fronteira estimulava um clima de desconfiança entre as pessoas, as muitas situações de calote que

muitos enfrentavam e o conflito cultural próprio de um espaço fronteiro, dificultava a construção de uma unidade entre os trabalhadores. Os hábitos alimentares e a forma de produzir, também eram mencionados como elementos que dificultavam as ações da CPT em busca de uma melhor qualidade de vida das famílias que viviam no meio rural no estado. Além de tudo isso, por conta da precariedade encontrada nos projetos de assentamento, muitas famílias se deslocavam para as sedes dos municípios, para Boa Vista ou seguiam embora para outros estados, cansados das promessas dos governos. Nos relatórios consultados, muitos agricultores voltaram para Rondônia ou seguiram para o Acre.

Contudo, o processo de formação avançava e novas lideranças surgiam tanto no âmbito do trabalho da própria Pastoral, no processo de organização sindical dos trabalhadores rurais, como na estruturação de algumas associações e cooperativas de pequenos produtores.

Já em 1997, no dia 11 de maio, na cidade de São Luiz, ocorre outra assembleia para eleição da nova coordenação da CPT. Essa assembleia ocorre nas dependências da Paróquia de São João Batista e de acordo com a ata (CPT, 1997b), quem coordenou a assembleia foi Lurenas Cruz do Nascimento³⁴. Além da definição da nova coordenação a assembleia tinha a seguinte pauta: apresentação da mística, das linhas de ação e o regimento interno da CPT; formação das áreas da CPT em Roraima; escolha dos representantes de cada área da CPT; entre outros assuntos.

Os temas tratados nesta assembleia demonstram que esse era um período de ampliação da atuação da CPT no estado, pois mesmo havendo uma ação na região desde o início dos anos 1980, ainda se fazia necessário a divulgação da mística da entidade. Isso corrobora o que Renato Lang informou em sua entrevista, que nessa época a CPT estava ampliando sua atuação para o Centro e Norte do estado, pois até então suas atividades eram mais presente na região Sul e Sudeste. Por isso a necessidade de apresentar a mística da CPT para os trabalhadores rurais que estavam se aproximando da CPT.

Por outro lado, pode-se mencionar que essa situação denota um problema que mais a frente será destacado e que alguns dos entrevistados comentaram - a permanente formação de lideranças - entidades como a CPT ofereciam uma fundamentação política para os trabalhadores rurais, porém não havia continuidade desse trabalho e muitas lideranças, por

³⁴ Esse nome é importante registrar, pois o mesmo assumiu a Superintendência do INCRA Roraima no início do governo Lula, sua atuação inicia na região do Apiaú, município de Mucajaí.

conta de uma mobilidade social se afastavam dos movimentos sociais. Em uma de suas entrevistas, Rosângela Piovizani Cordeiro afirmou que:

[...]entre os anos 80 e 90 do século passado, havia na região Sul e Sudeste do Estado, mais de 60 CEBs, com várias lideranças, no entanto, hoje se forem encontradas 3 lideranças daquela época que continuam militando nos movimentos sociais do estado será muito³⁵.

Ainda em relação a assembleia de 1997, houve a preocupação de uma organização por áreas que atingissem todo o estado, de acordo com o quadro abaixo, nem todas as áreas estabeleceram seus representantes.

Quadro 2 - áreas de atuação da CPT em Roraima em 1997

ÁREAS	REPRESENTANTES
Alto Alegre	-
Amajari	Ibibiano Alves Galvão
Boa Vista	-
Bonfim	-
Caracaraí	José Roberto Alves da Costa e Nemésio Almeida da Costa
Cantá	-
Caroebe	Mauro Minarini de Melo
Iracema	-
Mucajaí	Lucinea Azevedo de Sousa e Sinésio Silva
Normandia	-
Pacaraima	-
Rorainópolis	Erivan Januário de Moraes
São Luiz	Antônio Ferreira da Silva e José Luís Machado
São João da Baliza	Rosângela Piovizani Cordeiro
Uiramutã	-
Apiaú (Mucajaí)	Lurenes Cruz do Nascimento
Trairão (Amajari)	Mateus Silva da Costa

Fonte: Ata da Assembleia Geral da CPT/RR, 1997, acervo CPT-RR

Algo que chamou atenção na composição dos representantes das áreas é que, segundo a ata, para as regiões do Trairão e do Apiaú houve várias famílias interessadas na participação como representantes. Outro aspecto para observar é que as regiões de Boa Vista, Alto Alegre, Bonfim, Cantá e Iracema ficaram sem representantes de área, além de Normandia, Pacaraima e Uiramutã que são municípios que dispõem em seu território, um

³⁵CORDEIRO, Rosângela Piovizani. Entrevista realizada em 5 de agosto 2017. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso (acervo do autor)

grande percentual de Terras Indígenas, o que poderia explicar a falta de representantes, pois os indígenas contam com outras entidades de apoio, como é o caso do Conselho Indígena Missionário, CIMI, além de suas próprias organizações.

Nessa assembleia também foi designada a nova coordenação estadual, o qual foi eleito como coordenador Frei Arthur Agostini, frei da ordem dos Franciscanos, que recebeu 24 votos a favor e 1 voto contra. Já para vice coordenação, dois nomes foram indicados, Lurenas Cruz do Nascimento recebeu 8 votos e Antônio Giester Bibiano recebeu 15 votos, além do registro de 2 votos em branco.

Frei Arthur Agostini sugeriu a seguinte composição para o Conselho Regional da CPT: Padre Vitélio Pasa, Renato Lang e Irmã Celina Silva. A sugestão foi acatada pelo plenário da assembleia.

Mas, além dessas questões até aqui mencionadas da assembleia de 1997, outros fatos chamam a atenção, como por exemplo, a presença do Bispo de Roraima, Dom Aparecido José Dias³⁶ e a realização da leitura de uma passagem bíblica, Mateus 25, 31-46, realizada pelo mesmo. Esse aspecto deve ser destacado, pois o município onde ocorreu a assembleia dista aproximadamente 300 km de Boa Vista e com estradas em boas condições leva-se em torno de 4 horas de viagem. Esse fato pode denotar a importância que a Diocese de Roraima passou a oferecer a CPT. A outra questão é a leitura da bíblia o que demonstra o papel evangelizador que acompanhava a Pastoral.

No entanto, o fato que mais se sobressai, nessa assembleia, para a análise em curso, foi à participação de representantes de várias associações de pequenos produtores rurais e de movimentos sociais.

Um dos momentos da assembleia foi exatamente a exposição da situação de cada uma das associações de produtores rurais e dos movimentos sociais, entre os quais destaco a presença da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sul do Estado de Roraima, APROSUR, organização que teve grande expressão na região Sul de Roraima, seja no aspecto da organização da produção camponesa, como na questão da representação política que essa entidade desempenhava; além da participação da representante da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Roraima, ANMTR/RR.

³⁶ Dom Aparecido substituído o Bispo Dom Aldo Mogiano.

Essas duas organizações tinham como seus representantes na assembleia, destacadas lideranças dos sindicatos de trabalhadores rurais, especialmente o STR de São João da Baliza. Assim como os representantes dessas entidades, os demais representantes fizeram relatos das atividades e dos desafios de suas entidades e por fim, todos destacaram qual deveria ser o papel da CPT no apoio para essas organizações e movimentos. Para os participantes da assembleia, o papel da CPT deveria ser o de trabalhar da melhor maneira a diversidade cultural dos trabalhadores rurais migrantes, assim como a dos indígenas; desenvolver cursos para formação e capacitação tanto dos agentes da CPT quanto dos trabalhadores e trabalhadoras e; principalmente realizar ações que possibilitassem o rompimento dos laços de dependência e atrelamento dos trabalhadores rurais aos políticos, aliás, característica marcante de Roraima.

Dois meses após a Assembleia Geral da CPT de 1997, ocorreu no mês de julho, uma nova assembleia geral, no entanto este foi um encontro extraordinário, situação que demonstra o profundo envolvimento da CPT/RR tanto com os movimentos sociais quanto com sindicatos de trabalhadores rurais do Estado. Pois, nessa assembleia havia um número maior de associações de pequenos produtores rurais, presença de vários sindicatos de trabalhadores rurais e, além disso, tirou-se naquela assembleia as orientações para criação do Núcleo de Mulheres de Roraima, NUMHUR, em localidades do interior do estado

Nas atas seguintes, seja das assembleias ou do conselho Regional da CPT/RR encontramos uma participação cada vez maior de sindicatos de trabalhadores rurais e de movimentos sociais. Entre 1997 e 1999 ocorre uma intensificação da atuação da CPT em todo estado, diferente do período anterior onde o Sul e Sudeste de Roraima eram o foco de maior atenção, isso pode ser justificado pela própria fundação da regional de Roraima, tornando-se independente da CPT do Amazonas.

Nas atas analisadas, verifica-se a preocupação com o apoio aos sindicatos existentes, com a criação de novos sindicatos, com a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima, FETAG/RR, além da constituição da Central Única dos Trabalhadores, CUT. Também nota-se o apoio à organização das mulheres sejam camponesas ou trabalhadoras urbanas, a participação das mulheres na CPT sempre foi incentivada e muitas de suas lideranças foram formadas participando das atividades da CPT, como exemplo, pode-se citar a própria Rosângela Piovizani Cordeiro, que atualmente faz parte da direção

nacional do Movimento de Mulheres Camponesas e é estudante do oitavo período do curso de direito da Universidade Federal de Goiás, turma do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), na cidade de Goiás³⁷

O apoio que a entidade oferecia não era apenas político, como foi registrado na Ata da Assembleia Extraordinária de 1997, onde o representante do STR de Caracaraí declarou que a documentação para o registro do sindicato e a publicação no Diário Oficial em 1996, foram realizados a partir de doações da CPT. Fica claro que esta entidade continuava mantendo a sua determinação em estimular os trabalhadores rurais a se organizarem em sindicatos.

Nos documentos acima referidos, observa-se uma disposição entre os participantes em promover uma maior capacitação política dos membros dos sindicatos e dos movimentos sociais. Com isso, percebe-se que mesmo com a instituição da regional Roraima, a atuação da CPT no estado, continua sendo de uma organização aglutinadora de forças sociais e uma indutora e condutora política, pois seu papel de facilitadora da organização de várias entidades, de apoiadora dos sindicatos de trabalhadores rurais e sua influência política nesse campo popular é destacada na leitura das atas, como também foi destacada por alguns entrevistados.

Apresento, a seguir, o registro de uma fala de uma liderança que teve sua formação na CPT Roraima, para demonstrar como a Pastoral foi significativa para muitas pessoas

Para mim, falar da CPT é falar da minha militância, da minha construção enquanto mulher. A minha formação é uma formação concebida pela Comissão Pastoral da Terra. Eu tenho muito orgulho disso, pois ela é calcada em valores, na ética, no compromisso com a causa dos trabalhadores, dos camponeses em geral. Como camponesa que sou, a formação da CPT me jogou, de certa forma, a sair da minha vida cotidiana para ajudar a comunidade a avançar bem mais na conquista de direitos. O diferencial é que essa formação da CPT foi baseada muito nos princípios da mística do compromisso do Evangelho de Jesus Cristo. A CPT, nesses mais de 40 anos, contribuiu com a causa de todos os trabalhadores do campo desse país e também com a construção de diversos movimentos, o MMC é um deles³⁸

Rosângela Piovizani é a demonstração da importância que a CPT teve na vida de muitas lideranças do movimento sindical e dos movimentos sociais.

³⁷ CORDEIRO, Rosângela Piovizani. Entrevista realizada em 5 de agosto 2017. Boa Vista, Roraima. Concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso (acervo do autor).

³⁸ Rosângela Piovizani – Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

Os elementos da Teologia da Libertação que ajudaram no desenvolvimento da CPT de Roraima, Löwy (2016) alarga a ideia da Igreja dos Pobres e chama de

Cristianismo da Libertação por ser um conceito mais amplo que ‘teologia’ ou que ‘Igreja’ e incluir tanto a cultura religiosa a rede social, quanto fé e a prática. Dizer que se trata de um movimento social não significa necessariamente dizer que ele é um órgão ‘integrado’ e ‘bem coordenado’, mas apenas que tem, como outros movimentos semelhantes [...] [movimento indígena, movimento de mulheres] uma certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetos comuns (p. 74)

Mas, também, é nesse período que a CPT passa por um processo de institucionalização e burocratização, pois agora a organização passa a ter uma sede, seu coordenador é remunerado e os conselheiros veem a necessidade de contratar uma secretária. Esse contexto pode ser compreendido por dois fatores: o primeiro seria a própria expansão da CPT para todo o estado e o número de atividades realizadas que essa atuação implicava; o segundo fator, seria a exigência de uma maior organização administrativa em virtude dos recursos advindos de convênios e projetos financiados organizações religiosas europeias.

O processo de burocratização já havia sido detectado em outras regionais, justamente em virtude do processo de organização e da necessidade da prestação de contas dos projetos que recebiam financiamento, o próprio Conselho Nacional da CPT fez essa constatação ainda em 1995, quando observou que “a formalidade dos projetos [ocorre] em detrimento do serviço” (CPT NACIONAL, 1995).

Independente do processo de institucionalização da CPT, a pastoral obteve êxito em sua atuação, pelo menos no sentido do processo de formação de lideranças e da organização dos trabalhadores rurais, pois além dos sindicatos de trabalhadores rurais que foram constituídos com claro apoio da CPT, em 1999 a CUT foi fundada em Roraima com a presença dos STRs, e de acordo com Santos (2010), em 2000 ocorreu o I Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, onde foi decidido pela criação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Roraima e eleita sua diretoria provisória, este evento foi realizado no município de São João da Baliza, localidade base original de atuação da CPT, conforme observado ao longo desse trabalho. No ano de 2000, também foi constituída a Central dos Assentados de Roraima, CAR, com amplo apoio da CPT.

No entanto, a partir do início dos anos 2000, a atuação da CPT começa a se concentrar apenas no processo de formação dos trabalhadores, investindo especialmente em uma orientação técnica com vista a uma melhor produção nos lotes das famílias assentadas. O

papel de vanguarda que lhe coube nos anos 1980 e 1990 começou a sofrer um desgaste, com isso, faço um paralelo com os estudos de Grzybowski (1985), que ao estudar a ação da CPT, vislumbrou uma ação de vanguarda dessa entidade e o seu verdadeiro trabalho de organização de classe, porém, com o ingresso de trabalhadores rurais, formados na base da CPT, nos STRs e também em partidos políticos, uma nova dinâmica política foi estabelecida. Em Roraima, a CPT é atingida pela perda de várias lideranças que seguem para estrutura sindical, para os quadros de partidos políticos, especialmente o PT, e também para outros movimentos sociais, situação que proporcionaria a perda de sua influência política e sua capacidade de articulação do movimento sindical rural, com o movimento indígena e com os trabalhadores urbanos. Outras estruturas foram criadas e a CPT se transformou em mais uma organização de caráter popular, no entanto, já não dispunha de sua antiga capacidade de articuladora política.

Padre Nilvo com seu estilo duro de fazer suas críticas apresentou um breve comentário sobre essa fase da CPT: “nós continuamos nosso trabalho, mas depois que a CPT se institucionalizou muito, então parece assim que virou quase um empreguismo. Então eu não entendo essa língua, sou quase analfabeto nesse sentido”³⁹.

Estes elementos podem ser melhor compreendidos a partir do período que se inicia por volta de 2002, pois identifiquei em uma outra investigação Cardoso (2009), que naqueles anos, se iniciou uma nova forma de luta pela terra em Roraima. Pois, houve uma mudança no repertório de ação social (TILLY, 1981), daqueles que lutavam por terra no estado, o acesso aos lotes já não se dava como havia sido no final do século passado. A simples ocupação de um lote já não garantia o assentamento de uma determinada família. Com isso, a CAR, o STR de Boa Vista, com apoio da FETAG organizaram centenas de trabalhadores e passaram ocupar terras da UNIÃO, como forma de pressionar o INCRA para efetivação de projetos de assentamentos da reforma agrária. Ações dessa natureza também ocorreram no interior do estado, nos municípios de Iracema, Mucajaí e Cantá. E neste cenário de luta pela terra, a CPT já não era mais a vanguarda do movimento, quando muito, apoiava as ações dos sindicatos de trabalhadores rurais e da CAR.

Nesse mesmo trabalho Cardoso (2009), entrevistei o presidente da antiga FETAG/RR, Luís Carlos Gomes de Lima, que observava uma mudança de trajetória da CPT, não era

³⁹ PASE, Nilvo Floriano. Entrevista realizada em 06 junho 2012, em São Luiz, Roraima. Entrevista concedida a Carlos Alberto de Sousa Cardoso, (acervo do autor).

apenas por conta do surgimento de novas organizações que o trabalho da CPT sofreu um enfraquecimento

A CPT foi pensada como um instrumento de formação e de assessoria para as entidades estaduais onde ela se encontra [...] mas ela perdeu esse corte de ser uma entidade de formação e de afirmação do ser humano e também de assessoria as entidades e quis ser entidade de pessoas, de atender o público diretamente, sem estar por dentro das entidades, sem ter contato com as entidades que representam os trabalhadores rurais, a CPT perdeu aquela característica de entidade de um guarda-chuva que fazia uma espécie de proteção das demais entidades. Então por esse processo, a gente optou por estremecer as relações, mas não temos nenhum atrito [...], contudo isso a CPT sempre foi um parceiro nosso [...]⁴⁰

Essas observações do ex-presidente da FETAG apresenta algumas questões interessante, pois se antes do surgimento das entidades de representação dos trabalhadores rurais que a própria CPT ajudou a construir, ofereceu formação para as lideranças, muitas vezes inclusive dirigia os rumos da organização popular, agora após a consolidação das entidades de representação dos trabalhadores, partido político, a CPT, passou a receber certa crítica por fazer exatamente o que sempre fez. Mas esse foi um reflexo da chegada do PT ao governo federal e o movimento realizado pela CPT logo nos primeiros anos daquele governo de um afastamento crítico. Com isso, passou a existir uma certa tensão entre aquelas entidades que apoiavam o governo e os setores que se mantiveram em uma posição crítica.

No entanto, a CPT Regional Roraima, após a separação do Regional Norte I, ainda manteve seu protagonismo por um bom tempo durante as gestões de Frei Arthur Agostini e Pastor Ralf Albert Weissstein tiveram grandes repercussões com os projetos executados, sejam nas áreas de assistência a produção de alimentos ou na área de direitos humanos.

Não é possível fazer comparações entre a atuação dos agentes e coordenadores da CPT, inclusive quando se trata de períodos diferentes, no entanto, o trabalho realizado por Frei Arthur gerava uma repercussão semelhante as ações dos Padres Nilvo Pase e Vitélio Pasa. Faço essa observação a partir da vivência que tenho na CPT e a memória que muitas famílias têm de Frei Arthur é muito positiva. Por onde andei acompanhando os Coordenadores da CPT sempre ouvia referências ao trabalho de Frei Arthur, especialmente sobre os projetos de produção de alimentos e produção de mudas, essas ações tinham caráter prático e atingiam diretamente a qualidade de vida dos camponeses. Após a morte de Frei Arthur em um acidente de trânsito o que causou uma grande perda para CPT, assumi a Coordenação o Pasto Ralf.

⁴⁰ Entrevista com Luís Carlos Gomes de Lima apud (CARDOSO, 2009, p. 121).

Com o advento das políticas públicas voltadas para agricultura familiar, a CPT também se adequou ao novo vocabulária e realizou ações com a FETAG/RR em defesa dos direitos dos agricultores familiares como podemos observar na figura 13.

Figura 13 - CPT E FETAG defendem a agricultura familiar

CPT e Fetag defendem a agricultura familiar 31/01/02

As declarações do secretário Estadual de Planejamento, Sérgio Pillon, de que os projetos de assentamentos não dão resultados, foram contestadas por representantes dos agricultores. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag) afirmaram que a vocação regional no setor produtivo não pode ser definida "por meia dúzia de políticos em Roraima".

O coordenador da CPT, Ralf Albert Weissenstein, disse que fatores regionais comprovam que a agricultura familiar em Roraima é superior à patronal. "Levantamento da FAO (Fundação das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e Inkra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) mostra que 76% da área ocupada pela agricultura no Norte são da agricultura familiar", disse.

Na área de alimentos, segundo ele, a agricultura familiar também responde por 59% da produção de feijão, 84% da mandioca e 63% do milho. Além disso, é mais eficiente em relação



diência às leis ambientais do país, e principalmente projetos de sustentação que possam dar garantia ao desenvolvimento do setor em Roraima.

Sobre os assentamentos e a necessidade de investimentos, Ralf disse que não são dois fatores distintos. "São dois lados da mesma moeda. Os assentamentos são feitos como há 30 anos, com colônios em áreas de difícil acesso, sem condições de escoar produtos, assistência médica e de produzir e viver com dignidade, que depois desistem e vendem o lote. A maneira como os assentados são tratados é uma das mais cruéis de explorar o ser humano", afirmou.

PLANO - O presidente da Fetag, Juarez Pereira de Souza, disse que o governo não tem um plano estabelecido de desenvolvimento alternativo baseado no fortalecimento da agricultura familiar. "Em que estudo e instituto, ele (Sérgio Pillon) se baseou para dizer que somos responsáveis pelos impactos ambientais existentes em Roraima?", afirmou.

SECRETÁRIO - Além de afirmar que os projetos de assentamentos não dão resultados, o secretário Sérgio Pillon disse que a vocação regional é

para a produção em larga escala, o que deve ser feito por empresário do setor agrícola. Ele criticou os métodos de assentamento ao justificar as tentativas de negociação que o governo mantém com empresários japoneses para explorar o cerrado roraimense.

Para ele, os órgãos que trabalham com esse programa trazem sem-terras que passam a ser um dos maiores degradadores do meio ambiente por não terem estrutura. Para explorar o potencial agrícola, segundo o secretário, é necessário investir em ciência e tecnologia. O que será possível com as parcerias com esses grupos sondados pelo governo para atuar no Estado.

Os dirigentes da CPT e Fetag afirmam que agricultura familiar é a alternativa

à geração de emprego e protege o meio ambiente. "O setor tem ainda capacidade de produzir a mesma quantidade de produtos em uma área menor do que a da agricultura patronal", ressaltou.

Para o coordenador, os verdadeiros degradadores do ambiente em Roraima são empresários, que plantam milhares de hectares de acácias sem apresentar um estudo de impacto ambiental. "Também são aqueles arroteiros que trabalham com diversos agrotóxicos, cujas substâncias vão para o rio Branco, do qual a população de Boa Vista é abastecida com água potável", criticou.

Ele disse que não condena a aplicação de investimentos empresariais no setor agrário. Mas, para que haja aplicação destes recursos, defende a obe-

Fonte: Jornal Folha de Boa Vista – 31 jan. 2002 - Acervo da CPT

Ainda na Coordenação do Pastor Ralf, a CPT exerceu seu papel de motivadora e organizadora dos movimentos sociais, pois em 2003, foi uma das protagonistas da criação do Movimento Nós Existimos, organização que buscava fazer uma ligação entre trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais e povos indígenas, na verdade foi o grande desafio da CPT desde 1993, quando os Regionais Roraima e Amazonas se dividiram, ou seja, após 10 anos a

ação foi consolidada em um movimento organizado de grande repercussão social, política e cultural no estado. Entre esse período, a CPT promoveu uma série de eventos e mobilizações, tanto na cidade de Boa Vista, como em algumas cidades do interior do estado. O Bispo Dom Aparecido deu todo apoio para o Movimento e por seu intermédio, a Diocese concedeu um prédio histórico localizado no centro da cidade de Boa Vista, para funcionamento do Movimento, esse prédio após uma reforma, abrigou várias organizações e entidades que faziam parte do Movimento, entre eles, a própria CPT (CPT, 2003 E SOUZA, 2009). Atualmente o prédio encontra-se fechado e o Movimento Nós Existimos não está mais em atividade.

Após esse período a CPT vivenciou algum momento de instabilidade, com mudanças constantes em sua coordenação, porém em 2006, recepcionou a chegada do MST em Roraima (CARDOSO, 2013). A CPT participou das articulações para instalação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Roraima, contando, especialmente, com o trabalho de Frei Messias.

Posterior a essa data com as Coordenações de Frei Wilson, Padre Pedro a CPT passou por algumas dificuldades de organização e desenvolveu poucas atividades.

O papel de mobilização se enfraqueceu e apenas houve o acompanhamento de alguns conflitos que ocorriam no estado. O trabalho de apoio aos campanenses, assessoria para organizações de trabalhadores rurais enfraqueceu, e aquele papel de vanguarda política desapareceu.

Mais recentemente com as Coordenações de Padre Tiago e de Laurindo Lazzaretti, coordenador liberado, é que aos poucos a CPT passou a retomar seu protagonismo original. Em 2015, um pequeno grupo participou do IV Congresso Nacional, momento de celebração e animação. Desde então uma série de atividades são realizadas, seja para formação de novos agentes ou para acompanhar os conflitos do campo. Em virtude das dificuldades financeiras existem muitas limitações para ação da coordenação e dos agentes, os deslocamentos para as áreas rurais são dificultados. No entanto, existe uma demanda pela presença da Pastoral em algumas áreas de conflito.

Ao acompanhar algumas atividades da CPT, percebo que não existe mais o vigor de outras épocas, mas existe uma certa animação no sentido de levar a mensagem da Pastoral para algumas regiões do estado, entre essas áreas está a região Sudeste, em uma tentativa de

resgatar a memória dos tempos de lutas e desafios. Localmente a CPT tem apresentado a ideia do Bem Viver, como uma alternativa a um sistema que não vale.

Por outro lado, a CPT Roraima em conjunto com a Articulação das CPTs da Amazônia Legal, possui a ensanhar sua capacidade de articuladora e mobilizadora dos movimentos sociais com a finalidade de contribuir com a organização do Sínodo para a Amazônia, demonstrando preocupação com a questão agrária da região e os conflitos que daí emergem.

Como mencionado na introdução, o debate da questão agrária na Amazônia ocupou um amplo espaço no Documento Final do Sínodo para a Amazônia⁴¹. Na versão em português do documento em questão, o tema da terra aparece do debate 27 vezes; questões relacionadas ao território constam 56 vezes, seguido pelo tema da ecologia integral, que foi o tema transversal do sínodo, 24 vezes, morte e martírio relacionado com a questão agrária aparece 09 vezes, os conflitos agrários e socioambientais são mencionados 11 vezes.

Um dos destaques mais importantes do Documento Final com relação à questão agrária, aparece no artigo 45 que afirma o seguinte:

A ganância pela terra está na raiz dos conflitos que levam ao etnocídio, ao assassinato e à criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças. Demarcar e proteger a terra é obrigação dos Estados nacionais e de seus respectivos governos. No entanto, boa parte dos territórios indígenas está desprotegida e os já demarcados estão sendo invadidos por frentes extrativistas como mineração e extração florestal, por grandes projetos de infraestrutura, por cultivos ilícitos e por grandes propriedades que promovem a monocultura e a pecuária extensiva (Documento Final, artigo 45).

Além de chamar a atenção dos Estados Nacionais e seus governos para com a causa da terra, o artigo 45 indica que camponeses, quilombolas e povos indígenas são todos afetados com a violência no campo. Neste sentido, o caminho seria uma possível aliança entre todos estes povos da floresta⁴². O capítulo terceiro do Documento Final dedica-se quase na sua totalidade à questão agrária como consta nos artigos 46 e 47:

46. Desta forma, a Igreja se compromete a ser aliada dos povos amazônicos para denunciar os ataques contra a vida das comunidades indígenas, os projetos que afetam o meio ambiente, a falta de demarcação de seus territórios, bem como o modelo econômico de desenvolvimento predatório e ecocida. A presença da Igreja entre as comunidades indígenas e tradicionais exige a consciência de que a defesa da terra não tem outra finalidade senão a defesa da vida.

⁴¹ Documento Final da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica - Amazônia: Novos Caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral Roma: 6 - 27 de outubro de 2019. Disponível em: <http://www.sinodoamazonico.va/content/sinodoamazonico/pt.html>. Acesso em 28/11/2019.

⁴² Informações disponíveis em: <https://www.cut.org.br/noticias/alianca-dos-povos-da-floresta-279f>. Acesso em: 28/11/2019.

47. A vida dos povos indígenas, mestiços, ribeirinhos, camponeses, quilombolas e/ou afrodescendentes e comunidades tradicionais está ameaçada pela destruição, pela exploração ambiental e pela violação sistemática de seus direitos territoriais. Os direitos à autodeterminação, à demarcação dos territórios e à consulta prévia, livre e informada devem ser respeitados. Esses povos têm condições sociais, culturais e econômicas que os distinguem de outros setores da comunidade nacional e que são regidos total ou parcialmente por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial (Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), art. 1º, 1.a). Para a Igreja, a defesa da vida, da comunidade, da terra e dos direitos dos povos indígenas é um princípio evangélico, em defesa da dignidade humana [...].

Esta centralidade da questão agrária presente no Documento Final do Sínodo da Amazônia reafirma a retomada dos fundamentos da Teologia da Libertação que no contexto atual aciona, além dos fundamentos teológicos, as legislações e amparos internacionais como a Convenção 169, mencionada no artigo 47.

Além do espaço que a questão agrária ocupa no Documento Final, de acordo com o Boletim do Sínodo número 12⁴³, durante toda Assembleia Sinodal, uma atividade simultânea ao Sínodo denominada ‘Tenda da Casa Comum’ acolheu representantes de toda Pan-Amazônia para debater a questão agrária com camponeses, indígenas e quilombolas. Segundo informa o referido boletim, diversas atividades foram direcionadas para denunciar a criminalização das lideranças camponesas, a violação aos seus direitos humanos e a impunidade dos mandantes de centenas de assassinatos ligados à luta pela terra e defesa dos territórios na Amazônia. Uma celebração permanente nesta ‘Tenda da Casa Comum’ foi para os Mártires da Terra. Foram lembrados os diversos missionários/as, lideranças socioambientais assassinados na luta pela terra, dentre eles a Irmã Dorothy Stang, religiosa Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur, norte-americana naturalizada brasileira, assassinada em, 12 de fevereiro de 2005, em uma estrada rural do município de Anapu (PA), no local conhecido como Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança (PDS). Também foi celebrado o martírio do Padre Ezequiel Ramin, jovem missionário italiano da Congregação dos Combonianos, assassinado no dia 24 de julho de 1985, vítima de uma emboscada, quando em companhia do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal, ia conversar com colonos ameaçados de despejo.

Assim, encerro esse capítulo sobre a presença da CPT em Roraima, onde foi possível demonstrar que a CPT durante boa parte de sua atuação no estado teve a capacidade

⁴³ Boletim disponível em: <http://repam.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Boletim-do-S%C3%ADnodo-12-p%C3%B3s-s%C3%ADnodo.pdf>. Acesso em: 28/11/2019

de dirigir os camponeses para uma efetiva organização de classe, por outro lado, a ação de animação desses camponeses permitiu que os próprios constituíssem suas instâncias de representação, o que, de alguma maneira, trouxe um enfraquecimento político da Pastoral da Terra. Entretanto, todas essas ações foram fiéis ao princípio fundador da CPT, que os trabalhadores se ergam com suas próprias pernas, reivindicuem com sua própria voz e lutem por autonomia e liberdade. Ao longo dessa trajetória surgiram muitas tensões e disputas, mas, sem dúvidas, cabe o reconhecimento de que a organização do movimento sindical dos trabalhadores rurais de Roraima passou por dentro da Comissão Pastoral da Terra/RR.

5 – EM BUSCA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre a Comissão Pastoral da Terra não foi algo simples, especialmente em razão de que, ir a campo buscar respostas para problemas e perguntas que não podem ser respondidas apenas pela fria racionalidade, mas que são envoltos pelos segredos da religiosidade e da mais profunda crença, acaba envolvendo o pesquisador numa realidade bastante difusa e complexa.

Ao longo desse período, e não apenas do tempo de elaboração da presente tese, mas de todos esses anos de convívio com religiosos e religiosas, camponeses e camponesas, conheci e escutei histórias de pessoas que passaram pelas situações mais difíceis, doloridas e até mesmo violentas, e pude constatar que algumas escolheram estar ali naquele ambiente de sofrimento exatamente para poder acolher o seu próximo, o seu irmão. Apesar das dificuldades, alguns optaram por estar ali pelo desígnio de servir àqueles que precisam de uma palavra, de uma mão estendida. Mas todas elas encontraram força para lutar na crença da libertação. Pessoas que encontram uma mão estendida no meio da escuridão, encontram forças para cantar e combater a violência que as oprime.

A força que esses indivíduos encontram na esperança da emancipação e libertação do povo pobre tem a capacidade de as mobilizar e movimentar. Mesmo antes de 1975, essas forças já se deparavam em estado de latência; mas ao se reunirem em um novo organismo, elas se fortaleceram e se espalharam pelo Brasil e por toda a Amazônia e junto com a Teologia da Libertação construíram a jornada da CPT, um caminho que encontrou pedras, mortes e miséria, mas também encontrou a vida e a esperança, deixou gente pelo caminho, mas ganhou novas companhias.

A CPT em Roraima fez parte dessa construção: em um primeiro momento, aglutinando forças com a Regional do Amazonas e, posteriormente, seguiu sua própria trilha, fortalecendo sua caminhada estendendo a mão para muitos migrantes que chegavam em um novo território, desconhecido, com muita precariedade e diversidade cultural. Isso animou àqueles que, mesmo sozinhos, reuniram forças para fomentar a organização dos que surgiam pela estrada.

O trabalho foi conduzido na perspectiva do debate sobre a posição de apoiadora e o contraponto da liderança, da vanguarda. Em várias ocasiões, foi necessário dialogar com os autores que investigaram a história da CPT ou fizeram a história da Pastoral, quando surgia a

interrogação se a proposição teria valor de debate, justamente por encontrar posicionamentos que expunham uma tranquilidade sobre aquilo que trazia uma certa inquietação, digamos assim. Faço essa observação lembrando, especialmente, de Poletto (2002 e 1985) ou Canuto (2016), que consideram a proposição que apresentei para o debate como algo que faz parte do cotidiano da CPT e que não acarreta maiores problemas para esse organismo.

Dessa forma, fui em busca de uma investigação que não fosse fazer nenhuma grande descoberta, mas colaboraria para compreender a trajetória de umas das Regionais da CPT e, principalmente, lançaria alguma luz sobre aspectos que já estavam embaçados nas recordações de tantos que ajudaram nessa caminhada de mais de 40 anos. Acredito que o registro de todas essas informações não de possibilitar a realização de novas pesquisas e a manutenção da memória da CPT, mesmo com todas as brechas e lacunas que ficaram pelo caminho.

A emergência do trabalho da CPT em um Estado como o de Roraima impõe especificidades para compreensão de sua atuação, sobretudo em razão da seguinte condição: Roraima conta com uma significativa parcela de sua população composta por indígenas; demais, acolheu e ainda acolhe migrantes expulsos de suas terras, por conta da violência armada ou da opressão da fome, do desemprego e do avançar do capitalismo sobre as áreas rurais e, além disso, ainda recebeu e recebe muitos garimpeiros que exercem suas atividades ilegais em terras indígenas. Além disso, trata-se de uma área transfronteiriça.

Em conjunto, esses dados da realidade compõem as dinâmicas próprias da região, implicando a necessidade de enfrentamento de graves situações conflituosas. Então em Roraima os agentes da CPT não lidaram apenas com a questão da terra ou da reforma agrária, encontraram na questão indígena e na problemática garimpeira, novos desafios. Inclusive o desafio de oprimidos assumindo o papel de opressores, especialmente no caso de camponeses em choque com indígenas e principalmente de garimpeiros explorados em choque com indígenas. Permeando tudo isso, elites locais interessadas na expropriação das terras indígenas fomentavam o embate entre camponeses e garimpeiros contra indígenas.

Ainda que os sujeitos envolvidos não tivessem efetivamente a consciência sobre a questão, devo acrescentar que o presente trabalho foi permeado pelo arcabouço da Teologia da Libertação. E fato é que, convictamente, as pessoas envolvidas desenvolviam suas ações com

base em uma leitura bíblica, o que transpareceu nos documentos consultados: nas atas, nos jornais e nos boletins os elementos da Teologia da Libertação brotavam de forma cristalina.

Agora no século XXI, mais de 40 anos de sua fundação, a CPT demonstra que continua seguindo o espírito da Teologia da Libertação, em um momento que o clima de acirramento político se eleva no país e os conflitos no campo voltam elevar seus números e, infelizmente, a violência atinge com mais força os camponeses. Dessa maneira, a questão agrária ganha uma nova centralidade e nesse caminho, a CPT Roraima, em conjunto com a Articulação das CPTs da Amazônia, retoma sua capacidade de organizadora e mobilizadora de movimentos sociais e do movimento sindical rural no processo de preparação e participação do Sínodo para Amazônia, resistindo e buscando soluções em conjunto com aqueles que sofrem com o contínuo avanço do agronegócio, da mineração e do capital sobre seus territórios.

Para finalizar, constato que a Comissão Pastoral da Terra foi de fundamental importância para construção do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no estado de Roraima e, mais que isso, propiciou a formação de militantes e lideranças de movimentos sociais e também auxiliou na constituição de partidos políticos de representação dos trabalhadores. No entanto, também esteve ao lado e apoiando camponeses, migrantes e indígenas nos momentos que foram necessários.

Diante de todo esse percurso trilhado pela Comissão Pastoral da Terra/RR, faço uso de uma metáfora para retratar os esforços de todos aqueles que ajudaram a construir a CPT Roraima, as sementes foram lançadas, germinaram, floresceram e frutificaram... que novas sementes germinem.

REFERÊNCIAS

A AGONIA dos Projetos de Colonização. **O Paneiro** – boletim informativo – CPT AM/RR. Manaus : CPT, ano 14, nº 124, jul.-ago., 1993. p. 09.

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo. **Igreja, Sindicato e a Organização dos Trabalhadores**. 185fls. 1991. Dissertação (Mestrado). Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. O Intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E. de. (orgs). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2ª ed. Belém: CEJUP; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste paraense**. Rio de Janeiro, 2007. 247 f. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade do INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/UFRRJ.

BARROS, N. C. C. **Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional : estudo de ocupação pioneira na América Latina**. Recife : Editora Universitária da UFPE, 1995.

BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emilio F. Dimensões humanas do uso e cobertura das terras na Amazônia: uma contribuição do LBA. In: **Acta da Amazônia**. Vol. 35, n. 2. Manaus, abr./jun 2005. p. 239 – 247. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59672005000200014. Acesso em: 12 nov. 2008.

BECKER, Bertha K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora da UNB; Paris: ORSTOM, 1988.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. 2ª ed. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O habitus e o espaço dos estilos de vida. IN: BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, Posto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus Editora, 1996.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação**. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento-DT, SR 25, 25 out. 2016. p. 1.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Projeto Levantamento e Classificação da Cobertura e do Uso da Terra: Uso da Terra no Estado de Roraima - Relatório Técnico**. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=210&uf=14> . Acesso em: 12 out. 2017.

CANUTO, Antônio. Meio de produção ou espaço de vida? Acentos na trajetória dos 25 anos da CPT. In: POLETTI, Ivo; CANUTO, Antônio. **Nas pegadas do povo da terra. 25 anos da Comissão Pastoral da Terra**. São Paulo : Loyola, 2002.

CANUTO, Antônio. Ao modo de uma introdução - Uma vez CPT, sempre CPT. In: **CPT 40 anos de fé, rebeldia e esperança**. Comissão Nacional de Formação da CPT. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

CAPA. **O Painho** – Boletim Informativo CPT AM/RR. Manaus : CPT, ano 12, nº 105, mar. 1990.

CARDOSO, Carlos A. de S. O MST e sua instalação no estado de Roraima em 2006. In: BORGES, Heloisa da Silva e VILHENA Jr, Waldemar Moura. **Movimentos Sociais no Campo**. Manaus: Editora Valer – UEA Edições, 2013.

CARDOSO, Carlos A. de S. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: uma análise a partir dos assentamentos rurais em Roraima**. São Luis, 2009, 208 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja Católica e a questão agrária. In: PAIVA, Vanilda. **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

CARVALHO, Horácio M. de. Resistência social contra a expansão das monoculturas. In: **Conflitos no campo – Brasil 2007**. CANUTO, Antônio et al. (coords). Goiânia: CPT-Nacional, 2007.

CASALDÁGLIA, Dom Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio**. São Félix do Araguaia, 1971. Disponível em: <http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

CHARGE. **O Painho** – Boletim Informativo CPT AM/RR. Manaus : CPT, ano 1, nº 4, dez. 1979. p. 3

CORRÊA, Carlos. **14º Ano da Morte de Dom Jorge Markell**. 02-07-2012. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/AssociacaoDomJorgeMarskell/>. Acesso em: 24 out. 2016.

COSTA, Luiz Flávio de C. e MARINHO, Ricardo José de A. A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil. In: COSTA, Luiz Flávio de C.; FLEXOR, Georges e SANTOS, Raimundo (orgs.) **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro : MAUD X; Seropédica : EDUR, 2008. p. 119-147

CPT. **Ata do I Encontro Regional da CPT-AM/RR**. 25-26 set. 1977. Manaus, 1977.

CPT. **Ata do II Encontro Regional da CPT-AM/RR**. 19 a 21 jun. 1978. Manaus, 1978.

CPT. **Ata da III Assembleia Geral da CPT Regional Norte I, Amazonas-Roraima**. 29-jan-01-fev-1980. Manaus, 1980.

CPT. **Relatório do Encontro de Avaliação da CPT Regional Norte I**. Responsável: equipe central. 01 ago. 1981. Manaus 1981.

CPT. **Relatório da V Assembleia da CPT Norte I**. 22 jan. 1982. Manaus, 1982.

CPT. **Ata da Assembleia Regional da CPT Norte I Amazonas e Roraima**. 25 jan. 1985. Borba/AM, 1985.

CPT. **Ata da X Assembleia Regional da CPT Norte I Amazonas e Roraima**. 30 jan. 1987. Manaus/AM, 1987.

CPT. **Ata da XI Assembleia Regional da CPT Norte I Amazonas e Roraima**. 29 jan. 1988. Manaus/AM, 1988.

CPT. **Ata da XV Assembleia Regional da CPT Norte I Amazonas e Roraima**. 03 fev. 1994. Manaus/AM, 1994.

CPT. **Ata da Assembleia de Fundação da Comissão Pastoral da Terra de Roraima**. 5 fev. 1995. Boa Vista, 1995.

CPT NACIONAL, Conselho Nacional da Comissão Pastoral da Terra. **Ata da Reunião do Conselho Nacional da Comissão Pastoral da Terra**. 29 mar. 1995. Goiânia : CPT, 1995b. p. 8.

CPT. **Relatório de Avaliação da CPT – Roraima - 1997**. CPT : Boa Vista, 1997a.

CPT. **Ata da Assembleia da Comissão Pastoral da Terra de Roraima**. 11 maio 1997. CPT : São Luis/RR, 1997b.

CPT. **Ata da Assembleia da Extraordinária da Comissão Pastoral da Terra de Roraima**. 20 jul. 1997. CPT : Mucajaí, 1997c.

CPT. **Relatório do Programa de Formação e Organização da Comissão Pastoral da Terra de Roraima**. 13 jan. 1997. CPT: Boa Vista, 1997d.

CPT. **Relatório da Reunião da Coordenação da CPT/RR**. Boa vista/RR. 8 maio 2003.

CURSO de Formação da CPT Grande Região Noroeste. **O Painero** – Boletim Informativo – CPT AM/RR. Manaus : CPT, ano 11, nº 97, mar. 1989. p. 17.

CURSO EM VILHENA. **O Painero** – Boletim Informativo CPT AM/RR. Manaus : CPT, ano 12, nº 105, mar. 1990.

11ª Assembléia da CPT Norte AM – RR. **O Painero** – Boletim Informativo CPT AM/RR. Manaus : CPT, ano 10, nº 85, mar. 1988. p. 9, 10 e 16.

DINIZ, Alexandre. A evolução da fronteira em Roraima: o caso das Confianças I, II e III. In: **FORMAÇÃO do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Boa Vista : [s.n.], 1998.

DOCUMENTO de Santarém. Cristo Aponta para Amazônia. **IV Encontro Pastoral da Amazônia. Santarém**, 24 a 30 de maio de 1972. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/bispos-da-amazonia-celebram-40-anos-do-documento-de-santarem/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

DOTTI, Orlando. **Doutrina Social Da Igreja No Campo**. Disponível em: <http://www.capuchinhos.org.br/base/noticias/detalhes/igreja/provincia/dom-orlando-dotti/doutrina-social-da-igreja-no-campo>. Acesso em: 12 set. 2017.

EM RORAIMA LAVRADORES QUEREM ASSUMIR O PODER. **O Painero** - Boletim Informativo CPT AM/RR. Manaus : CPT, ano 10, n. 92, out. 1988. p 13.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3, 3ª edição. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2007.

GRZYBOWSKI, Cândido. A Comissão Pastoral da Terra e os Colonos do Sul do Brasil. In: PAIVA, Vanilda. **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 35 – 44.

HAMELIN, Philippe. O fracasso anunciado. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E. de. (org). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2ª edição. Belém : CEJUP : Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. p. 161-176.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979a.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1979b.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura - o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia**: 1964 – 1978. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IGREJA CATÓLICA. **Documento Final da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica - Amazônia: Novos Caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral.** Brasília: Edições CNBB, 2019. Disponível:

http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20191026_sinodo-amazonia_po.html. Acesso: 10 nov. 2019.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **A Igreja e Camoneses. Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo - Brasil e Peru, 1964-1986.** São Paulo: Hucitec, 1996.

KADT, Emanuel de. **Católicos radicais no Brasil.** Brasília, MEC/UNESCO, 2007.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de Interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. In: **Estudos Avançados.** Universidade de São Pulo. Instituto de Estudos Avançados. v. 16, nº 45, maio – ago. 2002. p. 37 – 45.

LEITE, Sérgio *et al.* **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília e São Paulo: NEAD : UNESP, 2004.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA; TEIXEIRA, Francisco Carlos. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina.** 2ª ed - São Paulo: Editora Perseu Abramo : Expressão Popular, 2016.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis : Vozes, 1981.

MARTINS, José de Sousa. **Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo.** São Paulo : Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARTINS, José de Sousa. **O sujeito oculto.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003a.

MARTINS, José de Sousa. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2003c.

MARTINS, José de Sousa. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP, 2004.

MARTINS, José de Sousa. **A política do Brasil: lumpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, K. . **O 18 brumário e Cartas a Kugelmann**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MEDEIROS, Leonilde S. de. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiar”:
considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/medeiros.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo : Editora Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro : FASE, 1989.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. 2008. 501f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

MURAD, Afonso. Uma Igreja com Rosto Amazônico: Memória e Profecia a partir do Contexto Brasileiro. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 51, n. 1, p. 31-54, Jan./Abr. 2019. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2019/6000-1560371702.pdf>. Acesso em: 10 jul. 19.

NOVAES, Regina R. De **corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NOVAES, Regina R. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In: PAIVA, Vanilda. **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

O PARTIDO POLÍTICO E OS MOVIMENTOS POPULARES. **O Paneiro** – boletim informativo – CPT AM/RR. Manaus : CPT, ano 2, nº 13, nov. 1980. p. 11 e 12

OBJETIVOS, prioridades e ferramentas na II Assembléia Nacional da CPT em 1979. **O Paneiro** – boletim informativo – CPT AM/RR. Manaus : CPT, ano 1, nº 3, nov. 1979. p. 3 e 4.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados. v.15 n. 43. São Paulo, set./dez. 2001. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015. Acesso: 02 jun. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Violência e barbárie: grilagem de terra no Brasil. In: **Conflitos no Campo Brasil 2005**. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva e José Batista Gonçalves Afonso. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2006. p. 20-38.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo : Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. As transformações na organização espacial do estado de Roraima: uma conversa inicial a partir da da BR-174. **Revista Acta Geográfica**, volume 1, número 1. Boa Vista, 2007. p. 45-67.

PAIVA, Vanilda. Introdução. In: PAIVA, Vanilda (org.). **A Igreja e a Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985a. p. 11 – 19.

PAIVA, Vanilda. A Igreja moderna no Brasil. In: PAIVA, Vanilda (org.). **A Igreja e a Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985b. p. 52 – 67.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). **A Igreja e a Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985. p. 43 – 51.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, Bernardo M.; MEDEIROS, Leonilde S. e PAULILO, Maria Ingeez (orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Vol. I O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Coleção História Social do Campesinato.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Fávio Carvalho. (orgs). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

POESIA. **O Paneiro** – Boletim Informativo CPT AM/RR. Manaus : CPT, ano 2, nº 5, mar. 1980. p. 11-12.

POLETTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo : Editora UNESP, 2010.

POLETTO, Ivo. As contradições sociais e a pastoral da terra. In: PAIVA, Vanilda. **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985a.

POLETTO, Ivo. Comissão Pastoral da Terra e a questão agrária. In: PAIVA, Vanilda. **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985b.

POLETTO, Ivo. Aos 25 anos - Documentação do tempo Germinal em que nasceu a CPT. In: POLETTO, Ivo; CANUTO, Antônio. **Nas pegadas do povo da terra. 25 anos da Comissão Pastoral da Terra**. São Paulo : Loyola, 2002. p. 10 – 25.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **“Garimpando” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política**. Belém, 1996. 131 f. Dissertação (Mestrado) Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.

RODRIGUES, Kátia B.; SOUZA, Carla M. Migração Maranhense para Boa Vista. In: VIEIRA, Jaci G. (org.). **O rio Branco se enche de história**. Boa Vista: Editora UFRR, 2008. RORAIMA: migração – garimpo – índio. **O Paneiro** – Boletim Informativo CPT AM/RR. Manaus : CPT, ano 10 – nº 88, jun. 1988. p. 07-08.

SANTOS, Maria José. **Em Busca da Terra: Migração, Organização e Resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima**. (1970 – 1990), 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SANTOS, Maria José dos. **A implantação dos Projetos de Assentamento e a criação do Sindicato Rural em São João da Baliza nas décadas de 1970 a 1980**. 2006. 67 f. Monografia (Especialização) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2006.

SANTOS, N. P. D. **Políticas públicas, economia e poder**. Belém, 2004. 271f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo : Edições Loyola, 1993.

SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. **Mana**. Rio de Janeiro, vol.10, n.1, p. 131-163, abr. 2004.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo : Duas Cidades, 1979. p.260.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SOUZA, Clemildo Silva. **Movimento Nós Existimos: uma análise da transição de um movimento social para uma entidade do terceiro setor**. 2009. 53p. Monografia (Graduação em Ciências sociais) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2009.

TILLY, CHARLES. **Nineteenth-Century Origins of Twentieth-Century Collective-Action Repertore**. Michigan: Press University of Michigan, 1981. Disponível:

<https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/51016/244.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 nov. 2016.

THOMPSON, E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade**. Vol. 1. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

VALE, Ana Lia Farias. **O Ceará em Roraima: migração de cearenses 1980-1999**. Jaboticabal: FUNEP, 2005.

VALE, Ana Lia Farias. **MIGRAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO: As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista/RR**. Presidente Prudente, 2007. 268f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

VASCONCELOS, André dos Santos. Diocese de Roraima: A Participação da Igreja no Processo de organização dos povos indígenas. **Revista Textos e Debates** do Centro de Ciências Sociais e Geociências da UFRR, n.º 02. Boa Vista, 1996. p. 18-26.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1972.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e Alma: Notas etnográfica de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Welch, Clifford Andrew. **A semente foi plantada: as raízes paulista do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Y - JUCA PIRAMA: o índio: aquele que deve morrer - Documento de Urgência de bispos e missionários. 25 de dezembro de 1973. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/y-juca-pirama-o-indio-aquele-que-deve-morrer>. Acesso em: 18 mar. 2018.

I ASSEMBLÉIA da CPT na Diocese de Roraima. **O Painero** – Boletim Informativo – CPT AM/RR. Manaus : CPT, ano 13, nº 114, mar-1991. p. 16.

XIII ASSEMBLÉIA Regional da CPT AM/RR. **O Painero** – Boletim Informativo – CPT AM/RR. Manaus : CPT, ano 12, nº 105, mar. 1990. p. 10-11